

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
MERENDA**

**PRESIDENTE
MARCOS ZERBINI - PSDB**

13.09.2016

CPI - MERENDA**13.09.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízo ao erário.

A reunião tem a finalidade de deliberar sobre os requerimentos constantes da pauta e proceder à oitiva do Dr. Leonardo Leonel Romanelli, promotor de Justiça de Brodowski; do Sr. Marcel Ferreira Julio; do Sr. Aluisio Girardi Cardoso, funcionário da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar; e do Sr. Jeter Rodrigues.

Quero registrar a presença dos nobres deputados Barros Munhoz, Alencar Santana Braga, Estevam Galvão, Delegado Olim, Wellington Moura, Carlão Pignatari, Adilson Rossi e Jorge Caruso.

Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Fica dispensada, na forma regimental, a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quero cumprimentar os demais deputados, o público presente, os servidores e a imprensa. Dos requerimentos aprovados por esta comissão que solicitam informações, em quais os prazos já foram cumpridos e em quais já foram fornecidas as informações?

Quantos ainda não foram encaminhados? Há alguma justificativa, por parte da pessoa ou da autoridade, sobre por que essas informações ainda não foram enviadas à comissão?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu solicito que a secretaria faça esse apanhado. Em momento oportuno informaremos a todos. Gostaria de registrar ainda a presença do nobre deputado Coronel Camilo. Seguindo o rito que estamos mantendo nesta comissão, e até para atender a um pedido justo do nobre deputado Alencar Santana Braga, começaremos primeiro com a oitiva das testemunhas e, por fim, faremos a deliberação dos requerimentos que estão na pauta.

Solicito que a assessoria conduza ao plenário o Dr. Leonardo Leonel Romanelli, promotor de Justiça de Brodowski. Gostaria de agradecer ao Dr. Leonardo Leonel Romanelli por ter atendido ao pedido desta comissão. Registro ainda a presença do Dr. Mário Luiz Sarrubbo, subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais, que acompanha o Dr. Leonardo.

Dr. Leonardo, o senhor está aqui na condição de testemunha e, em função disso, tem o dever de falar a verdade sob todas as penas da lei. Inicialmente, peço que o senhor faça um apanhado geral daquilo que foi apurado e investigado até agora. Se possível, peço que o senhor dê uma visão geral da sua participação na investigação desse processo todo. A partir daí, abriremos para as perguntas dos Srs. Deputados.

O nosso objetivo é tentar apurar fatos, podendo contribuir para que as pessoas que causaram prejuízos ao erário público sejam punidas. Registro a presença do nobre deputado José Zico Prado e passo a palavra para que o senhor possa fazer essa pequena exposição.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, não compareci à última reunião. Será a mesma coisa? A partir de agora, temos uma hora para nos inscrevermos?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, temos até às 10 horas e 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente. Quem quiser se inscrever tem até às 10 horas e 23 minutos. Depois desse período, não serão mais admitidas inscrições de deputados.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

É motivo de grande satisfação poder falar para esta CPI, confiando que ela irá contribuir para a apuração da verdade. Também peço escusa por não ter comparecido na última semana em que fui convidado a fazê-lo, já que, infelizmente, era o dia anterior à abertura de uma operação que realizamos em Ribeirão Preto. Obviamente, isso nos impediu. Nos dias subsequentes, tínhamos o exíguo prazo de dez dias para a oitiva de testemunhas e investigados e para apresentação das denúncias, como fizemos na última sexta-feira.

A Operação Alba Branca iniciou as suas investigações em meados de 2015, quando o Gaeco de Ribeirão Preto foi procurado pelo promotor de Bebedouro, Dr. Herbert, já ouvido aqui, e pelo delegado seccional, Dr. José Vasconcelos. Eles pediram auxílio do Gaeco para realizarem uma investigação que envolveria uma cooperativa de Bebedouro, a qual estaria realizando chamadas públicas, licitações e procedimentos concorrenciais em diversos órgãos públicos de maneira fraudulenta.

Aquiescemos imediatamente. Concordamos com a nossa participação, embora ela não pudesse se dar, àquela altura, da maneira como o Gaeco de Ribeirão Preto gostaria, já que estávamos no final de duas outras investigações de grande vulto. Uma envolvia concursos públicos na região de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que foi encerrada no final do segundo semestre de 2015, e outra investigava tráfico de drogas e envolvia o PCC.

Por conta disso, o promotor Herbert começou a se manifestar com os delegados. A investigação prosseguiu de maneira muito ordenada e extremamente profissional. Primeiramente, houve o levantamento de dados que permitiu identificar que aquelas sociedades, cujos nomes haviam sido ditos pelo colaborador ou testemunha, realmente eram falsas ou fictícias, já que pertenciam a um mesmo endereço.

Em seguida, foi autorizada pela Justiça a quebra de sigilo telefônico. Depois, de sigilos telemáticos. Monitoramentos de campo permitiram acompanhar a entrega e o efetivo transporte de dinheiro vivo e a sua apreensão em poder de um dos investigados, que estava levando para outro.

No início da segunda quinzena de janeiro, passamos a uma primeira fase operacional para o cumprimento de mandados de busca e apreensão, prisões temporárias e outros, expedidos pela 3ª Vara Judicial de Bebedouro. Na ocasião, foram presas algumas pessoas, ouvidas diversas testemunhas e coletados centenas de documentos.

Todo esse arcabouço de provas, desde a primeira fase, confirmava ainda mais tudo aquilo que havia sido colocado em meados de 2015.

Por conta da análise dessas provas, algumas pessoas formaram colaboração premiada com o Ministério Público, homologada pela Justiça de Bebedouro. Elas foram soltas naquele momento para que pudéssemos prosseguir com as investigações. De fato, elas prosseguiram. Os documentos foram examinados e chegou mais uma miríade de documentos. Isso nos autorizou a pedir uma segunda fase operacional de mandados de busca, prisões etc.

Na primeira fase, o foco era apenas os integrantes, empresários, sócios e vendedores da cooperativa. Já na segunda fase, além de algumas pessoas ligadas à cooperativa, também foram presas pessoas apontadas como lobistas, intermediárias do pagamento das propinas.

Assim como na primeira ocasião, isso se deu no final da última semana de março e na primeira semana de abril. Entre o dia 28 de março e 1º de abril, foram ouvidos os investigados e, novamente, tudo veio a ser confirmado, já com a indicação de outras pessoas beneficiárias e participantes do esquema ilícito.

Durante a primeira fase de investigação, no dia do cumprimento de buscas e apreensões, o Gaeco de Ribeirão Preto apreendeu documentos na Prefeitura de Bebedouro. Os documentos das licitações da Prefeitura de Bebedouro vinham com o selo ou com a insígnia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE - PNAE), o que nos levou imediatamente a suspeitar que pudesse haver verba federal envolvida.

Com a suspeita de envolvimento de pessoas detentoras de foro privilegiado, isso foi imediatamente comunicado à Procuradoria Geral de Justiça, órgão que tem por competência a análise desses fatos e o trato direto com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a quem então foi dirigido um questionamento - através do procurador geral, Dr. Márcio Elias Rosas - a respeito das verbas utilizadas junto à cooperativa.

A resposta a esse questionamento chegou às mãos do Gaeco de Ribeirão Preto após a segunda fase das operações. O Tribunal de Contas disse que as verbas eram majoritariamente de cunho federal, sem especificá-las, entretanto. Haveria ainda verba estadual e municipal. O Tribunal de Contas ainda pontuou que seria indevido o gasto de verbas municipais e estaduais com o programa de cooperativa, com base na Lei nº 11.947, de 2009.

Por conta disso o Dr. Herbert, diligentemente, oficiou para o próprio Tribunal de Contas e para o Ministério Público de Contas, pesquisando então a divisão dessas verbas, ou seja, qual era o montante, dividido por prefeituras, gasto com a cooperativa. Essa resposta chegou aos autos em torno da primeira quinzena de maio, dizendo, de maneira muito geral, que 92% da verba seriam de origem federal, 5% de origem estadual e o restante seria de origem municipal.

Isso nos levou a concluir que o melhor e devido encaminhamento, com base na Súmula 209 do STJ, era a remessa dos autos para a Justiça Federal, de maneira que nos manifestamos - o núcleo do Gaeco de Ribeirão Preto e a Promotoria de Bebedouro - no dia 28 de maio, pedindo então a remessa dos autos para a Justiça Federal em Ribeirão Preto, competente em razão da localidade, para o prosseguimento da investigação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Aberta a inscrição dos Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Dr. Leonardo Romanelli. Gostaria de parabenizá-lo não só por esse trabalho na Alba Branca quando estava na Justiça estadual, mas também pela operação recente que o impediu de estar aqui duas semanas atrás.

O senhor falou que houve delação de algumas pessoas. Quais foram as pessoas que delataram, que fizeram o acordo de delação?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Obviamente, os senhores já sabem, mas na primeira fase foi o Sr. Cassio Iziqhe Chebabi e na segunda fase foram o Sr. Emerson Girardi e o Sr. Marcel Ferreira Julio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ainda não chegou para nós nada do TJ. Não temos essa informação oficial. Então, são três. O senhor disse que o Ministério Público tomou conhecimento da investigação em meados de 2015?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Em meados de 2015, fomos procurados pelo Dr. Vasconcelos e pelo Dr. Herbert. Eles solicitaram a nossa colaboração, porque desejavam iniciar uma investigação, sabiam que ela seria de grande

vulto e queriam contar com a participação do Gaeco para análise de tudo o que viesse a ser feito, para ter a possibilidade de um alcance maior da investigação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve essa conversa em meados de 2015, mas quando o MP entrou efetivamente no processo?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desde o primeiro momento. A partir de meados de 2015, fizemos reuniões mensais com o Dr. Herbert e, mais frequentemente, com o Dr. Vasconcelos sobre cada passo que vinha sendo adotado na investigação, inclusive a sugestão de que fosse acompanhada a apreensão do dinheiro, como, de fato, foi feita pela Polícia Civil de Bebedouro no final de dezembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há alguns dias, nas reuniões da CPI, houve menções de que teria ocorrido algum tipo de constrangimento e de ameaça a alguns dos depoentes e investigados. Alguns deles, inclusive, disseram isso, disseram que era para citar nome de “A”, “B”, “C” ou de determinada pessoa.

Houve algum tipo de ameaça, coação ou constrangimento às pessoas que foram ouvidas pelo MP ou mesmo pelos delegados?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, não houve nenhum tipo de constrangimento. As pessoas foram ouvidas - todas, sem nenhuma exceção - sempre na presença de seus advogados. Esses advogados, aliás, não foram indicados pelo Ministério Público ou pela Justiça local, mas constituídos pelos próprios investigados, o que impediria, de plano, que qualquer coisa semelhante a essa pudesse acontecer.

Além disso, já foram feitas reclamações e representações contra nós nos órgãos correccionais adequados, as quais foram arquivadas. As entidades e órgãos competentes já se manifestaram, concluindo que nada houve de irregular em qualquer fase do procedimento. A esse respeito foram, inclusive, levantadas nulidades pelos mesmos advogados e pelas mesmas pessoas que aqui trouxeram essas aleivosias, as quais foram indeferidas tanto pela Justiça de 1º grau quanto pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que esse ataque - que, na CPI, vem da base do Governo - ao trabalho desenvolvido pelo senhor e pelos

demais colegas, delegados ou promotores, na Operação Alba Branca, significa algum tipo de defesa de quem eventualmente está sendo investigado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, eu agradeço a sua gentil saudação no início e os seus parabéns. A esse respeito, todavia, não me cabe tecer cogitações. O Ministério Público fez o trabalho da melhor forma possível, seguindo os ritos da lei. Isso já foi referendado, já foi oficializado por todas as instâncias superiores e pertinentes, de maneira que o eventual debate político não diz respeito à nossa instituição.

Se o Ministério Público eventualmente está sendo atacado, se estamos sofrendo algum tipo de representação, entendemos que isso é absolutamente natural e inerente ao trabalho que é feito justamente para incomodar as pessoas que estão envolvidas em atos de corrupção.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado. Agradeço a resposta. De certa maneira, o final dela nos contempla.

Falaram também que houve vazamento de informações sobre o que estava sendo apurado. Chegaram a citar, inclusive, que seriam vazamentos direcionados para atingir politicamente determinadas pessoas. O senhor sabe dizer algo a respeito disso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A primeira fase da operação iniciou-se no dia 19 de janeiro de 2016, em uma terça-feira. Na sexta-feira, foi publicada uma entrevista minha na “Folha de S. Paulo”, em que eu criticava veementemente o vazamento de informações justamente porque ainda estávamos no curso das investigações, como se está até hoje.

Dessa forma, só teríamos a perder com o vazamento de qualquer informação, como de fato ocorreu, o que criou uma série de embaraços ao prosseguimento das investigações. Temos absoluto desconhecimento da autoria dos vazamentos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sabe dizer se o secretário de Segurança sabia, antes do dia 19, que a Alba Branca estava em curso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desconheço, Excelência. O nosso contato limitava-se aos delegados de polícia de Bebedouro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os delegados que vieram afirmaram que houve o conhecimento do secretário. Para nós, o que causou muita estranheza...

Aliás, quero indagar se quem estava conduzindo a investigação se atentou para isso, se tomou algum procedimento. Afinal, houve a exoneração de uma das pessoas envolvidas, o Moita, às vésperas da operação. É uma pessoa que passou por diversos órgãos do Governo do Estado com determinado poder político. De repente, ele é exonerado e volta à sua função de origem.

Queríamos saber se houve algum tipo de procedimento ou de apuração em relação isso. Houve informação privilegiada? O governo agiu justamente para que isso não chegasse mais próximo ao Palácio? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Naturalmente, soubemos dessa demissão às vésperas da deflagração da operação. Todavia, essa questão, todo o contrato do Governo do Estado de São Paulo é objeto de investigação pela Procuradoria Geral de Justiça, em cujo trabalho temos absoluta confiança. Temos absoluta confiança no desfecho dessa investigação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando a investigação estava com a promotoria estadual, o senhor chegou a apurar algo a esse respeito?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, não chegamos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque a exoneração foi no dia 18 de janeiro.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A respeito do envolvimento do contrato do Governo do Estado ou a respeito da exoneração?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Da exoneração.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque até maio estava com os senhores. Até maio a investigação estava na Justiça estadual.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. Assim que realizamos a primeira fase de operação, surgiu o envolvimento de pessoas com foro privilegiado, logo na primeira semana, entre 19 e 20 e poucos de janeiro. Imediatamente, comunicamos à Procuradoria Geral de Justiça. Pedimos para a Justiça de Bebedouro o compartilhamento da prova e remetemos toda a investigação atinente ao contrato do Governo do Estado à Procuradoria Geral de Justiça, o que foi feito na última semana de janeiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem tem foro privilegiado? O senhor entende que são pessoas? Ou é a investigação de determinado fato que acaba levando todo mundo para o foro privilegiado, inclusive aqueles que, porventura, estão sendo investigados?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - As duas conclusões são plenamente cabíveis. Uma e outra vêm sendo adotadas de longa data pelo Judiciário em todos os seus níveis. Foi decisão da Procuradoria Geral de Justiça levar todo o fato envolvendo o contrato do Governo do Estado para a análise do Tribunal de Justiça, a qual reputamos como absolutamente correta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Naquilo que compete ao Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral tem que investigar quem tem foro privilegiado. Vamos pegar a conduta do Sr. Marcel, do Sr. Jeter, do Sr. José Merivaldo, do César ou do Sr. Chebabi. São pessoas que - segundo os relatos e as informações publicadas pela imprensa - atuaram no contrato envolvendo o Estado.

Porventura eles também podem ter atuado em contratos municipais. Parte deles, com certeza. Então, há uma investigação em curso na Justiça Federal em relação aos municípios e há uma investigação em curso na Procuradoria para os que têm foro privilegiado. A conduta dessas pessoas serão investigadas nos dois âmbitos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, naturalmente, assim como vinha acontecendo. Inclusive, a ocorrência disso já foi referendada pelo próprio

Tribunal de Justiça na reclamação da qual fomos alvo, em que reclamavam que tínhamos usurpado a competência para investigação do Tribunal de Justiça.

O Tribunal de Justiça indeferiu, dizendo que se aplica um princípio do direito norte-americano: o princípio da serendipidade. Assim, quando uma investigação envolve dois fatos, isto é, quando envolve pessoas com e sem foro privilegiado, é natural que uma esbarre na outra e revele eventualmente fatos atinentes aos dois objetos de investigação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, mas são contratos diferentes, âmbitos de governo diferentes. Porém, por parte de determinadas pessoas, a prática delituosa é recorrente.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Exato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em tese, é a mesma.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O “modus operandi” é o mesmo. Se porventura ele for absolvido em um âmbito ele e condenado em outro?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O nosso sistema penal e jurídico não é imune a eventuais contradições. Infelizmente, elas existem em vários pontos do nosso ordenamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Carlão Pignatari, isso demonstra que as pessoas deveriam ser investigadas em um mesmo âmbito.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu achei que V. Exa. queria que o doutor previsse o que iria acontecer. Achei que era isso que V. Exa. queria dizer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, estamos tentando discutir o sistema jurídico para ver a sua contradição neste caso específico, em que há um privilégio a determinadas pessoas que não têm o foro privilegiado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vossa Excelência me concede rapidamente um aparte?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fique à vontade.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Primeiramente, quero cumprimentar o doutor. Bom dia ao senhor e ao subprocurador. A prerrogativa de foro é apenas para crime; para improbidade, não. Não é isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, exatamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso quer dizer que todo ato de improbidade pode ser investigado na primeira instância. Só para crime que não é. Esse tipo de procedimento, se for verificado o ato doloso ao erário público, é improbidade?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Daí volta lá para a primeira instância?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Segundo a própria Lei da Improbidade, a apuração da improbidade não prejudica e não influencia na esfera criminal. Elas são independentes e concorrentes, então elas tramitam separadamente. A nosso juízo, deveriam aguardar o encerramento da investigação criminal apenas porque a esfera criminal tem mecanismos muito mais eficientes de investigação.

Se o senhor começa uma investigação de improbidade na área cível, o senhor não poderá utilizar os mesmos mecanismos de mesma eficiência. A nosso juízo, a investigação cível deveria aguardar o encerramento da esfera criminal justamente para não termos eventualmente um resultado de colidência de decisões, como colocado pelo deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Neste caso, entre a improbidade e a questão criminal, mas podemos ter a colidência na questão criminal sobre determinada pessoa.

O instituto da delação é novo e começou a ser usado com muita força. Todos nós temos acompanhado isso. Não sei se é o primeiro caso em âmbito estadual aqui em São Paulo. Não sei precisar. O que mais se noticiou foi o caso da Lava Jato, que corre no Paraná e no STF, lógico. Quando uma pessoa faz delação, no caso do MP, ela é aceita ainda no âmbito da Justiça estadual, lá em Bebedouro?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como agente que estava no processo investigativo, o senhor participou do acordo de delação, da formatação, da tratativa com os advogados da outra parte, correto?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando alguém vai delatar, a Justiça, no caso quem está investigando, quer informações preciosas daquele que está sendo investigado e que pode contribuir, que em um primeiro momento estaria ocultando.

Quando é feita a delação, o senhor entende que quem vai delatar está delatando - em tese, pelo instituto - alguém com maior poder do que ele?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Maior poder? Perdão, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Poder no processo da prática criminosa que está sendo feita, que está sendo investigada.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O Gaeco de Ribeirão Preto já celebrou inúmeras delações e colaborações premiadas ao longo dos últimos anos. Desde 2013, foram várias. Obviamente, só aquelas que causam mais estrépito e repercussão social chegam, felizmente, à Justiça, até porque a ideia do instituto é justamente que ele não chegue ao conhecimento público, até para a preservação da integridade e do sigilo. Da integridade da pessoa que celebra colaboração e do sigilo das informações.

Muito bem. A colaboração premiada prevê, por exigências da própria lei do crime organizado, em primeiro lugar que a pessoa que colabora, confesse os crimes que comete. Em segundo lugar, que ela revele fatos que não são de conhecimento da investigação, indicando pessoas, modo de agir da organização e os meios de prova pelos quais se pode comprovar aquilo que ela afirmou. São todas exigências que decorrem da própria lei, de maneira que não interessa, não importa se as pessoas às quais o colaborador vai imputar novas práticas desconhecidas são superiores ou inferiores, ou do mesmo patamar hierárquico, dentro da organização criminosa ou da estrutura, que ele interessa que sejam pessoas até então desconhecidas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Permite-me um aparte, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fique à vontade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dr. Leonardo, apenas para entender melhor diante dessa explicação do senhor sobre a delação premiada, a delação do Chebabi foi feita quando?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Foi feita na primeira semana da operação, entre 19 e 20 e poucos de janeiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, ao contrário do que o senhor disse que é recomendável, ela começou no começo. Ela não aguardou nenhum procedimento. O senhor disse que o certo é para esclarecer o que não foi esclarecido de outra sorte. E no caso do Chebabi não foi, ele foi o primeiro.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Veja, Excelência, a colaboração premiada tem que vir depois que você já tenha algum conhecimento dos fatos para que a pessoa possa confessar. Se você não tem conhecimento dos fatos, nada pode ser confessado. Esse é o primeiro requisito. A partir do momento em que temos uma investigação em andamento desde meados de 2015, ele tinha o que confessar, pois já sabíamos do envolvimento dele. Ele confessou os fatos. A partir daí, ele apontou novos fatos, novas pessoas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então isso foi por volta de quando? Janeiro, fevereiro?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Exatamente entre 19 e 20 e tantos de janeiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que novos fatos, novas pessoas, por exemplo o Chebabi delatou. Isso na primeira fase. O Aluisio Girardi também foi na primeira fase?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Aluisio Girardi, não. Emerson.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Emerson Girardi, desculpe. Foi também na primeira fase?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Na segunda fase, entre os dias, enfim, na primeira semana de abril.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Chebabi era o presidente da cooperativa, segundo os informes, uma pessoa, como disse aqui um dos depoentes, que estava no núcleo central dessa quadrilha. Fez a delação, provavelmente entregou, como o senhor mesmo disse, novos fatos, ou novas pessoas, ou novas provas. Mas na segunda fase, são feitas novas delações, como do Girardi, como do Marcel. Com certeza a Promotoria não buscou fatos, ou pessoas, ou provas já obtidas no curso da investigação até então.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Até porque já havia uma delação de uma pessoa importante no esquema. Então qual a razão de ter sido feita uma delação com o Marcel? Ou com o Girardi?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A primeira fase da operação focava as pessoas da cooperativa. Já na segunda fase, ouvimos os lobistas. Então a investigação vinha se desenvolvendo em camadas: a primeira dos empresários, depois a dos lobistas intermediários, e a terceira que se pretende, obviamente, é dos agentes públicos. Uma vai levando a outra. Uma tem utilidade para a camada superior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para ver se eu concluí de forma correta, para não haver outra interpretação: na primeira fase, os agentes empresariais da cooperativa.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Eles tinham contato direto com os lobistas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aí os lobistas, quando vem a segunda fase, que são os que tinham essa intermediação...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Contato direto com os agentes públicos e com os empresários.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Um aparte, por favor, rapidamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por favor.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Doutor, primeiramente queria cumprimentá-lo, procurador Dr. Sarrubbo, e cumprimentar aqui o Leonardo Romanelli, promotor público. Aliás, respostas rápidas, parabéns. Queria só perguntar: então começou pela Coaf. Vejo aqui, fiz um levantamento, o senhor mandou prender alguns agentes da Coaf, eles foram presos e ouvidos em declarações. No interrogatório, nenhum foi indiciado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desconheço, Excelência. O indiciamento compete à Polícia Civil.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas o senhor acompanhou?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Acompanhei diversos depoimentos...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor não participou de tudo?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não de todos. Participei de vários, como consta dos autos. Naqueles depoimentos em que consta meu nome, são aqueles nos quais eu participei. Poderia citá-los, se V. Exa. desejar. De qualquer forma, o fato é que, aos olhos do Ministério Público, todas as pessoas são apenas investigadas. Não é um juízo valorativo do Ministério Público o indiciamento. Cabe à Polícia Civil.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas o senhor participou?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Participei.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora não estou mais sozinho, não. Há mais dez.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para informar, para ser justo e informar para o nobre deputado Alencar Santana que cada vez que V. Exa. cedeu aparte eu não contei o tempo, para que não fosse prejudicado o seu tempo, e ainda assim já ultrapassou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A última pergunta para concluir, e passamos para o próximo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora não estou mais sozinho, não. Há mais um, dois, três, quatro, cinco. O deputado Chico Sardelli veio para o lado de cá também.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Foram 32 minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir. Doutor, voltando ao raciocínio anterior, na primeira fase a delação do Chebabi, em que ele fala do funcionamento do grupo dentro da cooperativa. E pelo raciocínio exposto, remete também à participação dos lobistas. Na segunda fase, a investigação e uma ação em cima dos lobistas, em que um deles, inclusive, fica foragido um período, e depois há essa delação onde ele, com certeza, já... Se aquilo que estava investigado não tinha fato novo, o fato novo seria a participação, a intermediação com os agentes públicos e políticos, eventualmente. Então é essa conclusão que nós podemos ter, ou seja, o Marcel faz a delação entregando essa relação com os agentes públicos e políticos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O Emerson Girardi fez a delação no âmbito de primeiro grau.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O Marcel Ferreira Julio, em segundo grau. Desconheço o teor da delação que ele fez. Ela foi, todavia, veiculada pela imprensa, assim como a do Emerson Girardi, assim como do Cassio Chebabi, de maneira que não há nenhuma novidade a esse respeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor entende... Então o Emerson Girardi integra a relação com os agentes públicos municipais?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O Emerson Girardi foi intermediário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele faz a delação, entregando a relação com os agentes públicos municipais.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, de alguns.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Podemos entender que, em tese, o Marcel entrega essa relação, até porque por aquilo que foi veiculado pela imprensa ele entrega a relação com os agentes públicos...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, ele já disse que não tem conhecimento do teor da delação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não estou perguntando do teor, presidente. Por favor, só quero concluir minha pergunta.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Já passou o tempo, deputado Alencar. Vossa Excelência sabe disso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Doutor, voltando à pergunta, então em tese o Marcel, por aquilo que foi veiculado pela imprensa, faz a delação entregando os agentes públicos estaduais?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Apenas a Procuradoria Geral de Justiça pode responder a sua pergunta, deputado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos ter a oportunidade de fazer isso na sexta-feira, de saber essas informações na sexta-feira.

Próximo inscrito, a deputada Marcia Lia. Mas antes disso, queria registrar a presença das nobres deputadas e deputados: Ana do Carmo, Marcia Lia, Luiz Turco, Beth Sahão e Chico Sardelli.

Então tem a palavra a nobre deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Com a forma dessa mesa, não conseguimos visualizar o rosto das pessoas. Fica complicado.

Primeiramente, quero cumprimentar o Dr. Leonardo, o procurador que o acompanha. Cheguei um pouquinho atrasada, e não pude ouvir desde o início os seus esclarecimentos. Portanto, se eu perguntar alguma coisa que o senhor já tenha esclarecido, desculpe-me, mas eu gostaria de saber.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Gostaria de fazer uma questão de ordem. Se ela repetir uma pergunta do deputado...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não, não, não vou repetir pergunta.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Do deputado Alencar... Vossa Excelência não sabe, V. Exa. não estava aqui no começo. Ele vai responder de novo? Ou o senhor vai dizer que essa pergunta já foi feita e respondida? É questão de ordem. Quero saber isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Fica a cargo do depoente aqui dizer ou que ele já respondeu, ou responder novamente.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado Carlão, ouvi todas as perguntas do deputado Alencar. Eu não ouvi as explicações. Eu cheguei e o Dr. Leonardo já estava no meio das explicações dele. Então, agora retomando a minha pergunta: o senhor, em resposta a uma pergunta do deputado Alencar, disse que houve, de fato, vazamento de informações e que, inclusive, o senhor se manifestou contrariamente a isso, deu declarações a respeito disso. E a minha pergunta é: essas informações estavam na posse do Ministério Público?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Elas estavam na posse do Ministério Público, da Polícia Civil e do Judiciário.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então os três teriam que zelar pela guarda dessas informações?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sem dúvida.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É segredo de Justiça. Um princípio da delação é ela ser...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deixe-me só fazer uma complementação. A partir da hora que foi deflagrada a operação, automaticamente ela já entra em segredo de Justiça? Não? Ou só a partir de que pedir alguém?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desde o começo do procedimento cautelar ele corre em segredo de Justiça, já que havia interceptações telefônicas em curso, as quais são...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, desde o dia 18 ou 19 de janeiro ela já era...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desde julho de 2015.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Desde lá atrás.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - E assim continuou.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sim. Então houve, de fato, vazamento. A partir do momento em que se identificaram esses vazamentos, houve abertura de processos administrativos internos para se verificar eventual possibilidade de descobrir de onde partiram esses vazamentos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, pelo que eu soube, sim, no despacho, na decisão do desembargador relator do caso, em segundo grau, consta que por ele mesmo foi pedida a apuração dos vazamentos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E não há ainda nenhuma aferição de onde teriam saído esses vazamentos, de onde teriam ocorridos, se na Polícia Civil, se no Judiciário, ou se no Ministério Público. Não há essa informação ainda?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, desconheço.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Obrigada. A segunda questão que eu gostaria de fazer: o senhor disse que quando a competência foi desviada - não lembro agora o termo

correto -, quando ela subiu do Ministério Público para o procurador-geral de Justiça, quando houve o deslocamento da competência, foi o contrato que não só foi avocado pelo foro privilegiado de algumas pessoas que foram citadas nessas delações, mas também porque o contrato dizia respeito a um contrato do Governo do Estado de São Paulo. Foi isso que o senhor disse, se eu entendi.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Perfeito. Há jurisprudência, em casos anteriores, de que dessa forma tem acontecido?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Em ambos os sentidos, seja permanecendo apenas a pessoa que tem foro privilegiado, seja envolvendo todos os fatos atinentes em torno daquela pessoa, enfim como se deu aqui no presente caso. E que foi aceito, respaldado pelo próprio Tribunal de Justiça de São Paulo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Perfeito. Agora vou entrar mais especificamente na questão do processo em si com relação ao esquema da Coaf. O esquema da Coaf era conhecido por todos, em Bebedouro. Eu estive lá, no assentamento Reage Brasil, eu conversei com várias lideranças da cidade, eu fui procurar informações a respeito do esquema. E aí várias pessoas disseram, e diziam para todos lá que quisessem ouvir, que era fato corriqueiro entre as pessoas que realmente havia esse esquema. Ele era visível a olhos vistos, qualquer pessoa poderia identificar que isso estava acontecendo. E eu pude observar isso, porque num assentamento, que em tese deveria fornecer laranja, 90% dele, 80% dele tem cana-de-açúcar. Eu não vi nenhum pé de laranja. Eu não vi. Eu andei bastante por lá, vi algumas pequenas hortas.

Então a minha pergunta é: esse esquema da Coaf seria possível de ocorrer sem a participação de pessoas vinculadas à Secretaria Estadual de Educação, ou de outras estruturas governamentais?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, o que nós apuramos a esse respeito, durante as investigações, isso foi sendo construído a partir da primeira fase em que vários integrantes da Coaf confirmaram que os projetos que eles apresentavam para as chamadas públicas eram falsos. Foram feitos levantamentos e

oitivas pela Polícia Civil de testemunhas agricultores, pequenos agricultores, os quais negaram que fornecessem aqueles produtos.

Em seguida, passamos a cogitar de quem seria a competência pela fiscalização. Ela compete ao Ministério da Agricultura, do governo federal. Há um acordo, todavia, enfim um convênio, o termo técnico entre o governo federal e o governo do estado, pelo qual o governo do estado deveria, em âmbito estadual, fazer a fiscalização e isso competiria às Casas da Agricultura.

A esse respeito, uma das pessoas investigadas e presa na segunda fase da investigação, foi exatamente um indivíduo que tinha essa dupla função ou papel. Qual seja: ao mesmo tempo em que ele era sócio, administrador e inclusive gerente de alguns contratos da cooperativa, ele tinha assento na diretoria regional da Casa da Agricultura, ligado, portanto, à Secretaria da Agricultura do Estado, e lá ele teria forjado as mais de mil DAPs, Declarações de Aptidão, ao Conaf, dos agricultores dos quais a cooperativa se utilizava para participar e vencer as chamadas públicas. Então, Excelência, a nossa conclusão é que havia não uma falha, mas um ilícito cometido por uma pessoa. Por uma pessoa, certamente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Permite-me um aparte, nobre deputada?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Lógico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ao que consta, havia e há um convênio entre o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Secretaria da Agricultura para emissão de DAPs, não para fiscalização, porque inclusive é indelegável. A fiscalização compete e sempre competiu, e continua competindo, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. É isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Se V. Exa. tem essa informação, só posso acreditar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor não tem? A informação que o senhor deu aqui então pode ser errada?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O que nós sabemos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor afirmou o contrário do que eu estou afirmando.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Eu disse que há um convênio pelo qual o Ministério da Agricultura transferiu essa parte das DAPs, firmou um convênio, enfim um contrato com o Governo do Estado a esse respeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É, não foi o que o senhor disse. O senhor disse que o Ministério de Desenvolvimento Agrário, não da Agricultura - são dois ministérios distintos -, tinha um convênio e transferiu, por esse convênio, a fiscalização à Secretaria da Agricultura. E eu digo que isso não é correto, que transferiu a capacidade de emitir DAPs; fiscalização, não; é indelegável. É do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Pode ser.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito obrigado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria, porque quando eu estive lá no assentamento, várias pessoas citaram inclusive, eu não vou...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nobre deputada, só para dizer que seu tempo já correu, então que V. Exa. conclua, por favor.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Vou concluir. Essa é a última pergunta.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Presidente, eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ainda não, mas...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não, eu estou inscrito, então eu já estou cedendo um aparte do meu pedido à deputada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No momento oportuno da sua inscrição, deputado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É rapidinho. Só quero mais uma pergunta. Quando eu estive lá no assentamento, várias daquelas pessoas, com as quais conversei, nominaram - não vou, por uma questão ética, citar o nome dessas pessoas, mas várias autoridades, inclusive autoridades importantes da região foram mencionadas por aquelas pessoas, de que estariam envolvidas nesse emaranhado bastante grande de corrupção na merenda do estado de São Paulo - alguns nomes, e provavelmente sejam os nomes pelos quais foi deslocada a competência para a Procuradoria Geral de Justiça, para o Tribunal de Justiça.

Eu queria, como pergunta, saber se os delatores, se o senhor pode informar, citaram nominalmente autoridades nos seus depoimentos.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, citaram.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Isso consta de todas essas delações que o Ministério Público cuidou?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Das que tive acesso, sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sim. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Bom dia. Queria entender, em primeiro lugar, em meados de 2015 o Dr. Herbert procurou o Gaeco para falar de uma grande operação de um grande vulto, como o senhor citou aqui. Na sua avaliação, uma grande fraude. Pelo que tomamos conhecimento, produtores rurais lesados, documentos fraudados para participar de licitações. Eu queria fazer uma primeira pergunta no seguinte sentido: quais são as vítimas até agora, desse processo? Hipoteticamente, numa fraude, tem que haver uma vítima. Quais são as vítimas?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A vítima é o erário.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É o erário.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Para os crimes cometidos, na verdade, teríamos que pensar nos crimes cometidos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Organização e/ou associação criminosa, fraude à licitação, chamada pública, no caso, peculato, corrupção passiva e ativa, organização e associação criminosa, a vítima é a sociedade, a incolumidade pública. Dos demais, a vítima é a administração pública, então, sim, é a sociedade...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Ainda que não haja prejuízo ao erário.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, ainda que não haja prejuízo ao erário, veja, Excelência, que o crime de corrupção ativa independe de que tenha havido efetivo pagamento. Basta a promessa de que venha haver um pagamento. Isso já configura o crime. Ele não é um crime que exige o resultado efetivo, mas é um formal.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas quando chegaram as notícias... Por exemplo, quantos produtores rurais a Coaf lesou? Acho que não vi ninguém dar esse número até agora. O senhor sabe quantos foram lesados nesse processo?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O que nós temos, a relação que consta dos autos é de cerca de mil e poucas DAPs. Então mil e poucos produtores, pequenos agricultores rurais teriam sido...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Enganados.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Teriam sido enganados, teriam tido seus nomes indevidamente utilizados para essas fraudes.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quantos foram ouvidos no inquérito, produtores rurais?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Alguns foram ouvidos pela Polícia Civil. Todavia isso é um pedido feito por nós, pelos promotores de Justiça, para que todos eles viessem a ser ouvidos, a fim de confirmar se realmente nenhum deles havia entregado, fornecido os produtos para a cooperativa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E o senhor acompanhou o depoimento de quantos deles?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Dos produtores rurais, nenhum. Foram ouvidos pela Polícia Civil.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nenhum promotor acompanhou nenhum depoimento de produtor rural?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Acredito que não. Como eu disse, isso foi um pedido feito entre a primeira e a segunda, uma sugestão que foi feita, entre a primeira e a segunda fase da operação. Logo em seguida, a operação foi deslocada para a Justiça Federal. Do nosso pedido, deslocamento para a Justiça Federal, consta, inclusive, essa sugestão, ou seja, das diligências pendentes, entre as quais a necessidade de oitiva dos produtores.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - As prefeituras também, de certa forma, foram vítimas, não é?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Exatamente. Para o erário.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quantos prefeitos foram ouvidos no inquérito pelo Ministério Público?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Prefeitos, que eu saiba nenhum, Excelência. Como eu disse, a investigação se desenvolvia em camadas, ou por núcleos. O primeiro era o atinente aos empresários, aos integrantes da cooperativa. O segundo, dos lobistas. Ainda havia outros lobistas a serem investigados. Enfim, os funcionários públicos, e daí os agentes políticos, embora os prefeitos que haviam sido citados já tivessem sido comunicados desde janeiro de 2016 à Procuradoria Geral de Justiça, a quem cabe a investigação de prefeitos nos mandatos. De maneira que a nossa investigação apenas poderia avançar sobre ex-prefeitos e, obviamente, sobre os primeiros escalões, segundos, enfim, demais escalões, mas não sobre prefeitos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quantas pessoas foram indiciadas na primeira fase?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Indiciadas?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Indiciadas.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não sei dizer, Excelência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor sabe me dizer se só foram membros da Coaf ou...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Na primeira fase, foram sete mandados de prisão. Seis eram contra pessoas da Coaf; e o sétimo era para o Marcel Ferreira Julio, que veio a ser preso então durante a segunda fase.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Alguém, de alguma prefeitura, foi indiciado nessa primeira fase? Algum funcionário?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não que eu saiba.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Ministério Público não acompanhou nada, nem na primeira, nem na segunda fase, com relação a agente público indiciado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, agentes públicos foram mencionados, tanto na primeira como na segunda fase. E nenhum, todavia, foi ouvido.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nem da própria cidade de Bebedouro, na qual existia, ou que era a sede... Ninguém da Prefeitura foi indiciado, não houve comprovação, no primeiro momento, ou indícios de crime?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, Excelência. A ideia, a dinâmica da investigação era a seguinte: avançar em núcleos. Primeiro o núcleo mais próximo dos empresários, dos sócios, vendedores, funcionários da Coaf. Em seguida, os lobistas, e depois os agentes públicos. E tudo o que fosse feito de maneira abrangente, cada núcleo em uma etapa. E não subdividindo, que naturalmente prejudicaria as investigações, já que haveria invariavelmente o vazamento das informações a respeito dos diferentes eventuais funcionários públicos envolvidos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Entendi. É que, na minha cabeça, parte mais ou menos o seguinte: precisaria haver um caso específico, concreto e real para dar margem e credibilidade para essa apuração macro, nesse sentido. Fico pensando: então, num primeiro momento, só foi o pessoal da Coaf, lobistas, e estão falando de uma forma genérica. A partir desse genérico total, lá na frente vamos abrir para cada prefeitura. Seria isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Exato.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Aí, nesse meio tempo, há um vazamento de informações, há um estardalhaço na imprensa, nesse sentido, aquela questão toda, mas nenhum agente, efetivamente, público de qualquer licitação de todas as que foram citadas, os mais diversos casos de prefeitura ninguém foi chamado nesse período.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, não era essa a dinâmica, não era esse o esquema que se elaborou para o desenvolvimento da investigação. Temos absoluta confiança que isso será feito em breve, tanto pela Procuradoria Geral de Justiça, como pelo Ministério Público Federal, em conjunto com a Polícia Federal.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Vou fazer uma pergunta técnica. A partir do momento... O senhor citou aqui que o governo federal tem a questão da fiscalização, isso por conta da verba ser proveniente do governo federal. Perfeito?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Se a verba era proveniente do governo federal, isso, por si só, determina a competência de quem apura os fatos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. O que determina a competência é o órgão que fiscaliza a verba, conforme as Súmulas 208 e 209 do STJ.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Por exemplo, a Polícia Civil teria competência para tocar um inquérito da natureza, mesmo sendo recursos provenientes do governo federal?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, a Polícia Civil tinha a segunda jurisprudência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sim.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não há nulidade na investigação policial feita sem a intenção, sem o conhecimento de eventual incompetência. Foi exatamente o que aconteceu. A partir do momento em que chegaram os autos, as informações determinantes da competência, foram remetidos à Justiça Federal. À Justiça Federal cumpre revalidar, ratificar, endossar os atos de investigação anteriormente feitos. Eu acho que essa era uma questão, não sei se o deputado Alencar, ou a deputada Marcia Lia gostariam de ter feito, acho que entendi isso, como é que se daria, enfim, o recebimento das delações pela Justiça Federal. Sim, a Justiça Federal tem que confirmar tudo aquilo que foi feito pela estadual. É o que esperamos que seja feito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Qual foi a data efetiva que chegou ao conhecimento da Polícia, do Ministério Público de que tratava de verba federal e, portanto, a competência originária estava prejudicada?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Onze de maio.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Onze de maio? Em 11 de maio, o Gaeco foi avisado dessa data?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Como eu expliquei para o deputado Alencar, na primeira fase da investigação, no dia 19 de janeiro, o Gaeco de Ribeirão Preto, uma equipe a qual eu compunha...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Oficiou, eu entendi.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, não oficiou, Excelência. Perdão. No dia 19 de janeiro, fomos à Prefeitura de Bebedouro, entre os outros 17 mandados de buscas em prefeituras. Na Prefeitura de Bebedouro nos deparamos com a insígnia do FNDE, do PNAE em vários documentos das chamadas públicas com a Coaf. Imediatamente, junto com a comunicação a respeito do possível envolvimento de pessoas com foro privilegiado para a Procuradoria Geral de Justiça, imediatamente comunicamos essa possibilidade de envolvimento de verba federal.

Na semana seguinte, acredito eu, a Procuradoria Geral de Justiça oficiou para o TSE, suscitando a questão, indagando ao TSE se haveria, enfim, verba federal, estadual, e como se daria isso. A primeira informação do TSE a esse respeito foi juntada logo depois da segunda fase da operação, creio que na segunda semana de abril, aos autos, dizendo que haveria verba federal e que era inviável o uso de verba estadual e municipal. Oficiamos, em seguida, novamente ao Tribunal Estadual de Contas, ao Ministério Público de Contas e à Procuradoria da República, que havia feito um questionamento, logo após a segunda fase, se haveria verba federal e que fosse informada a Procuradoria da República.

A partir desse questionamento veio aos autos, no dia 11 de maio, a informação, então, de que a verba era 92% de origem federal, era de obrigação de fiscalização pela União e assim, no dia 28 de maio, sem que nenhuma outra medida de investigação

tivesse sido tomada nos autos, entre o momento da chegada dessa informação e o dia 28 de maio, suscitamos o conflito de competência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Um questionamento interno: quem faz a consulta ao Tribunal de Contas do Estado é o procurador-geral...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Que responde e, nessa sequência, o procurador encaminha ao Gaeco de Ribeirão a resposta. Seria mais ou menos esse o procedimento?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Exato.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quando chegou a resposta para vocês, em Ribeirão Preto? Quando foi protocolada a resposta do procurador-geral do Estado para vocês, após a segunda fase?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Isso, exato.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor se recorda a data de... Foi um ofício, foi um telefonema?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Foi um ofício.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Um ofício. O senhor se recorda da data que foi protocolado esse ofício no Gaeco de Ribeirão Preto?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, Excelência. Não me recordo. Recordo que, em seguida, eu transmiti ao Dr. Herbert e juntamente foi protocolado na Justiça de Bebedouro, e em seguida foi oficiado de volta, para que fosse esmiuçada a origem detalhada daquela verba discriminada por município e por data.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor chegou a ver a resposta do Tribunal de Contas do Estado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Claro.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor viu as datas de resposta do Tribunal de Contas e a data que o Tribunal protocolou junto ao procurador-geral da Justiça?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, Excelência. Desconheço.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E a resposta foi protocolada no dia 17 de março, junto ao gabinete do procurador, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa. Então, entre 17 de março, que foi a data em que o gabinete do procurador tomou conhecimento, vocês só foram informados em maio?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. Na primeira ou segunda semana de abril. Acredito que na primeira semana de abril.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Concede-me um aparte, nobre deputado Caruso?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pois não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tenho aqui em mãos cópia de um ofício de 5 de fevereiro de 2016, em que o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Dimas Eduardo Ramalho, encaminha ao Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, procurador-geral de Justiça, um ofício, comunicando as medidas adotadas pelo Tribunal de Contas para averiguação de possíveis desvios de recursos públicos na aquisição de merenda escolar junto ao Coaf, bem como a realização de estudos para análise da legislação aplicável à matéria, e isso foi protocolado no gabinete do procurador de Justiça no dia 11 de fevereiro de 2016.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - É esse foi o primeiro...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E tem o ofício do presidente do Tribunal de Contas agradecendo ao procurador-geral de Justiça pelo estudo feito pela Procuradoria, que eu também tenho aqui em mãos, sobre as verbas federais destinadas à merenda no Estado de São Paulo.

Isso tudo é de fevereiro e o nobre depoente informa que só em maio tomou conhecimento dessa situação e aí passou para a competência federal. Em fevereiro. Mas tem datas anteriores aqui que eu vou mencionar ainda.

Foi em fevereiro, em abril, foi quando, nobre depoente?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Como eu disse, Excelência, a questão da competência foi suscitada, inicialmente, pelo próprio Gaeco de Ribeirão Preto.

Dezenove de janeiro, comunicamos à Procuradoria Geral, que, por sua vez, solicitou ao Tribunal de Contas que fizesse o levantamento, o qual veio aos autos, para nós, para o Gaeco e para a Promotoria de Bebedouro, logo em seguida à segunda fase da operação, na segunda ou primeira semana de abril.

A partir disso foram solicitadas novas informações ao TCE, ao Ministério Público de Contas, que vieram, então, complementadas. Daí, sim, a nosso juízo, suficientes a embasar uma decisão a respeito da competência no dia 11 de maio, de forma que nos manifestamos a respeito no dia 28 de maio.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para uma questão de ordem, está encerrado o prazo de inscrições para os senhores deputados que querem usar a palavra.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, quanto tempo me resta ainda?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ainda restam cinco minutos, deputado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu já vou conceder uns apartes, quero apenas concluir dois raciocínios.

A segunda fase se deu especificamente em que dias, doutor? O senhor se recorda? Prisão...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Vinte e oito de março, se não me engano. Foi na última semana de março, até primeiro de abril.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Gostaria, se possível, que o senhor confirmasse a data efetiva em que o Gaeco de Ribeirão Preto recebeu a informação, por ofício, do procurador-geral, sobre os problemas relacionados à competência de apuração do caso.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, veja...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É um ofício, deve estar datado e protocolado junto com vocês.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Eu sequer recordo a data exata da segunda fase da operação. Não me recordo a data desse ofício, o que, ainda assim, não vai mudar absolutamente nada por uma simples razão, para nós, a nosso juízo, a resposta do Tribunal de Contas, que veio na data de abril, foi insuficiente para determinar qualquer competência, já que ela não trazia nem a lista de municípios nem de entidades públicas, nem as datas e nem os totais gastos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Qual foi o teor? O procurador-geral encaminhou uma resposta de uma forma... Só a resposta do tribunal? Sem um parecer do procurador? Sem dizer o seguinte “na avaliação do procurador-geral”...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sem.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sem nada. Deixe-me fazer uma pergunta técnica.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Até porque, Excelência, o Ministério Público é independente entre as suas instâncias, cabe a nós, no primeiro grau, entendermos pela competência ou não, e não a Procuradoria-Geral de Justiça.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Essa era uma das perguntas técnicas que eu ia fazer. Então vocês são independentes para...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Independência funcional.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Delegado Olim tinha me pedido um aparte antes da deputada Márcia Lia.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O nobre deputado Barros já perguntou, então gostaria apenas de fazer uma pergunta rápida.

O senhor, como fiscal da lei, Dr. Romanelli, viu e deu entrevistas, na cidade de Bebedouro, na sua cidade, em sua região, sobre as fraudes que percebeu serem sobre lei federal. Eu lhe pergunto, 92% da verba é federal, por que vocês demoraram tanto para enviar esse inquérito para órgãos federais?

Será que vocês não viram ali uma Lava Jato, os delegados, os promotores, para se promover? Será que não seria por isso que os senhores demoraram tanto? Soltaram tantas informações para a imprensa, porque se demorou tanto e já tem 92%, o senhor mesmo repetiu, que era de verbas federais.

O senhor podia me explicar, por gentileza?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, essa informação a respeito das verbas federais foi protocolada nos autos exatamente no dia 11 de maio. Essa porcentagem.

Entre essa data e a remessa à justiça federal não houve nenhum pedido nos autos, então reputo incorreta a sua cogitação a respeito de autopromoção ou qualquer coisa que o valha.

Entendemos, no Ministério Público, que a transparência da nossa investigação é inerente, sobretudo quando ela interessa a toda a sociedade de São Paulo, o que não se confunde com autopromoção nem nada de cunho personalista, mas sim com a prestação de contas que achamos necessário haver nesse tipo de matéria.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Um aparte para a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Gostaria, na verdade, de usar um segundo do tempo de vocês para fazer denúncia do que está acontecendo, neste exato momento, na cidade de Itaberá.

A Polícia Militar, e é muito bom que o líder do Governo esteja aqui, está colocando o revólver na cabeça de crianças e de mulheres grávidas na última semana de gestação. Estou recebendo denúncias de uma mãe que está passando por esse constrangimento na cidade de Itaberá, em uma reintegração de posse que está sendo feita sem mandado de reintegração de posse. Isso é muito grave, a Polícia Militar está exorbitando seus poderes e suas atribuições.

A mãe está pedindo pelo amor de Deus para que eu entre em contato com alguém para que se tomem providências em relação ao que está acontecendo na cidade de Itaberá, em uma área do meio ambiente que foi ocupada no último dia cinco. A Polícia Militar, exorbitando suas atribuições, está colocando revólveres na cabeça das crianças. Estou aqui com as fotos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, um aparte?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pois não.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Primeiramente, eu gostaria de dizer que a Polícia Militar trabalha sempre dentro da legalidade.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Estou vendo. Tenho visto os vídeos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vossa Excelência tem uma mensagem... Eu estou falando agora e peço que V. Exa. me respeite. Vossa Excelência tem uma mensagem de uma mulher que passou para V. Exa. alguma coisa.

Antes de fazer uma acusação desse tipo, por favor, peça informações à Polícia Militar ou ao Estado de São Paulo, que podem informar a senhora. Não é falar aqui que isso que V. Exa. está ouvindo pode ser que esteja acontecendo e, se estiver, a

Corregedoria da Polícia Militar vai ser a primeira a apurar o que está sendo, se tiver algum abuso, como sempre acontece.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Vossa Excelência quer ver a foto?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Não quero ver a foto. Estou dizendo que os fatos estão muito pulsantes para V. Exa. fazer uma acusação indevida como está fazendo agora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Estou fazendo e reafirmo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, por favor.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Primeiro, não é nem o objeto de trabalho desta CPI; segundo, não é o caso de fazer acusações indevidas sobre a instituição neste momento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Um momento. Para concluir, deputado Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - O que eu acho é que antes de se trazer informações precipitadas a essa CPI, de um assunto que nem diz respeito ao que está sendo tratado, ele precisa primeiramente ser conhecido.

Essa precipitação sempre leva a grandes equívocos e a acusações indevidas a uma instituição que está aí para preservar a ordem pública, para garantir a proteção das pessoas e defender os direitos humanos. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, vocês podem acompanhar a reunião, mas sem se manifestar.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Para encerrar, presidente, invasão, neste País, ainda é crime.

Vamos ver o que está acontecendo, depois tomamos providências. Eu mesmo vou levantar detidamente este caso para dar conhecimento aos nobres deputados.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Alencar Santana. (Manifestação dos presentes.)

Senhores, por favor. Vocês se mantiveram com ordem até este momento. Queria pedir que continuassem dessa forma. Não queremos tomar nenhuma atitude mais agressiva contra alguém, mas, por favor, mantenham a ordem da reunião.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, aqui, de fato, o objeto é a CPI da Merenda, mas, como a informação chegou de pronto à deputada Marcia Lia, acho que cabe a ela, que está presente, relatar a todos.

Queria pedir ao deputado Cauê, que é líder do Governo nesta Casa, que buscasse informação. Chegou a notícia para nós, desde a manhã, de que estaria havendo essa ação da PM sem mandado judicial. Como disse o deputado Camilo, todos estão submetidos à ordem, inclusive a PM.

Não cabe a ela, sem qualquer ordem... Quem vai julgar se aquela ocupação é indevida não é a PM, quem tem que julgar é o poder Judiciário, então pedimos que haja uma intervenção de V. Exa. junto ao secretário de Segurança buscando mais informações para que se evite ali qualquer ato de violência, qualquer ilegalidade de quem quer que seja, de qualquer das partes. Acho que esse não é o desejo de ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem deputado Enio Tatto, depois... Desculpe...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Rapidinho. É exatamente o que V. Exa. falou, deputado Alencar, precisamos conhecer melhor os fatos antes de tomarmos qualquer tipo de atitude.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas a ação da deputada em falar isso na presença do líder é importante para que possamos ter acesso...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor, a questão de ordem do nobre deputado Enio Tatto. Quero registrar a presença do nobre deputado Cauê Macris.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu ouvi direito aqui, a nobre deputada Marcia Lia fez um alerta. Ela recebeu uma denúncia séria, deputado Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vamos apurar, vamos apurar.

O SR. ENIO TATTO - PT - Inclusive, ela se referiu ao deputado Cauê Macris, líder do Governo, para tomar as providências, para dar informação. Ela não acusou simplesmente.

Agora V. Exa. já está defendendo, dizendo que ela está fazendo acusação indevida, então acho que...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Precipitada.

O SR. ENIO TATTO - PT - Temos precedentes na polícia, não toda a instituição, só algumas pessoas. Inclusive, foi afastado um coronel há poucos dias.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Qual a questão de ordem, deputado Enio Tatto?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Como temos em todo lugar.

O SR. ENIO TATTO - PT - A imprensa levou um cacete...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Enio Tatto, por favor, isso não é um debate sobre a ação da Polícia Militar. Eu queria saber qual é a questão de ordem, deputado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Que se tomem providências, que alguém vá atrás.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Foi feita a solicitação.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, V. Exa. deixa o deputado Camilo falar. Nós não podemos?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, estamos aqui...

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu queria contestar e contrariar totalmente a intervenção do deputado Camilo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esse não é o foco desta CPI. Já foi feito o levantamento, foi feita a denúncia pela deputada, solicitamos que todos que puderem, por favor, ajudem a apurar os fatos, mas vamos voltar ao tema desta CPI.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Posso concluir minhas perguntas, presidente?

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Vou levantar as informações que foram solicitadas e passo assim que tiver.

O SR. ENIO TATTO - PT - A denúncia é gravíssima, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Devolvo a palavra ao deputado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só tenho mais uma pergunta e, desde já, agradeço ao Dr. Leonardo pela gentileza nas respostas.

Dr. Leonardo, no instituto da delação premiada não vale só a palavra, é necessário um conjunto de provas. Efetivamente, essa CPI tem conhecimento de alguns documentos, talvez muito pouca coisa de concreto ainda porque as próprias delações

não vieram para nós. O que o senhor pode citar de prova efetiva que foi eventualmente carregada junto com essas delações? Porque, pelos comentários aqui, parece que não houve prejuízo ou não houve superfaturamento em algumas licitações que foram citadas aqui, como a do Estado, por exemplo.

O que, de fato, há de provas? Tem um contrato com um funcionário, mas o que veio a mais nessas delações e em que o senhor pode colaborar com a CPI nesse sentido?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Pois não, Excelência. A nossos olhos foram diversas provas que confirmaram os fatos trazidos em meados de 2015 pela testemunha inicial. Não apenas o acompanhamento e a interceptação telefônica, que confirmaram que havia pagamento de propina, não o depoimento de um colaborador, mas de todos eles. Todas as pessoas envolvidas na cooperativa afirmaram que havia superfaturamento para que pudesse haver o pagamento de propina.

Segundo alguns, variava de 3 a 15, 20%, segundo outros, de 10 a 30%, nada disso ocorreria sem o superfaturamento, no que, a nosso ver, estaria o crime de peculato. Mesmo porque seis reais pelo litro do suco de laranja parece-me um valor irreal.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas o questionamento é esse: como vocês não ouviram nenhum agente público é inconclusivo.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, a investigação está em andamento.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então, o que temos é um conjunto de um acusando o outro, um tentando tapear o outro, em determinado momento até parece que aqueles representantes, os que seriam os lobistas, estão enganando mais do que ninguém, é uma teia bem complexa ali.

Mas, para os olhos de um processo, sem análise documental da prefeitura, sem ouvir os agentes públicos, como ter a certeza ou como afirmar que existia um crime?

Aparentemente, pelo que as pessoas falaram, existia um crime, mas parece que está faltando o corpo ainda.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sem dúvida. A investigação está em andamento, temos absoluta convicção e confiança de que vai chegar a um bom termo com a descoberta dos agentes públicos envolvidos, dos quais, inclusive, vários foram individualmente nominados pelos investigados integrantes da cooperativa, com os quais estiveram em mais de uma reunião, a par do que os lobistas possam ter acrescentado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só para finalizar, foi remetido... A competência mudou, mas há alguma apuração ainda feita pelo Gaeco? Alguma competência originária, alguma prefeitura, o que a Polícia Civil e o Gaeco, hoje, tocam dessa operação toda?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Absolutamente nada, excelência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nada? Zero?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Hoje? Zero. Transferimos tudo para a esfera federal.

O único trato, que foi nosso compromisso feito com o ministério Público Federal, com a Polícia Federal, é o de que nos reunamos em breve para que possamos passar nossas impressões, nossos resumos e nosso material diretamente para eles, a fim de que possam se valer da experiência que nós haurimos durante esse quase um ano de investigação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Um aparte. Em breve seria mais ou menos quando? Porque os senhores mandaram para lá em maio, certo? Junho, julho, agosto e setembro, e a reunião vai ser em breve?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor pode precisar mais ou menos qual a brevidade?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, cabe à Polícia Federal, ao Ministério Público...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que for breve para ela é breve para os senhores também.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, infelizmente os autos não mais nos competem, não temos a atribuição, a capacidade de determinar essa data.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, em breve...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Assim como V. Exa., nós também temos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em breve haverá o entendimento então, entre a federal e a estadual.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Um entendimento não.

O SR. BARROS MUHOZ - PSDB - Uma conversa?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Isso, uma reunião.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ótimo. Fico bastante animado agora. Em breve.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, era isso. Agradeço o Dr. Leonardo pelas respostas.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Bom dia a todos. Presidente, deputados, pessoal presente, Dr. Leonardo, talvez algumas de minhas colocações sejam repetitivas, para desespero do deputado Carlão Pignatari, mas espero que no processo, nessa somatória, possamos amearhar questões interessantes.

Dr. Leonardo, de quais oitivas o senhor participou ou esteve presente?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, talvez pelo tempo passado, pela elevada gama de processos e investigações de que participamos, eu possa, eventualmente, cometer algum equívoco, mas, na primeira fase, participei, diretamente, da oitiva do Carlos Alberto Santana da Silva; participei de parte da colheita de depoimento do Carlos Luciano Lopes, que eu me lembre não fui eu que assinei, Dr. Herbert o fez; participei da oitiva de Cassio Izique Chebabi. Na primeira fase, acho que foram desses três. E também de parte do depoimento do Caio, funcionário do financeiro da cooperativa.

Na segunda fase, participamos da oitiva de Sebastião Misiara, Marcel Ferreira Julio, Carlos Eduardo da Silva e possivelmente estou me esquecendo de mais algum da segunda etapa.

Enfim, naqueles em que consta o meu nome são as de que participei e estive presente do começo ao fim.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor se recorda se essas oitivas foram gravadas ou filmadas?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Em todas elas o combinado é que seriam registradas em áudio e vídeo.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Na sua avaliação, Dr. Leonardo, houve algum tipo de coação por parte dos policiais ou delegados para com as testemunhas?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Nenhum, Excelência. Como já disse S. Exa., o deputado Alencar, todos foram tomados na presença dos advogados, de delegados e de escrivães, sob fortíssimo escrutínio da imprensa, presente dia e noite em frente às delegacias de Bebedouro, e imediatamente remetidas ao judiciário, que, aliás, já analisou em ambas as instâncias arguições a respeito da nulidade por essa exata razão, as quais foram rechaçadas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - De forma alguma houve qualquer tipo de coação? O senhor afirma isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor ou algum delegado insistiu para que as testemunhas dissessem ou pudessem dizer o nome de algum agente público ou agente político envolvido em todas essas questões?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. O que queríamos saber, sim, eram os agentes públicos envolvidos, independentemente de serem políticos ou de ocuparem qualquer tipo de cargo.

Por nosso dever de ofício, pela obrigação da investigação e pelo anseio da sociedade, deveríamos saber as demais pessoas envolvidas além daqueles que pagavam as propinas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - E esses nomes apareceram?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Apenas parte. Acreditamos que haja vários outros por surgir.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor sabe dizer se existe alguma representação contra promotores ou contra os delegados por indício de coação nesses depoimentos que o senhor coloca?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Contra mim foram feitas duas representações na Corregedoria do Ministério Público, acredito que uma terceira na

Corregedoria Nacional. Foram feitas reclamações. Uma reclamação perante o Tribunal de Justiça e mais um pedido de várias coisas que tem essa mesma natureza perante a Justiça de Bebedouro.

Foram feitas, também, representações, acredito que duas perante a Corregedoria da Polícia Civil em face dos delegados em Ribeirão Preto.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Na visão do senhor, a Coaf funcionava como cooperativa ou era uma empresa para a realização de contratos escusos? Qual era a verdadeira função dessa Coaf, na visão do senhor?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Era feita para a realização e celebração de contratos escusos, já que ela foi desnaturada desde a sua primeira origem, que deveria ser o cumprimento da Lei 11.947, de 2009, uma lei de cunho muito curioso, já que deixa uma larga avenida para a ocorrência de ilícitos, que foi inicialmente utilizada pela cooperativa para, moralmente - no mínimo -, lesar os produtores rurais, que não forneciam os produtos. Eles eram vindos de grandes empresas.

Tudo indica a existência de grave superfaturamento e o pagamento de propina, então sim, acreditamos que era uma empresa, uma entidade, uma sociedade, uma cooperativa voltada para a prática de ilícitos.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Com todo o respeito que eu tenho ao deputado Mentor, mas eu precisava fazer essa pergunta: quem era o grande mentor e arquiteto dessa questão da Coaf nos contratos firmados com as prefeituras? Quem era o chefe?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, em um primeiro momento ela foi presidida por Cassio Iziqhe Chebabi.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor diria que ele era o cara?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Inicialmente, logo no início, os depoimentos apontam isso, ele tinha como, não apenas sócios, mas como amigos pessoais, César Augusto Bertholino e Carlos Luciano Lopes. Então, diríamos que todos

eles, em conluio e com absoluto concerto de ações, mancomunaram-se desde o início para realizar esses ilícitos.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - E o top da cadeia era o senhor Chebabi? Comando central.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - É uma questão que ainda temos em aberto, quem foi aquele que arquitetou, que tinha o conhecimento da existência dessa lei e a possibilidade de fazer todo o planejamento.

Essas três pessoas certamente estavam no início da trama. Se ele foi o mentor ou não seria uma injustiça eu afirmar...

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Os três são o Chebabi, o...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Carlos Luciano e César Augusto Bertholino. Esses três estavam desde o início... Perdão, creio que o César entrou depois, mas o Cassio e o Carlos Luciano estavam desde o início da trama.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor sabe dizer, ao longo de tudo o que o senhor ouviu, quais prefeituras foram beneficiadas com esses contratos fraudados?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, as prefeituras foram prejudicadas com os contratos fraudados. Eventualmente algum agente público de alguma prefeitura foi pessoalmente, indevidamente, e se enriqueceu por conta dos contratos.

Dito isso, nossa investigação se iniciou sobre 17 prefeituras, todavia, no relatório final do Tribunal de Contas, esse sobre o qual conversávamos a respeito com os deputados Jorge Caruso e Olim, veio aos autos no dia 11 de maio, licitando mais de 30 prefeituras.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - O senhor lembra-se de alguma delas, por favor?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - São diversas, Excelência. Seria, enfim, Americana, Campinas, Santos, Mairinque, Mairiporã, enfim, são diversas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Obrigado, Dr. Leonardo. Obrigado, presidente. Por ora era só.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Gostaria de cumprimentar o nosso nobre presidente e os membros dessa CPI. Cumprimento o Dr. Romanelli.

Não quero ser redundante em minhas colocações, caso o seja, por favor, tenham um pouquinho de paciência comigo, sou um dos membros que menos usa o tempo dado aos membros da CPI, mas, para alguns esclarecimentos, gostaria de perguntar ao Dr. Romanelli. O senhor disse que a Operação Alba Branca foi iniciada em meados de 2015.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A investigação, sim.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - O senhor poderia me dizer quando o senhor passou a integrar, literalmente, essa operação? Foi no início dela?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Desde meados de 2015. Antes de a Polícia Civil decidir pela abertura do inquérito policial fomos procurados pelo delegado seccional em conjunto com o Dr. Herbert, nosso colega, os quais queriam a participação do Gaeco pela envergadura possível que se divisava que haveria na investigação.

De pronto concordamos e passamos, com alguma distância, a acompanhar as ações que eram efetivadas e colaborar com sugestões durante o segundo semestre de 2015, até que participamos de maneira efetiva, tanto na primeira fase de operação como na análise dos documentos apreendidos na oitiva das pessoas e na elaboração das peças processuais.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Então, neste primeiro momento, de meados de 2015 até o início de 2016 o senhor acompanhou mais à distância?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeito.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Quer dizer, efetivamente a partir de 2016?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, acompanhamos à distância, mas sabendo de cada passo que era adotado pela Polícia Civil e pela Promotoria de Bebedouro.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Foi feita uma pergunta aqui, acho que pelo meu amigo Delegado Olim, sobre a declaração feita pelas testemunhas, elas foram ouvidas em termos de declaração, que normalmente é usado para testemunhas e não para investigados.

A pergunta que eu faço é a seguinte, por que logo após elas terem sido ouvidas elas foram liberadas? A prisão preventiva não deve durar cinco dias? Por que elas foram liberadas logo em seguida e não permaneceram detidas para que fossem colhidos outros depoimentos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - As prisões temporárias, Excelência, tem o prazo de duração de cinco dias, renováveis, inclusive, por outros cinco, podendo durar dez dias.

Conforme as pessoas foram ouvidas, algumas delas já no dia 19 de janeiro, no caso da primeira fase, outras no dia 20 e outro, ainda, no terceiro dia, na quinta-feira. Conforme eles foram colocando fatos de interesse à investigação ou elaborando colaboração premiada, entendemos que os esclarecimentos, não que fossem absolutamente “compreendentes” e suficientes, mas já eram inicialmente bastantes para que pudessemos continuar com as investigações.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Mas não seria mais salutar manter essas pessoas detidas e colher, depois, ao longo desses cinco dias, outros depoimentos. Só aqueles primeiros depoimentos já foram suficientes e tudo ficou esclarecido?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não ficou tudo esclarecido. Acreditamos que ainda haja mais a ser dito por eles, mas foram entendidos como suficientes para que a investigação pudesse prosseguir.

Seria inviável naquele momento, todavia, que todos eles continuassem indefinidamente presos, já que o objetivo não era o oferecimento de uma denúncia contra os corruptores, que continuariam presos, depois contra os lobistas, também por corrupção ativa, formação de quadrilha e organização criminosa, eles continuariam presos, e depois pelos agentes públicos. Não, a ideia era uma denúncia única, de maneira que venham a ser presos os principais responsáveis e beneficiários desse esquema ilícito.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Dr. Romanelli, já ouvimos aqui, inúmeras vezes, citações acerca das pessoas que foram investigadas e ouvidas, que algumas delas prestaram depoimento sob coação. Foram coagidas, pressionadas. Já ouvimos até aqui nesta CPI alguém que disse ter assinado um depoimento e que depois refez o depoimento, dizendo que no primeiro depoimento que prestou foi coagido a dizer aquelas palavras.

Teve uma testemunha aqui, inclusive, que disse que não disse aquelas palavras. Simplesmente apresentaram o depoimento já pronto e pediram que ela assinasse.

O senhor disse aqui que todos os depoimentos foram filmados e gravados. O senhor confirma isso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Dos que participei, acredito que sim.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - O senhor tem conhecimento de alguma fita, algum áudio que vazou de um depoimento de alguém que o fez sob pressão? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O César Bertholino foi inquirido por nós de maneira informal, em uma entrevista informal. Isso foi gravado ou por ele ou pelo advogado dele. Isso foi utilizado em todas as instâncias possíveis para se buscar a nulidade do processo, a suspensão dos investigadores, inclusive da minha pessoa.

A punição das pessoas que participaram da investigação, como respondi agora mesmo para S. Exa., o deputado Chico Sardelli, foram feitas pelo menos cinco entre representações e reclamações aludindo a esse fato que V. Exa. possivelmente menciona.

Todas elas foram repelidas, rejeitadas e arquivadas. Como eu já disse, não foi um depoimento, nada foi aos autos decorrente daquela entrevista informal com o César.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Um aparte, nobre deputado.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Cedo sim, com todo prazer, mas vou só completar o raciocínio, deputado Barros Munhoz. O senhor afirmou que tem uma representação contra o senhor no Conselho Nacional do Ministério Público. Perfeito?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeito.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - O senhor disse que essa representação foi arquivada?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, eu disse que as da Corregedoria Estadual do Ministério Público foram arquivadas.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - É, porque esta do Conselho Nacional, se o senhor entrar no site do Conselho Nacional, está em andamento. Ela ainda não foi arquivada. Ela está ainda sendo apurada. Mas vou ceder o aparte ao deputado Barros Munhoz e depois eu complemento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu ia perguntar exatamente isso.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Desculpe, nobre deputado, é que a...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Porque com uma habilidade impressionante, aliás, eu queria parabenizar o Dr. Romanelli pela habilidade com que ele depõe. Ele efetivamente não disse, mas ele insinuou que todas foram arquivadas. Ele enfatizou que todas.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Inclusive a do Conselho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É óbvio. Todas engloba a do Conselho, e agora ele se corrigiu. Mas foi bom, ele teve tempo o suficiente para se corrigir. Fica bem claro que a representação ao Conselho Nacional do Ministério Público está vigendo. Está tramitando, não está arquivada.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Dr. Romanelli, o senhor falou sobre essa gravação e nós temos o áudio aqui. Não sei se causaria algum constrangimento se pudéssemos ouvir alguma coisa desse áudio, até para confirmar se a voz é do Dr. Romanelli mesmo. De repente o áudio não é verdadeiro, é uma gravação fraudada e nós precisamos ter a certeza de que a voz que está no áudio é do Dr. Romanelli.

Se não houver nenhum constrangimento, não há interesse nenhum em constrangê-lo aqui, muito pelo contrário.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Em que isso colaboraria para as investigações, Excelência?

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Acho que o áudio colaboraria, sim, para vir ao encontro daquilo que alguns depoentes disseram, que foram constrangidos em seus depoimentos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, me permite um aparte, deputado Adilson Rossi?

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Com todo o prazer, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria saber se o promotor Romanelli está sendo investigado. A impressão que temos é a de que o promotor está sendo investigado e ele está aqui na qualidade de trazer informações a esta CPI para esclarecer um caso gravíssimo de desvio, superfaturamento, corrupção etc. A impressão que temos é de que há uma tentativa de desqualificação do trabalho do promotor. Eu só queria deixar isso registrado, Sr. Presidente, porque estou, por enquanto, só acompanhando. Não cheguei

desde o início, mas logo após, e estou tendo essa impressão. Não sei se estou errada na minha percepção.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu honestamente acho desnecessário... Só queria fazer uma pergunta ao... Porque foi veiculado pela imprensa, pela TV Record, se não me engano. Só queria saber se a voz é do senhor, realmente, naquele momento, ou não.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - É minha voz, e isso já foi examinado pelas instâncias competentes. Resta a apuração do Conselho Nacional do Ministério Público, da qual sequer fomos notificados para nos manifestarmos. Até agora todas, a esse respeito, foram arquivadas.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Eu queria informar à nobre deputada Beth Sahão que não há, por parte deste deputado, nenhuma linha de investigação com relação ao promotor Romanelli. Estamos buscando esclarecimentos para esta CPI. Se fazer uma pergunta para obter esclarecimento for interpretado pelos meus pares aqui como investigação, então não entendo o que estamos fazendo aqui. Aliás, a CPI é uma comissão de investigação. Precisamos tomar conhecimento dos fatos.

Inclusive, quando dirigi a palavra ao Dr. Romanelli, disse que, se houvesse algum constrangimento - fui muito claro -, eu não faria questão de ouvirmos o áudio. Apenas perguntei sobre aquilo que temos ouvido incessante e enfaticamente dos depoentes que por aqui passaram. Muitos deles afirmaram que foram constrangidos nos seus depoimentos, e precisamos apurar se houve constrangimento ou não. Ou isso não compete a esta CPI? Não temos interesse em saber se os investigados foram constrangidos ou não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso está na essência desta CPI. Exatamente o que se quer apurar é qual foi o intuito disso tudo. E é fundamental que se ouçam todas as pessoas, na integridade daquilo de que têm conhecimento e daquilo de que participaram. Solicito a audiência desse áudio. Precisamos ouvi-lo, precisamos ouvir qual a voz do depoente Romanelli, para que isso fique inquestionável, porque foi questionada a autenticidade desse áudio. Eu quero saber qual voz é; há várias vozes lá. Acho extremamente importante, fundamental, que se ouça esse áudio.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Deputado Barros Munhoz, se não houver entendimento de que devemos ouvir esse áudio, com uma coisa já fico, em parte, satisfeito: o Dr. Romanelli já confirmou que a voz é dele. Ele tem conhecimento do áudio, sabe qual é o áudio. Seria bom que ouvíssemos, para que todos os membros tomassem conhecimento do teor das palavras, de como a testemunha foi inquirida. Mas isso fica a cargo do nosso nobre presidente e dos membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso é uma decisão dos membros da CPI. A minha preocupação é o fato de termos um trabalho grande a ser feito aqui e, tendo em vista que o próprio doutor admite que a voz é dele, acredito que isso está superado. Mas a decisão é dos membros da CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Acho que V. Exa. deveria colocar em votação. Eu voto a favor de ouvirmos o áudio.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Deputado Barros Munhoz, deixe-me apenas encerrar minha pergunta. Depois, o tempo fica liberado; tenho um remanescente do meu tempo.

Gostaria de fazer uma última pergunta ao Dr. Romanelli. Mas não sei se ele vai conseguir me dar essa informação com relação ao orçamento da Secretaria Estadual da Educação para aquisição de merenda. O senhor sabe dizer quanto a secretaria tem de orçamento e quantos contratos foram firmados pela Secretaria, não sei se dentro dessa investigação...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Contratos da Secretaria Estadual da Educação são objeto de investigação da Procuradoria Geral de Justiça, de maneira que não me cabe atinar essa informação.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Muito obrigado, Dr. Romanelli.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sim.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, rapidamente, como isso foi trazido aqui, estou trazendo a notícia de Itaberá. O tenente-coronel Fernando, do Comando Geral da Polícia Militar, está no local. A área do meio ambiente foi invadida por 30 pessoas. Está sendo usado lá o desforço pessoal, pelo esbulho possessório. Foram retirados pacificamente; todos já saíram.

Quanto às fotos que a deputada mostrou para mim, uma é das viaturas e outra é da mulher grávida. Não há ninguém apontando arma para ninguém. A desocupação já foi feita, já está tudo em ordem. Se, por acaso, alguém conhecer alguma coisa em que a polícia esteja errada, gostaria que trouxesse ao meu conhecimento. Está encerrado, e tudo se deu pacificamente, não houve nenhum incidente com a Polícia Militar no local. A foto é longe das pessoas. Mostra a polícia desembarcando. A Polícia Militar desembarca armada mesmo. Não se apontou arma para ninguém. Muito obrigado, Sr. Presidente. E por favor, deputada, não vou entrar em debate pessoal.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu também não vou entrar em debate pessoal com o senhor, mas as informações que eu recebi... Inclusive, me retirei da sala e falei com algumas pessoas; e de fato as pessoas estavam sendo ameaçadas. Há 40 crianças lá no acampamento. Eles estão realmente saindo. Há duas mulheres grávidas, na última semana de gestação, e a polícia estava com 40 policiais fortemente armados, além do Corpo de Bombeiros etc., para fazer uma desocupação que está sendo feita. Eu disse ao deputado Cauê Macris que, depois que foi dito que o grupo conseguiu uma reunião, no dia 15 de setembro próximo... Porque essa área está sendo negociada com o Governo do Estado; foi então que a coisa ficou mais quente ainda.

Não estou aqui usurpando a função de deputada, estou comunicando uma ameaça grave feita às pessoas que estavam sim numa área do estado. Sem polêmicas mais; se está saindo numa boa, está ótimo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Quero apenas cumprimentar o deputado Coronel Camilo pelos esclarecimentos e pelas providências a respeito da denúncia recebida pela deputada Marcia Lia. Ficamos muito contentes em ter conhecimento de que a desocupação foi feita de forma pacífica, e apenas orientada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Quero apenas ratificar a fala do deputado Coronel Camilo. Acabei de falar com o Secretário da Segurança Pública, que me confirmou exatamente as mesmas informações que o deputado Coronel Camilo está passando aqui, fornecidas pela Polícia Militar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Obrigada, deputado Cauê Macris.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agradeço aos deputados Cauê Macris e Coronel Camilo pelas informações. Quero aproveitar para falar dessa presteza da Polícia Militar em relação a um crime ambiental - se assim foi. Quero relatar um caso que já foi relatado aqui em audiência pública. Uma audiência chamada pela deputada Clélia Gomes. Na divisa de Guarulhos e São Paulo, à margem da Fernão Dias, próximo ao rio, há um grande galpão, de uma grande empresa, que a cada dia aumenta. Se V. Exa. puder interferir para que a Polícia Militar competente na área ambiental também atue com essa presteza ali para impedir aquele dano que vai levar enchente aos moradores da São Rafael, do lado de Guarulhos, e do Jardim Brasil, do lado de São Paulo. Não vemos essa presteza; já denunciemos isso em audiência, mas até agora nada foi feito. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O deputado Barros Munhoz está requisitando que se faça a votação sobre ouvir ou não o vídeo. Só para esclarecimento de V. Exas., o vídeo deixado aqui por uma das testemunhas é de 22 minutos de duração.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos ouvir um pouco menos: do oitavo ao vigésimo sétimo minuto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, não há problema nenhum em assistirmos ou ouvirmos tantas vezes. Mas só para registrar que esse vídeo já foi visto, já foi ouvido. Isso tudo faz parte do showzinho, para desqualificar as pessoas que vêm aqui depor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, para não dar essa conotação, porque realmente o depoente já confessou que a voz é dele, retiro meu pedido. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros Munhoz, respeito sua opinião. O pedido foi feito pelo deputado Adilson Rossi. Inclusive, eu ia sugerir ao presidente que não levássemos a voto, porque isso é um direito parlamentar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas já foi retirado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só quero deixar registrada essa opinião aqui: que não fosse levado a voto, porque isso é direito do parlamentar, de querer passar ou transmitir o que ele ache relevante para os trabalhos. Isso não pode ser cerceado. É necessário deixar isso bem claro. Eu, particularmente, acho que, como o vídeo já foi exposto, não vejo necessidade de vê-lo novamente. Mas se um parlamentar assim requerer, acho que não precisa haver votação; isso tem que ser acatado, Sr. Presidente, com todo respeito. Senão, estaremos cerceando...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso já está superado...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas podemos ter novos casos pela frente. Estaríamos cerceando o trabalho de qualquer parlamentar que aqui se manifeste.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Se tivermos, V. Exa. tem toda razão. Eu entendo que é um direito de cada parlamentar. O que estou argumentando aqui é que, quanto à informação que o deputado queria, o doutor já informou...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas se qualquer parlamentar requerer, deveria ser transmitido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É verdade, é um fato, deputado, V. Exa. tem toda razão. Só quero pedir para que nós tentemos nos pautar,

como tem sido, pela apuração dos fatos. O doutor tem contribuído. Vamos continuar com a oitiva e aproveitar o máximo possível de conhecimento que o doutor tem dos autos, para que possamos trazer os fatos à tona. É isso que interessa a esta CPI.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sr. Presidente, com relação ao pedido que fiz, no momento em que falei sobre o vídeo, eu disse ao Dr. Romanelli que era apenas se não houvesse nenhum constrangimento. Não tenho problema nenhum se não for exibido aqui. Mas refuto a ideia de que o vídeo já foi exibido várias vezes. Participei de todas as reuniões desta CPI, e não vi o vídeo. Estou falando dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer, foi passada aquela reportagem da TV Record.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Também quero deixar claro ao nobre deputado Enio Tatto, por quem tenho respeito muito grande, que não estou fazendo tipo aqui. Não estou usando esta CPI como palco para me apresentar; não preciso disso. Aliás, sou artista profissional, tenho 13 CDs gravados, tenho muitos palcos pelo mundo, onde posso me apresentar, não aqui. Aqui faço trabalho sério, digno, e estou em busca de esclarecimentos. Então, não aceitaria essa colocação de V. Exa., por quem tenho respeito muito grande. Respeito sua atuação, sua história. Não estou fazendo tipo aqui, nem peça de teatro; não estou aqui como ator, mas como deputado membro da CPI.

Obrigado, deputado Alencar Santana Braga, pela sua colocação sobre o direito que cada membro desta CPI tem. Abro mão de ouvir o áudio; não há problema algum. Só fiz questão de pedir e consultar o Dr. Romanelli, tendo em vista o que ouvimos dos outros depoentes. Perdoem-me, mas acho que isso acrescenta alguma coisa à CPI, e não empobrece. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Primeiramente, quero cumprimentar o presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Dr. Romanelli, quero apenas um esclarecimento; depois, vou passar o restante do tempo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É só para registrar o tempo, nobre deputado. Se não, seríamos injustos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O deputado Carlão Pignatari foi embora, então agora tem que ser V. Exa. mesmo. Só quero fazer uma pergunta para ficar esclarecido: o Dr. Romanelli falou aqui, pelo tempo que eu ouvi, que toda a questão agora está com o Ministério Público Federal. Temos uma CPI instalada na Assembleia Legislativa. Todo esse procedimento que estamos discutindo aqui, esse esclarecimento que estamos tendo - isso contribui também para a Polícia Federal. Mas eu também gostaria de saber em que podemos ajudar, ainda aqui no Ministério Público Estadual, a nível da Secretaria e da Assembleia Legislativa. Se o senhor puder esclarecer como o Ministério Público Estadual vai acompanhar isso a nível federal...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Pois não, deputado. A investigação foi dividida em duas frentes: uma delas permanece no Ministério Público Estadual, todavia na Procuradoria Geral de Justiça, que tem hoje competência, assim determinada pelo Tribunal de Justiça, de examinar apenas o contrato com o Governo do Estado de São Paulo, da cooperativa.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Que são esses 8% entre municípios e 92%...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, é do Governo do Estado. Veja, há um contrato entre a cooperativa e o Governo do Estado de São Paulo; e dezenas de contratos entre a cooperativa e dezenas de municípios. O contrato do Governo do Estado de São Paulo é de competência do Ministério Público Estadual, por força de decisão do Tribunal de Justiça. O contrato entre a cooperativa e os municípios é de atribuição da Justiça Federal, por conta de decisão das esferas a respeito.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Muito obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O deputado José Zico Prado me concedeu o tempo, Sr. Presidente. Dr. Romanelli, o senhor citou aqui... Logicamente, está em âmbito de investigação, vai se concluir ao final do procedimento... Quanto à

questão do peculato, corrupção passiva e ativa, e outros crimes praticados pelas pessoas envolvidas: como se dava essa prática criminosa?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Pelo que foi relatado pelos diversos envolvidos, nos depoimentos amealhados e apreendidos, e pelas interceptações telefônicas, telemática, enfim... Tudo isso indica que os integrantes da cooperativa se mancomunavam com um ou outro lobista, o qual, por sua vez, tinha grande proximidade com agentes públicos e ou políticos de uma determinada região ou de determinadas cidades do estado. Tais agentes, no modo de dizer deles, “abriam” as prefeituras - ou o Governo do Estado -, para que pudesse ser celebrado um contrato fraudulento e depois imediatamente acertado o pagamento das propinas, que em seguida eram pagas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse, respondendo à pergunta do deputado Jorge Caruso, que uma das vítimas é o erário, corretamente. Por que o erário foi vítima?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O erário foi vítima exatamente do superfaturamento pago a maior pelos produtos, o que permite ainda, em seguida, o pagamento da propina.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a sua conclusão é idêntica à do Tribunal de Contas do Estado. O seu relatório diz, por exemplo, que o suco de laranja custou, no mínimo, 40% mais caro no contrato do estado de São Paulo. Isso demonstra claramente que a intervenção desse grupo tinha um prejuízo claro - um objetivo - ao erário público, seja ele municipal ou estadual. É lógico que cada conduta vai ser apurada, para vermos as devidas responsabilidades. Por aquilo de que o senhor participou quando o processo estava na Justiça Estadual: sem a participação de agentes públicos ou políticos, seria impossível a prática desse crime? Ou seja, teria de haver a participação para que houvesse êxito na prática delituosa?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O âmbito não foi objeto da sua investigação. Mas o senhor se lembra de alguns nomes citados?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Deputado, por dever à minha instituição, toda essa investigação compete à Procuradoria Geral de Justiça, para se manifestar a esse respeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto ao vídeo que queriam passar, quero dizer novamente que considero direito de qualquer pessoa. Mas pelo que vi no vídeo, não havia nada de excepcional, tanto que as apurações foram concluídas, e não se verificou qualquer conduta indevida, inadequada ou irregular por parte do senhor e dos demais colegas que estavam na investigação. E todos os depoentes que aqui falaram, sem exceção, disseram que tudo aquilo que disseram no âmbito da investigação, nos depoimentos deles - tudo aquilo é verdadeiro. Que aquilo que está lá é verdade; não há mentira. Só um disse: “Não, mas eu estava terminando; tinha que ser rápido lá, porque eu tinha que ser solto, caso contrário não ia dar tempo, pois às sete horas fecharia o fórum; eu não li tudo, mas o que falei é verdadeiro”. Isso demonstra que o trabalho foi feito de forma correta.

O que me espantou, e muito, foi que parte dessas pessoas - algumas até tinham dificuldades de vir à CPI - foram prontamente à Corregedoria para serem ouvidas. E a Corregedoria não tem o poder da convocação, porque é um órgão de âmbito administrativo que investiga o Governo do Estado. Mas nesses depoimentos, há contradições, talvez não frontais. Mas por exemplo, uma pessoa diz que o César teria... Ou melhor, o Emerson teria encontrado a Dione em Bebedouro. Depois ele diz aqui que não escutou a frase dela, que ela teria dito ao César sobre recebimento de propina.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas na essência, todos os depoimentos são verdadeiros, embora tenham pequenas contradições. O senhor chegou a ver o relatório da Corregedoria?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Corregedoria da administração do estado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não vi. Realmente, desconheço. Mas agradeço a colocação. Os depoimentos são hígidos, e tanto em sua forma de colheita, como no mais, eles apenas confirmam tudo que já havia desde meados de 2015. A enormidade de documentos, interceptações telefônicas e tudo mais que foi amealhado... Nem o Ministério Público nem a Polícia Civil têm nenhuma dúvida acerca da escorreta colheita da prova e do conjunto que ela revela e forma a respeito desse esquema que atingiu 38 milhões de contratos celebrados entre a cooperativa e as entidades.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre a prática delituosa, novamente, a prova... O deputado Jorge Caruso tinha indagado. Várias pessoas assinaram contratos pessoais ou mesmo de pessoas jurídicas...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Minha última pergunta. Assinaram contratos com a Coaf. O senhor considera isso um meio de prova de recebimento das propinas?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, é um dos vários indicativos a esse respeito, que confirma apenas o que eles já haviam dito. As interceptações telefônicas e os demais documentos também são nesse sentido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Quero passar meu tempo ao deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quem está inscrito ainda, por favor?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Os próximos são a deputada Beth Sahão, o deputado Carlão Pignatari, o deputado Enio Tatto e, por último, o deputado Barros Munhoz.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso passar esse tempo da deputada Ana do Carmo, com a permissão dela, à deputada Beth Sahão? Se necessário, depois, nós...

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas que acompanham esta CPI, bem como o presidente e o promotor Romanelli. A primeira coisa que quero dizer ao senhor é o seguinte: aqui, ao longo das reuniões que tivemos, ouvimos muito sobre as consultorias. Havia contratação de muitas consultorias lá. Inclusive, em depoimentos já prestados a esta CPI pudemos perceber um esquema de desvio de recursos da Coaf através dessas consultorias. Eram passados os contratos, com valores elevados, cujos pagamentos eram realizados sempre antes. Era prioritário esse pagamento, em detrimento inclusive de pagamento de pessoal. Questiono o senhor se esse esquema das consultorias foi investigado também na ocasião e o que foi apurado; e se o fato da existência de tantas consultorias assim pode ser caracterizado pelo senhor como uma forma de lavagem de dinheiro.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Pois bem, deputada. A nosso ver, as consultorias serviram como meio ou forma de execução dos crimes de corrupção passiva e ativa. Eram contratos de fachada para justificar o pagamento. E sim, parte da doutrina e da jurisprudência considera que possa ser um crime autônomo de lavagem de dinheiro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Inclusive, muitos depoentes que estiveram aqui anteriormente disseram que recebiam os pagamentos em dinheiro; ninguém recebia em cheque. E montantes expressivos, de 90 mil, 150 mil, 250 mil - tudo em dinheiro. O

senhor também apurou esses pagamentos em dinheiro? Aqui, eles justificaram: falaram que era assim mesmo, que eles pegavam o cheque, iam ao banco e descontavam, coisa que não é comum, até pelo valor extremamente elevado. O senhor também chegou a fazer as investigações a respeito de por que era sacado tanto dinheiro assim?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Na nossa visão, a realização de pagamentos em dinheiro sempre é uma suspeita de lavagem de dinheiro e de crimes de peculato, corrupção passiva e ativa. É anormal no trato público. Aliás, existe regramento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que proíbe a realização de pagamentos e saques em dinheiro por parte de administradores e para pagamentos de contratos públicos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Inclusive, saiu uma foto no jornal, que é um escracho contra o poder público, a lisura, a ética, a transparência e a honestidade que temos de ter como agentes públicos. O rapaz esteve aqui, inclusive - um dos funcionários da Coaf. Na foto, ele está erguendo notas de dinheiro, com outro montante de dinheiro à sua frente. O senhor deve ter acompanhado essa divulgação?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Claramente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós falamos aqui sobre a questão dos contratos. O senhor disse que a investigação das prefeituras está a cargo da Polícia Federal. Mas não consigo entender por que o contrato com a Secretaria Estadual não pode também ter a participação da Polícia Federal e ficar só a critério do Tribunal de Justiça... Porque quando há verba federal, me parece que é consequência natural que os órgãos federais passem também a fazer essa investigação, a qual deveria ser feita, conduzida ou pelo menos acompanhada pela Polícia Federal. O senhor pode me dizer por que isso não ocorre? Por que essa investigação está fatiada? A Polícia Federal acompanha as prefeituras, mas não o contrato da Secretaria Estadual. Por que essa diferença? Por que um é permitido e o outro não?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Deputada, assim como reside na Constituição Federal a competência para a Justiça Federal e, decorrentemente, para a Polícia Federal, apurar os desvios de verba fiscalizada por órgãos federais, a mesma

Constituição diz que os promotores de Justiça são julgados perante o Tribunal de Justiça e investigados pela própria entidade, pela própria instituição - o Ministério Público. Assim, tanto a competência para investigar promotor de Justiça, ainda que afastado do cargo - como é o presidente desta Casa -, quanto aquela para as verbas federais, as duas têm assento, têm regramento, têm fundamento constitucional. Esse foi o questionamento, essa foi a posição do procurador-geral de Justiça, o qual foi levado ao Tribunal de Justiça, por sua vez...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O procurador-geral do estado de São Paulo?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo, que o levou ao Tribunal de Justiça, o qual referendou essa posição, acatou esse entendimento constitucional do tema, o que não impede, naturalmente, que a Polícia Federal...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Desculpe-me interrompê-lo, mas é possível entrar com algum recurso para agregar o trabalho da Polícia Federal nessa investigação?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Isso é natural, deputada. No próprio contrato, durante nossa investigação, mesmo depois do fatiamento e da subida dos autos a respeito do contrato do estado para a Procuradoria Geral de Justiça, todos os dados que foram colhidos e que eventualmente esbarram em fatos atinentes ao contrato do estado foram imediatamente comunicados à Procuradoria Geral de Justiça. Foram produzidos relatórios e enviados documentos a esse respeito e com essa natureza. Da mesma maneira, acreditamos que continuará a ser feito pela Polícia Federal. Toda vez que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal alcançarem alguma informação atinente ao contrato com o governo do estado, deverão compartilhar aquela informação com a Procuradoria Geral de Justiça, para que possa acrescentar à sua apuração.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Só para esclarecer, Sr. Presidente. Eu entendo, senhor promotor e deputada Beth Sahão, que a licitação do estado pode ter sido não apenas com recurso federal. Pode ter sido também com recurso do próprio Tesouro do estado.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Perfeitamente, deputado. Não me recordo do montante que teria sido, dos cofres estaduais, para o contrato do Governo do Estado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas ainda assim...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para lembrar a V. Exa., nobre deputada, que já está entrando no seu próprio tempo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Acho que poderíamos fazer um ofício, apresentar provavelmente um requerimento ao Tribunal de Justiça, para que haja a possibilidade de a Polícia Federal também acompanhar essas investigações. Não me satisfaz a ideia de que essas investigações foram fatiadas; de um lado, há a Polícia Federal, do outro ela não pode entrar. É muito estranho isso.

Continuando: temos percebido aqui a tentativa da base do Governo de atacar os responsáveis pela investigação sobre a máfia da merenda, transformando os criminosos e o governo em vítimas. Isso pode significar, na sua opinião, a confirmação da participação de agentes públicos no esquema?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, peço que V. Exa. indefira essa pergunta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, não, não, não, não!

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Os deputados da base do Governo, como são chamados... Ninguém aqui está fazendo defesa de quem quer que seja. Estamos fazendo a defesa da verdade aqui, que está sendo escamoteada todo dia em que há depoimento nesta CPI.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, eu não dei aparte ao deputado Barros Munhoz! (Vozes sobrepostas).

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É uma questão de ordem ao presidente!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero mais uma vez insistir que aqui não se pedem opiniões ou avaliações. Se formos partir para as suposições, não iremos caminhar. Peço aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que as perguntas sejam práticas e sobre fatos, não sobre...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, nós acabamos de ver...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A pergunta tem que ser direta, nobre deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim, mas ainda estou no meu tempo. Acabamos de ver há pouco uma tentativa de dizer que o promotor... Não estou defendendo o promotor. Mas é nítida a condução de algumas colocações dos deputados da base governista no seguinte sentido: sempre que há alguém aqui que possa trazer eventualmente alguma acusação a um órgão do governo, tem havido a tentativa recorrente, nesta CPI, de desqualificar a fala daqueles que estão aí. É nesse sentido que quero levar meu raciocínio à frente. Quero pedir permissão.

Fiz uma pergunta a ele. Eu queria saber o que ele acha da participação de agentes públicos no esquema. Ele disse que havia três fases, e a última delas, que está sendo investigada, é a participação de agentes públicos no esquema. E em todas as vezes em que citamos os agentes públicos, há uma tentativa clara de desqualificar isso, como foi agora há pouco quando fizeram referência a ele quanto à questão dos processos e das representações feitas a ele. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há nenhum problema, deputada. Tente reformular sua pergunta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Já reformulei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A questão não é “o que o senhor acha?”, mas “diante das provas levantadas, há agentes públicos e políticos de que o senhor tem indício de envolvimento?”. É só fazer de forma clara. Ninguém quer omitir nada, nem esconder. Mas não podemos ficar no achismo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu quero que o meu tempo seja descontado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O seu tempo está parado, deputada. Só estou dizendo que não iremos caminhar se formos fazer acusações recíprocas. A pergunta tem que ser direta, concreta. Se a pergunta é nesse sentido, está correta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Perguntei se há, como ele vê, a participação de agentes públicos no esquema da máfia da merenda.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, acreditamos na imprescindibilidade do envolvimento de agentes públicos para que toda a trama pudesse funcionar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Certo. Quero perguntar ao senhor outra coisa. A defesa do deputado Fernando Capez também foi à Justiça contra o senhor. Eu queria saber se o senhor tem algo a dizer sobre essa atitude da representação do deputado Fernando Capez contra o senhor e se o senhor entende qual é a motivação que levou o deputado a tomar essa atitude.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Apenas ele pode responder pela motivação da atitude dele. A mim, cabe lembrar que a reclamação feita no Tribunal de Justiça foi liminarmente indeferida pelo relator do processo e aquela feita perante a Corregedoria do Ministério Público também já foi arquivada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok. O senhor era promotor de Justiça em Bebedouro, que é uma cidade média do estado de São Paulo, e foi transferido para Brodowski, uma cidade bem menor. Queria saber se há alguma relação dessa transferência... Se o senhor vê alguma relação com a investigação que o senhor leva a cabo, da Operação Alba Branca.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, perdão, na verdade o que houve foi o contrário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor saiu de Brodowski e veio para Bebedouro...

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Fui promotor de Justiça de Brodowski de 2 de abril de 2007 até abril de 2016, quando me promovi para a Quarta Promotoria de Bebedouro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, isso é muito bom. É bom até para aqueles que estão colocando em cheque as condutas do promotor frente à investigação. Por fim, eu queria dizer aqui... O deputado Jorge Caruso, que não está mais aqui, questionou o expediente da delação premiada, dizendo que a delação premiada são palavras, e palavras não têm provas documentais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria só que o promotor fizesse essas considerações: na questão da delação premiada, parece-me então que vamos ter dois pesos e duas medidas, pois a delação premiada da Operação Lava Jato tem sido considerada como prova. As palavras daqueles que estão fazendo delação premiada desde o início da Operação Lava Jato têm sido consideradas uma prova contundente e levado muitas pessoas à prisão.

Por que há um questionamento de que, aqui no estado de São Paulo, o Ministério Público não possa usar a delação premiada, pois só as palavras daqueles que estão sendo investigados não seriam suficientes para uma eventual condenação? Queria que o senhor fizesse essa consideração a respeito disso. É a última colocação que faço.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, embora concorde com V. Exa., a nova lei do crime organizado, que prevê a colaboração premiada, diz que nenhuma pessoa poderá ser condenada apenas com base na colaboração premiada. Então, ela sozinha, como prova, não leva ninguém à cadeia. Ela precisa efetivamente ser corroborada por provas prévias, ou que já existam ou que venham a ser apontadas pelo colaborador, que venham a ser colhidas. Aí sim possibilitam a inclusão de novas pessoas, que foi o que fizemos nesse caso com a colaboração do Sr. Cassio Chebabi,

depois confirmada por outros fatos que levaram, inclusive, à segunda fase das operações.

Acredito eu, embora conhecendo pouco da Operação Lava Jato, que se dê da mesma maneira. Enfim, aqui, volto a insistir, não só a colaboração premiada, mas o depoimento, junto com a colaboração premiada, junto com os documentos, interceptação telefônica, apreensão de bens, apreensão de dinheiro vivo, tudo isso forma um conjunto de provas extremamente sólido afiançando a prática à ocorrência daqueles crimes.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado Carlão Pignatari.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tenho um minuto ainda.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, a senhora não tem, deputada. Já acabou. Se o deputado Carlão Pignatari aceitar... Senão não terminamos isso hoje, deputada.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Passo uma parte do meu tempo à V. Exa., deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É rápido, deputado. Acabamos não discutindo muito a questão dos pequenos produtores, dos produtores familiares que participaram, que forneceram produtos. Há aqueles que foram usados. O senhor está nesta investigação, o que o senhor acha? Esses produtores foram, de fato, manipulados? Foram usados?

Eles tiveram prejuízos, entraram como laranjas nesse processo - desculpem o trocadilho. Eu mesma vi entrevistas de produtores rurais dizendo que havia uma nota de produtos que eles nem produziam. Então, queria que o senhor falasse um pouco a esse respeito também, pois não vi aqui ninguém colocando essa preocupação. Queria que o senhor falasse se o senhor chegou a investigar isso também, se chegou a alguma conclusão a esse respeito.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Os nomes deles foram indevidamente utilizados, o que, por si só, caracterizaria crime de falsidade de documento, uma vez que as Daps seriam documentos públicos cuja pena é mais grave, sem falar no óbvio, no grave prejuízo moral das pessoas que tiveram seus nomes, de forma rotineira e constante, abusivamente utilizados para se alcançar um fim criminoso e indevido em prejuízo aos cofres públicos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Carlão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - À disposição, deputada Beth. Acho que o senhor já fez várias colocações e o impedimento constitucional dos processos que hoje estão na vara federal, ou enfim... Mas percebo que alguns deputados fazem citação da Procuradoria Geral do Estado como se estivessem desdenhando da investigação que a Procuradoria está fazendo. “Ah, tem que fazer com a Polícia Federal, tem que fazer com o Ministério Público Federal”. O senhor acredita na investigação da Procuradoria Geral do Estado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não tenho nenhuma dúvida da credibilidade e da legitimidade dos fins que serão alcançados pela investigação da Procuradoria Geral de Justiça.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor fez uma colocação - sou leigo no assunto - sobre delação premiada. Se a pessoa disser A, B, C ou D sobre um agente público, ou sobre um funcionário, ela precisa ter uma prova documental sobre isso? Se houve repasse, por exemplo, para o presidente da cooperativa, ou sobre bola cheia e bola vazia, quando ganhavam mais ou menos... Em relação a isso tudo, há documentos de que esse dinheiro foi repassado, inclusive para agentes públicos?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Todas as provas indicam isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Há provas documentais disso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, há provas que indicam, todas, nesse mesmo caminho, e não só as colaborações premiadas. Como já dito, há um

artigo na Lei de Colaboração que diz expressamente - é muito curto e direto - que a colaboração premiada não pode, por si só, fundamentar um decreto condenatório. Por isso eu disse, antes, que se exige do colaborador não apenas a confissão, não apenas a indicação de outros fatos ou agentes envolvidos, mas a indicação dos meios de prova pelos quais se possa confirmá-los. No caso dos autos, isso foi, até a medida que acompanhamos, muito bem demonstrado, além de tudo aquilo que ainda deverá ser acrescido futuramente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Permite-me um aparte? Só para esclarecer. O senhor poderia dizer em relação a quais agentes públicos o senhor entende que existam provas de que receberam algum tipo de propina?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Seria uma injustiça nomear qualquer um deles e algo absolutamente indevido, já que a investigação contra todos eles segue em curso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Doutor, no começo da sua explanação, o senhor fez algumas colocações sobre essa cooperativa que, na opinião da grande maioria... Eu sei que o senhor, como um homem defensor da lei, não pode emitir opiniões, juízos de razão, se o senhor não tiver ainda a investigação terminada. Mas o senhor também acredita que foi montada uma grande quadrilha para roubar dinheiro do erário?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim, sem dúvida. Uma ou várias associações criminosas, de acordo com os lobistas e os agentes públicos envolvidos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nós, ouvindo o Carlos Alberto... São todos santos. Todos são santos. É uma coisa impressionante. O deputado Barros Munhoz fez essa colocação. Ninguém. Um menino chegou a dizer que ganhava 2 mil reais por mês e apreenderam, na casa dele, não sei se 25 ou 35 mil reais, ou 75 mil reais, 70 mil reais, que ele disse que eram de economia.

Foi o Ministério Público que pediu toda aquela investigação em todas as prefeituras? Foi o Gaeco que fez todas? Pois houve uma lista para os delegados... O

delegado seccional disse que era para ouvir todos os agentes de todas aquelas 70 ou 80 prefeituras e Governo de Estado. Eles teriam que ser ouvidos em inquérito policial. Quem faz o inquérito é a polícia, que envia para o Ministério Público e o Ministério Público também pode fazer o inquérito. Essas relações, foram vocês que passaram?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Que eu me recorde, isso foi um pedido do Dr. Herbert, com a nossa prévia concordância e anuência, juntamente com o pedido que ele fez para que fossem ouvidos os cooperados, para que fossem ouvidos depois de uma exaustiva análise que ele fez sobre cada um dos 17 contratos...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Acho que foi o Dr. Herbert que disse. Desculpe. Acho que foi o Dr. Herbert que disse isso.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Depois da análise que ele fez, que tem mais de 70 laudas - um trabalho brilhante, como é de seu feitio -, esmiuçando o que deveria ser feito: a oitiva dos cooperados, como colocado pela deputada Beth Sahão, e também a oitiva de todos os agentes públicos que participaram das chamadas públicas, ou seja, dos procedimentos que levaram à celebração de cada um daqueles contratos fraudulentos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O que percebemos a respeito dessa lei - o senhor disse o número dela várias vezes - é que ela vai ter que ser alterada, pois me parece que existe um caminho muito pavimentado para que haja corrupção em qualquer um dos entes. Em qualquer um deles. No mínimo 30% de valor acima do mercado para agricultura familiar... Inclusive, estou lendo uma matéria... Naquela crise da laranja, vários deputados fizeram um movimento para que as prefeituras comprassem o produto da merenda escolar. Quando vemos que o suco custa quatro reais e é vendido a seis, está dentro da lei, infelizmente. É isso ou não?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O valor de quatro reais, pelo que parece que o Tribunal de Contas apurou... Sim, parece que seria o preço justo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas se pode vender, se for de cooperativa, até 30 ou 40 ou 50 ou 60% mais caro. É isso que a lei determina?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A lei fala isso ou não?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. O artigo 14 diz exatamente o contrário...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para agricultura familiar, você pode pagar mais caro. É isso? A cooperativa disse isso aqui, várias vezes.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, de forma nenhuma. Vamos ler aqui o Art. 14 da Lei nº 11.947 de 2009: “Do total dos recursos financeiros repassados, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de produtos de pequenos agricultores, agricultura familiar, etc. etc.”. Trinta por cento do total do volume, que poderia chegar a 100%, mas isso é do montante repassado do Ministério da Agricultura, enfim, do governo federal.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, não tem valor... Deve-se comprar por um valor justo, lógico.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Então, muito pelo contrário. O parágrafo primeiro diz o seguinte: “A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório” - que é uma conquista da sociedade brasileira - “desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado”. Então, já que é dispensada a licitação, a única garantia da sociedade é que seja pago o preço justo, o que não era cumprido aqui neste esquema.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Cumprimento todos, cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Promotor Leonardo Leonel Romanelli e o Dr. Mário.

O senhor colocou que há agentes públicos - para acontecer tudo isso que está acontecendo - envolvidos. A primeira coisa: estamos muito em cima da Coaf. Temos informações - e já chegaram denúncias - de que isso se espalhou por todo o estado de São Paulo, em outras cooperativas também. Chegaram denúncias idênticas sobre a Coagrosol também. Acho que, em determinado momento, vai chegar nela também, assim como em outras.

Para mim, o centro de tudo isso tem duas personalidades. Uma é o Sr. Luiz Roberto dos Santos, o Moita, pela função, pela importância e pelo local onde ele trabalhava; ele era chefe de gabinete do secretário Edson Aparecido, da Casa Civil, muito próximo do governador, do Palácio. Ele trabalhava ali. A outra é o tal de Fernando Padula, da Secretaria de Estado da Educação, que era chefe de gabinete do secretário Herman e todo mundo sabia que lá ele mandava mais, inclusive, do que o secretário. Então, eu queria que o senhor falasse um pouco desses dois personagens.

Também queria que o senhor colocasse sobre o processo de investigação. Até determinado momento, vocês acompanharam. De repente, houve uma intervenção e foi tirado de lá e trazido para a Procuradoria Geral do Estado. Quando vocês estavam fazendo a apuração, vocês não sabiam - como foi colocado aqui - que cerca de 90% não eram da competência de vocês, por se tratar de dinheiro do governo federal que era mandado para os municípios? Ou vocês achavam também que fazia parte da investigação vocês apurarem isso? Como se deu esse processo, que simplesmente paralisa tudo?

Por último, fico imaginando que o secretário de Segurança Pública que acompanhou e conduziu esse processo aqui em São Paulo, naquele momento, era o secretário Alexandre de Moraes. Agora, ele é ministro da Justiça. Portanto, é o comandante e o chefe, inclusive, da Polícia Federal, que vai acompanhar tudo isso. Quero perguntar: vocês acham que esse processo vai para frente, com o ministro Alexandre de Moraes conduzindo e acompanhando lá em Brasília, sendo que tudo isso foi passado para a esfera federal? Temo, deputado Barros Munhoz, que isso vá virar uma grande pizza, pois sabemos na mão de quem está isso.

Deputado Adilson, desculpe-me, em nenhum momento eu quis me referir a V. Exa., até porque, neste show aqui, V. Exa. não é o artista principal. Todo mundo sabe quem é o artista principal.

Então, promotor, gostaria que o senhor falasse mais e se aprofundasse no que o senhor sabe sobre esses dois personagens e também, se tiver, sobre algum político que o senhor possa colocar, que o senhor ouviu esses personagens falando e que também contribuiu para todo esse escândalo, essa corrupção com a merenda do estado de São Paulo.

Vale lembrar que, principalmente na Secretaria da Educação, estamos falando da merenda, mas a grande corrupção, o grande desvio na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e que foi motivo de uma CPI - pena que não deu tempo de abri-la, foi protocolada, uma das poucas-, é na área do material escolar. Ali, sim, está o grande problema. Isso aqui é fichinha, a questão da merenda. É importante, é escandaloso, mas, na área do material escolar, o problema é muito maior. Deveríamos abrir uma CPI para apurar esses escândalos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Posso fazer um complemento às suas perguntas?

O SR. ENIO TATTO - PT - Pode, não tem problema nenhum.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Doutor, eu abri o site do FNDE. Tem o inciso IV: “Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agropecuários e orgânicos, poderá acrescer aos preços desses produtos em até 30% em relação aos preços estabelecidos para os produtos”. Então, é um inciso que acho completamente equivocado e errôneo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me permite? Não é equivocado, pois obviamente o pequeno produtor, da agricultura familiar, não tem condição de competir com uma grande multinacional que tem economia de escala. Estou defendendo a nossa categoria aqui, deputado Zico Prado. É óbvio que tem que ter essa tolerância. É óbvio. É correta, essa disposição da lei.

O SR. ENIO TATTO - PT - O senhor percebe que o deputado Carlão coloca 30%, mas a boca da corrupção no Governo do Estado era muito maior. O Tribunal de Contas do Estado soltou uma matéria, uma apuração - eles estão apurando também -,

dizendo que a propina não era de 30%, o aumento não era de 30 por cento. O superfaturamento era de 44%, no mínimo. A média. Imagine o que temos ali.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Era isso, eu queria que o promotor colocasse um pouco mais sobre essas duas personagens, que acho que são o centro, que são o estado envolvido nesse grande escândalo da merenda escolar.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Obrigado, deputado...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Perto do que aconteceu em Brasília... Está certo que corrupção é errado em qualquer nível, mas perto do que aconteceu em Brasília...

O SR. ENIO TATTO - PT - O senhor é comentarista de depoimentos? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos manter a ordem, por favor.

O SR. ENIO TATTO - PT - A preocupação é tanta?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Desculpe-me, deputado Enio.

O SR. ENIO TATTO - PT - Como é que era o negócio? Há poucos dias o PSDB estava tomando vodca na Rússia com o Eduardo Cunha e ontem estava detonando...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, não vamos fazer disso uma discussão político-partidária. Vamos aos fatos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não fomos nós que começamos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Acho que é uma discussão boa de se fazer...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Carlão, por favor.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Consta dos autos, Excelência... Creio que V. Exas. disponham desse documento, um dos que foi apreendido, não me recordo se em alguma casa ou se na própria Coaf, acredito que na Coaf, na primeira fase da operação, em 19 de janeiro, um documento que apontava uma suposta divisão do estado, não de todos os municípios, mas de, se não me engano, cerca de 50, pelo menos. Havia municípios sem indicação, era uma tabela com uma relação de municípios e, nas outras colunas, os nomes de três cooperativas: a própria cooperativa de Bebedouro, já investigada, e outras duas, uma das quais V. Exa. mencionou, e a terceira seria a Cocer.

Pelo próprio objetivo desta CPI, a ideia é a investigação de cooperativas em geral, e não apenas da Coaf, mas, enfim, há indícios do fatiamento do estado e isso é muito comum, infelizmente, na área de licitação, em que se destina uma determinada região ou determinadas cidades para um determinado grupo empresarial que tenha ligação com agentes públicos.

A respeito da participação de pessoas envolvidas com contrato do Governo do Estado, foram colhidos depoimentos, foram colhidos documentos a respeito dessas pessoas, foram feitos relatórios pelo Gaeco a respeito dessas pessoas e foram enviados à Procuradoria Geral de Justiça, que tem competência e que poderá elucidar melhor as suas participações no contrato com o Governo do Estado.

O procedimento de investigação, Excelência, no dia em que nos deparamos... É importante frisar que, desde as investigações, desde a interceptação telefônica ao longo do ano de 2015 ou, aliás, antes disso, desde o primeiro depoimento que deflagrou a própria investigação em meados de 2015, já se citava que haveria o envolvimento de agentes públicos, genericamente e nenhum específico. As interceptações reforçaram a crença a esse respeito, mas não levaram, durante a interceptação telefônica, à conclusão de algum agente público em específico envolvido, o que veio a se solidificar e a se individualizar com as oitivas das pessoas na segunda quinzena de janeiro, na primeira fase da operação. Imediatamente comunicamos a respeito, pois havia pessoas com foro privilegiado - não uma, mas várias - mencionadas ou referidas, razão pela qual

comunicamos a Procuradoria Geral, que houve por bem abrir uma investigação, a qual, como já foi mencionado aqui, já foi aceita pelo Tribunal de Justiça, e parte da qual foi passada, comunicada, à Procuradoria Geral da República, envolvendo deputados federais.

Todavia, devo discordar da colocação de que isso levou à paralisia de tudo. A nosso ver, o procedimento, a dinâmica da Procuradoria Geral de Justiça foi imediata, tanto assim que isso foi veiculado na ocasião, se não me engano, na sexta-feira de Carnaval. Toda a imprensa noticiou as medidas que foram adotadas pelo procurador-geral de Justiça para investigação do contrato do Estado, medidas já de cunho bastante invasivo, como interceptações várias e quebras de sigilos, no mais aceitas pelo próprio investigado.

Durante esse percurso, como coloquei anteriormente, não havia nenhuma notícia de verba federal envolvida na transferência dos recursos. Veja, Excelência, que o Ministério Público do Estado já fez uma série de incontáveis investigações envolvendo merenda escolar. Poderia citar, genericamente, o Gedec de São Paulo, que tem uma enorme ação civil pública que envolve a merenda escolar; nossos colegas de Porto Ferreira, em conjunto com a Promotoria de Patrimônio Público da Capital, têm um brilhante trabalho também sobre merenda escolar; o Gaeco de Sorocaba tem trabalho nessa área; o Gaeco do ABC Paulista tem trabalho nessa área.

Então, não foi a primeira e nem será a última vez em que o Ministério Público de São Paulo investiga os tratos de merenda escolar. Não é sempre que a verba é de fiscalização da União e não tínhamos, até o dia 11 de maio, a informação conclusiva a respeito do montante mencionado, de 92 por cento.

Volto a insistir: o primeiro levantamento desta questão partiu do próprio Gaeco de Ribeirão Preto, quando nos deparamos, no interior da Prefeitura de Bebedouro, com a insígnia do FNDE - PNAE nos documentos e contratos firmados com a Prefeitura de Bebedouro, a partir do que passou-se, como já foi inquirido anteriormente, ao levantamento de dados junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Finalmente, a respeito das autoridades superiores à frente das instituições às quais cabem as investigações, volto a afirmar que, de minha parte, enquanto promotor de Justiça e, sobretudo, cidadão, tenho plena convicção de que as investigações devem chegar a bom termo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Permita-me, Sr. Presidente, fazer só mais uma pergunta, em cima do que ele respondeu.

Como o senhor colocou, são diversas investigações, em diversos municípios, em diversos momentos, inclusive em momentos anteriores a esta CPI, em que há denúncias e escândalos com a merenda. O senhor tem conhecimento de alguma apuração que tenha sido concluída? Alguém foi punido? Alguém restituiu algum dinheiro para o estado, no meio de tantos casos que o senhor mesmo tem levantado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, eu não tenho como saber, já que são procedimentos de atribuição de outros colegas do Ministério Público. Sei que, pelo menos na Promotoria de Porto Ferreira, foi proposta ação criminal, ação civil pública a esse respeito, assim como pelo Gedec de São Paulo, uma grande ação civil pública envolvendo várias entidades. Naturalmente, espera-se que tenha havido bloqueios de bens nessas ações, aptos a ensejar a reparação do prejuízo ao erário público. Foi o que adotamos agora, na última semana, no Gaeco de Ribeirão Preto, a respeito dos contratos da prefeitura.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O último inscrito é o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Dr. Mário Sarrubbo, Dr. Leonardo Romanelli, colegas deputados, minhas senhoras e meus senhores, vou tentar deixar bem claro, a partir das palavras do deputado Enio Tatto, qual é a verdadeira intenção desse criado e falso escândalo da merenda escolar do estado de São Paulo.

Na realidade, é uma tentativa política baixa e rasteira de atingir o governador por algo errado que, sem dúvida alguma, foi praticado em uma secretaria, como se o governador fosse responsável por o que acontece em um procedimento de um milhão de servidores do estado. Só a Corregedoria de Justiça, segundo foi informado aqui, tem dois mil servidores em investigação. Sabemos que no Ministério Público também. Até me lembro de quando conversei com o Dr. Grella, certa feita, ele dizendo da dificuldade de apurar alguma irregularidade com algum promotor. Tinha um que havia assassinado

a mulher, havia feito barbaridades e ele dizia que, há 25 anos, o Ministério Público estava tentando tirá-lo da carreira e não conseguia.

Nós sabemos disso, mas o que não se pode, jamais, é incriminar uma instituição, incriminar um órgão, como se pretende fazer claramente, como se o núcleo de tudo fosse o Moita e o Padula.

Queria deixar bem claro que o pessoal que está falando aqui, às vezes, não conhece como funciona a merenda no estado de São Paulo e em nenhum outro lugar. A grande verba da merenda, realmente, não é da União e nem é do estado. É das prefeituras. A prefeitura gasta, na merenda escolar, por exemplo, três milhões de reais por mês. Recebe do estado 500 mil, se tanto, e, da União, nada, a não ser para a agricultura familiar. Esse é um recurso ínfimo. São 190 milhões de reais por ano, que vêm para o PNAE. Essa é a realidade. Noventa por cento dos recursos das merendas são das prefeituras. Qualquer prefeito sabe disso, qualquer funcionário público sabe disso, qualquer pessoa jejuna em administração pública sabe disso. Porém, da agricultura familiar, 100% vem do governo federal.

Eu queria deixar isso bem claro, para mostrar que é simplesmente um jogo político. Não estou aqui para proteger ninguém, absolutamente ninguém, mas estou aqui para aclarar a verdade. Isso é uma jogada política para fazer frente ao escândalo gigantesco que quase destruiu o Brasil, o chamado “petrolão”, todo esse escândalo que está tendo este fim, que ontem teve um capítulo fantástico, por sinal. Então, não tem absolutamente nada disso. A apuração do Governo do Estado... (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, silêncio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A apuração do Governo do Estado é ridícula, é ínfima. Estamos falando de uma lista, Dr. Romanelli. Ela está aqui, a lista que o Dr... Aliás, por sinal, parabéns, parabéns ao senhor, Dr. Romanelli. Eu tenho esse jeitão agressivo, mas não sou, sou uma pessoa justa. Por isso estou sobrevivendo e cheguei aonde cheguei. Fui mais longe do que merecia e do que sonhava. Cheguei a ser ministro deste País, fui governador três vezes, por pouquinho tempo, mas fui. Enfim, quero dizer que não tenho vaidade, não preciso de circo, não preciso de nada. Já sou um artista também, não é, deputado Adilson Rossi?

Enfim, o que quero dizer é o seguinte: o senhor tem conhecimento do pedido que o delegado fez para fazer investigação telefônica? O senhor leu esse documento? O senhor conheceu esse documento?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, no final V. Exa. me dá um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dou, sem dúvida alguma. Doutor Romanelli, o senhor tem conhecimento desse documento? É melhor que eu faça todas as perguntas e depois o senhor responde? Eu preferiria fazer assim, no bate-bola.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - O senhor fique à vontade, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não. O senhor tem conhecimento desse documento?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - De qual dos pedidos de interceptação, Excelência?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que pede autorização para interceptação telefônica. O delegado de polícia de Bebedouro pede.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, antes, eu gostaria de dizer que concordo totalmente com Vossa Excelência. Não há nenhuma instituição envolvida nas fraudes à merenda escolar. Não há prefeituras, não há Governo do Estado. Há maus agentes públicos responsáveis por essas fraudes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Fico feliz de ouvi-lo, Dr. Leonardo. Fico feliz de ouvi-lo.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - A respeito dos pedidos de interceptação telefônica, Excelência, eles foram veiculados, de início, pela delegacia de Bebedouro. Nós sabíamos que esse seria o procedimento, havia sido combinado, mas

não vimos os iniciais. O primeiro que chegou às nossas mãos foi aquele que antecedeu a segunda fase das operações, no qual eram pedidas, juntamente com o pedido de interceptação, as demais medidas coercitivas. Aliás, já na primeira fase também tivemos acesso a essa representação da autoridade policial.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só queria esclarecer que tenho aqui o ofício do delegado, de 21 de setembro de 2015. Peço que preste atenção: 21 de setembro de 2015. O delegado diz o seguinte: “O delegado de polícia titular do 1º Distrito Policial de Bebedouro, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais...”. Fala da denúncia do João Roberto Fossaluzza e diz o seguinte: “importante consignar que João Roberto Fossaluzza se reporta ao programa do governo federal referente aos repasses ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação às redes públicas de ensino”. E mais: “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que os autoriza a vender seus produtos à rede pública federal, estadual e municipal, que, por sua vez, recebem recursos diretamente do FNDE”. Esse é o primeiro documento oficial. É impossível alguém não saber, principalmente alguém com a competência dos senhores, que 100% das verbas da agricultura familiar são do governo federal. É impossível.

Mas tem outro documento aqui mais importante ainda, do qual também é impossível os senhores não terem tido conhecimento. Fala assim: “Também sabe dizer...”. É o depoimento, simplesmente, do Chebabi. Não, é o depoimento do Fossaluzza também, no início da denúncia: “Também sabe dizer” - aí é o depoimento dele. Eu li o ofício do delegado; aqui é o depoimento - “também sabe dizer que a Coaf praticava fraudes de licitação, sendo que se dava no seguinte modo: todas as licitações são chamadas públicas, visto que esse recurso é destinado pelo governo federal, para aquisição de merenda escolar.”

Dr. Leonardo, indiscutível que esse processo ficou aqui em São Paulo para servir a interesses políticos. É inevitável essa conclusão, porque foi usado contra o governador, foi usado contra o Governo do Estado de São Paulo. Um governo honesto, sério e trabalhador. E é isso que não se pode conceber. Só foi para Brasília em maio. Eu li aqui, desde junho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu vou pedir a retirada de vocês se não ficarem em silêncio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, eu quero dizer que está aqui a relação. O senhor conhece tudo sobre merenda. O senhor falou aí de uma averiguação gigantesca. Tem a Coan. O senhor se lembra da Coan, doutor? O senhor se lembra de todas; não é? Se eu for falando os nomes aqui o senhor vai assentir com a cabeça porque o senhor conhece esse assunto profundamente. Como é que o senhor não sabe só que 100% das verbas da agricultura familiar... Agora, eu não quero me estender nisso. Essa pergunta está feita. Eu quero fazer algumas outras.

O que foi feito contra as outras cooperativas? Aquelas que o senhor mencionou aí? Aliás, tem duas que são do Chebabi; está em todos os depoimentos aqui. O senhor sabe disso, não sabe?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está certo. Então, o que foi feito contra elas? O que foi feito? Eu só vou fazer uma pergunta para o senhor. O senhor agora é promotor em Bebedouro, não é isso? Está funcionando ainda a Coaf, doutor?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Desconheço.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Jura por Deus, doutor? O senhor é promotor em Bebedouro. A Coaf está funcionando ou não, doutor? Pelo amor de Deus!

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Se V. Exa. ficar calmo e eu puder responder, talvez eu consiga.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, calmo eu estou. Estou calmíssimo. Então, responda; por favor.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Logo depois da primeira fase da operação, talvez na segunda quinzena, no final já de janeiro, começo de fevereiro, fui a Bebedouro. Em primeiro lugar, Excelência, eu estou afastado. Eu não assumi a promotoria de Justiça de Bebedouro. Estou designado desde 2014 para officiar apenas no Gaeco de Ribeirão Preto. Então, apenas fui a Bebedouro neste ano apenas nos dias em

que houve operação, em que houve oitivas. Enfim, mais do que isso, infelizmente não conheço da realidade do que aconteceu, do que seguiu.

Logo depois da primeira fase da operação fomos procurados por algumas pessoas que queriam suceder o seu Carlos Santana da Silva, na direção, na Presidência da cooperativa, os quais relataram que queriam que ela continuasse a funcionar e de maneira correta. (conversas paralelas)

Eu sequer sei o nome da pessoa que procurou porque ele conversou diretamente com o Dr. Herbert, àquela altura não apenas promotor criminal do caso, mas também o promotor da improbidade administrativa de Bebedouro. Conversamos a esse respeito e concluímos que naquele momento não seria o mais adequado, como poderíamos pedir, com base no Código de Processo Penal, a suspensão das atividades da cooperativa, já que as pessoas diretamente envolvidas nos ilícitos já haviam sido afastadas da mesma. As demais cooperativas do Sr. Chebabi, elas jamais funcionaram. Elas funcionavam no mesmo endereço que a própria Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E continuam abertas, talvez se prestando ao mesmo tipo de crime em outros lugares. A Coaf e as outras duas; as três abertas. Continuam, doutor.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Continuum?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Continuum.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Se V. Exa. tem essa informação...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor mora, ou não mora em Bebedouro?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não, eu moro em Ribeirão Preto. Se eventualmente V. Exa. tiver essa informação, da qual eu não disponho, certamente será útil para que os contratos, eventualmente, que ainda prossigam dela com qualquer ente público, venham a ser cancelados, que foi a providência que nós solicitamos. Agora, a respeito da verba federal, como já disse aqui desde o início, o

levantamento desse questionamento foi feito pelo próprio Gaeco junto à Procuradoria Geral da Justiça, tudo juntamente com a Promotoria de Bebedouro, e todavia não é o fato de a verba ser de origem federal que leva à competência federal, o que leva a isso é a fiscalização da verba.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que é do Ministério do Desenvolvimento Agrário Federal.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Sim. Todavia, V. Exa. está enganado porque 100% da verba não é federal. Cinco por cento é estadual, e outros tantos é municipal.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, o senhor está confundindo. O senhor está confundindo. Bom...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Deputado Barros Munhoz, V. Exa. me concede aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu não vou dar aparte agora. Eu vou concluir o meu raciocínio e depois eu vou dar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas eu queria... Então V. Exa. vai ficar me devendo um aparte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou dar; estou devendo. Eu só queria dizer o seguinte: Dr. Leonel, nem como cooperativa, esse negócio que é uma arapuca, me pasma alguém da sua capacidade, que é visível e notória, não saber que isso não pode funcionar como nada, porque nem cooperativa é. O senhor conhece a lei do cooperativismo? O senhor sabe o que é necessário para existir uma cooperativa?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. Só não entendi onde eu poderia ter agido para impedir. A culpa é minha de ter havido a trama, Excelência?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não; de ter permitido que continue funcionando uma excrescência desse tipo. E outras!

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - E onde ela continua funcionando, Excelência?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E onde está funcionando? Está fechado?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Há contratos fraudados?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não sei. Tem uma lista de prefeituras aqui que os senhores não analisaram até hoje. Olhe aqui, tudo isso daqui, porque os senhores queriam atingir o governo do estado. Por isso que os senhores não fiscalizaram prefeitura. Porque daí tinha que fiscalizar a Capital de São Paulo, Guarulhos, Araras e uma série de outras prefeituras que não interessa ao PT que sejam fiscalizadas. É isso que aconteceu. Está aqui, olha; tem nome de prefeitura, por nome de prefeitura.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então a minha pergunta é a seguinte... não é cooperativa, minha gente. Cooperativa de Agricultor Familiar ... não tem nenhum. O Chebabi não é agricultor familiar, minha gente. E pode um não agricultor ser membro? Olhe, Enio Tatto, V. Exa. que é da nossa região lá, Cooperativa dos Funcionários da... vamos pegar... todas as indústrias que eu conheci lá são antigas e, muito provavelmente, já fecharam. Isso: Cooperativa dos Funcionários dos Moradores do Grajaú. Não tem nenhum morador do Grajaú.

Quer dizer, é ridículo; para dizer o mínimo. É ridículo! É cômico! É uma afronta à inteligência do povo de São Paulo. É uma afronta manter uma cooperativa que não é cooperativa. Uma Coaf de agricultor familiar que não existe. E eu pergunto - essa é a pergunta mais séria que eu vou fazer - eu pergunto: o que os senhores do Ministério Público e da Defensoria Pública fizeram em benefício dos pobres assentados e trabalhadores da agricultura familiar, que estão lá ao Deus dará? O que foi feito? A não ser notícias de jornal e televisão, o que foi feito para eliminar essa excrescência que

aconteceu no nosso Estado? O que foi feito? A não ser televisão, rádio e jornal para fazer uma campanha contra o governador e o Governo do Estado de São Paulo?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte deputado Barros Munhoz?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tinha pedido também.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É difícil dar um aparte para um tempo que não existe mais. Mas eu vou abrir uma exceção para uma palavra de Vossas Excelências. Por favor, sejam breves.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Usando o tempo do deputado Delegado Olim, eu cedo aparte ao deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agradeço ao deputado Barros Munhoz pelo aparte concedido. Dr. Herbert, V. Exa. não será o culpado pela fraude que ocorreu. Sabe quem será? Aqueles estudantes por terem fome e quererem a merenda. É isso o que o governo do estado vai querer, porque o governo do estado...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu não sabia que merenda é suco de laranja. Vamos parar de brincadeira. Merenda não é suco de laranja, minha gente. Vamos parar de brincadeira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fala baixo, deputado Barros Munhoz. O governo do estado é bom em se dizer vítima. É, deputado Barros Munhoz, V. Exa., que é um conhecedor, deputado experiente, já foi ministro, já foi secretário de Estado, pediria que V. Exa. procurasse saber o que é o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e quando ele foi criado. Ele foi criado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. O Pnae repassa recurso federal para alimentação escolar independente se é agricultura familiar ou não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A partir de 1999; a partir de 1999. Essa lei a que o doutor fez menção é de 99. É isso, doutor?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - É de 2009.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É de 2009; desculpa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2009 é Agricultura Familiar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi no governo Lula. Se tem alguma coisa errada aí foi no governo Lula.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, deputado...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É que o Lula que é culpado agora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Lula, não; o Lula não é culpado. O culpado é o Eduardo Cunha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, peço que V. Exa. leia que é o Pnae criado em 1995, que V. Exa. disse aqui que o promotor deveria saber. Se ele deveria, V. Exa. também deveria, porque V. Exa. está dizendo que somente 30% desse recurso é federal. Vossa Excelência há pouco falou. Então, V. Exa. não está conhecendo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Isso é no caso da agricultura familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Da agricultura familiar. Da agricultura familiar sim, 30 por cento. Mas os outros 70 também vem do governo federal. Porém isso... leia a lei do Pnae, leia a lei do Pnae.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E é por aluno.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Leia a lei do Pnae. Só para concluir, Sr. Presidente. E é importante dizer que quem atestou a cooperativa e os

agricultores foi a Cati, que é governo do estado cujo funcionário também era membro daquela cooperativa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Baseado em uma declaração falsa da Coaf. Tudo que é da Coaf é falso. A declaração que eles fizeram é falsa. Eles nunca foram filiados à Ocesp, nunca puderam funcionar como cooperativa, e nem são cooperativa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O funcionário da Cati assumiu aqui, assumiu aqui que ele emitia as DAPs.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cujo membro, deputado, também era membro da cooperativa. Por fim, deputado, se há interesse político, há interesse político da Corregedoria que fez um desserviço à investigação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso me manifestar? Posso me manifestar?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Concordo com Vossa Excelência. Serviço pífio, o da Procuradoria. E me desculpa, doutor, mais pífio ainda o do Ministério Público, Gaeco e Bebedouro; mais pífio ainda do que o da Procuradoria. Não apurou absolutamente nada! Nada, nada, nada, nada!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor, o tempo já está esgotado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, posso concluir o meu raciocínio?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para concluir, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só nos interrompe. Deputado Barros Munhoz, sabe o que é pífio também? É o trabalho da Procuradoria de Justiça que até agora não ouviu várias pessoas que foram citadas e que podem dar contribuição. Nós já ouvimos mais do que a Procuradoria de Justiça. Uma vergonha! Sabe o porquê? Por que tem interesse em ocultar a responsabilidade do governo do estado, responsabilidade da Secretaria...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso é uma acusação grave que não condiz com a realidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Secretaria, deputado Barros, que deveria então saber se a Coaf era ou não uma cooperativa, que não exigia os três orçamentos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, vamos entrar num acordo aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência está tentando concluir há cinco minutos, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência me permite?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado pela compreensão. Então, deputado Barros Munhoz, a Secretaria da Educação, que não consultou os três orçamentos, como manda a lei, mas somente dois, para fazer o preço médio e ter um sobrepreço de mais de 44 por cento. Cadeia para eles; para o secretário e todos os envolvidos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cadeia para eles.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cadeia para eles. E por fim, Promotor Dr. Romanelli, o recurso, como diz a lei Pnae, como diz a lei da agricultura familiar, diz que são repassados os valores aos municípios que têm lá a responsabilidade da contratação. O senhor, mesmo sendo recurso federal, a responsabilidade criminal administrativa dos agentes públicos do Estado, que têm a responsabilidade de contratar, de também fiscalizar a sua execução, de intermediários, do lobista de cooperativa, de agentes políticos está excluída por conta disso?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não. A responsabilidade criminal, a responsabilidade civil administrativa é concorrente entre a União e a Justiça estadual.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, estou fazendo outra pergunta. O deputado Barros Munhoz está dizendo o seguinte: “não, não houve crime aqui no Estado porque o recurso é federal”, como se houvesse a responsabilidade do governo federal. Estou dizendo se cabe a responsabilidade criminal e administrativa dos agentes estaduais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, não distorça as palavras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou fazendo a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A sua pergunta distorce a afirmação feita, de forma incorreta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, é o meu entendimento. Não é V. Exa. que fará juízo de valor sobre o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não; não é juízo de valor, não é juízo de valor. Não é justo que, no tempo do deputado, o senhor distorça as palavras dele; não é justo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por favor, deputado. Eu concedi aparte para todo mundo sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Alencar Santana Braga, por favor. O senhor pode responder, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor entende que...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele entendeu a pergunta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - ... mesmo sendo de competência federal, a responsabilidade...

O SR. ENIO TATTO - PT - Vossa Excelência me concede um aparte, deputado Alencar Santana Braga?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, eu tenho um aparte.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não tem mais aparte. Eu abri uma exceção, está falando o deputado Alencar Santana Braga, vai falar rapidamente a deputada Beth Sahão e o deputado Delegado Olim, rapidamente, e encerramos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, Sr. Presidente. O senhor entende, doutor, que independente de onde seja a origem do recurso, independente de qual seja a responsabilidade, a competência pela investigação, afasta a responsabilidade criminal dos agentes da Secretaria do Estado, dos agentes da Assembleia Legislativa e de autoridades políticas?

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Não afasta a responsabilidade de nenhum agente público.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok! Obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só queria lembrar... aliás, o deputado Delegado Olim passou o tempo dele para mim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Obrigado, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estão abertas as inscrições?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não, não. É o tempo que ele já tinha e não usou.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, V. Exa. tinha relacionado as pessoas inscritas? Só quero saber se terminava no deputado Barros Munhoz.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já acabou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu ainda atendo crédito de respostas que o Dr. Romanelli... depois eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não, ele não respondeu ainda. A deputada Beth Sahão...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A deputada Beth Sahão tem uma proposta. Dá o aparte para ela.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já está além do aparte.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Delegado Olim. Eu fico aqui me mexendo, sabe, quando o deputado Barros Munhoz fala da questão do repasse das verbas. É uma verba federal, mas tem verba do governo do estado como o próprio promotor acusou agora. E ainda que fosse 100% de verba do governo federal, quem licita? Onde entram esses recursos? Em qual cofre público entra? Não é nos cofres públicos do Estado, não é o Estado que licita? Então, não é obrigação do Estado cuidar e

gerir essa verba? Não é obrigação do Estado fiscalizar essa verba? E não é obrigação do Estado utilizar essa verba da melhor maneira possível?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A fiscalização dessa verba é explicitamente definida.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, não, não, não! Eu quero que o promotor responda. Eu quero que o promotor responda. Eu quero que o promotor Romanelli responda: como que fica essa fiscalização, como que fica essa gestão? Quer dizer que se desvia dinheiro da merenda e então não é responsabilidade do governo do estado. Mas é o governo do estado que está utilizando esses recursos, é o governo do estado que está comprando esse suco de laranja. Então, de quem vai ser essa responsabilidade? Eu queria que o senhor falasse e respondesse isso promotor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, só a manifestação do deputado Delegado Olim para eu encerrar e passar a palavra...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Passo o meu tempo para o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu quero dizer ao nobre depoente que eu fico realmente inflado com injustiças desse tipo. Eu participo das ações do governo, fui líder do Governo nesta Casa, fui presidente da Assembleia Legislativa e conheço o governo. Isso é o maior absurdo que eu já vi na minha vida, foi essa meleca que inventaram aí que não tem absolutamente nada de precedente.

Prenda-se o Padula, se ele for devedor, prenda-se o Moita, prenda-se a Dione, prenda-se não sei quem, prenda-se o Rodrigo, prenda-se qualquer deputado, prenda-se quem for, mas respeite-se a instituição, como eu respeito o Ministério Público, que é uma instituição fantástica no Estado e no nosso País.

O que nós precisamos fazer é isso: recolocar as coisas nos seus devidos lugares. Obrigado, deputado Delegado Olim, e obrigado e desculpa a todos vocês pelos excessos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que deputado que tem que prender, deputado Barros Munhoz, que V. Exa. citou aí?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que vocês apurarem; eu não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor, a palavra está com o depoente.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Excelência, eu só posso repudiar com veemência as palavras de jogo político, que não tem nenhum cabimento, envolvendo o Ministério Público, o Gaeco. Afinal de contas, isso não foi uma ação, uma investigação feita por duas pessoas, nenhuma das quais afiliadas a qualquer partido político. Ela foi feita pelo Gaeco de Ribeirão Preto, em conjunto com a Promotoria de Bebedouro, em conjunto com vários delegados de polícia, tudo referendado, aceito pela Justiça Estadual em Bebedouro. Tudo o que foi investigado, foi confirmado. Portanto, Excelência, vai me desculpar, mas não há nenhum intuito de jogo político, muito menos disposição personalista de ninguém. O Gaeco de Ribeirão Preto não fez um trabalho pífio, muito pelo contrário, em conjunto com a Promotoria.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu folgo em ouvir isso do senhor.

O SR. LEONARDO LEONEL ROMANELLI - Juntamente com a Promotoria de Bebedouro e a Polícia Civil, fomos os responsáveis por trazer à luz esse esquema grotesco de corrupção, envolvendo péssimos agentes públicos, péssimos empresários, falsos cooperativistas, etc. Não fosse a exposição da mídia, certamente esse esquema estaria continuando a vicejar. Temos já absoluto conhecimento e convicção de que vários contratos foram desfeitos por conta das nossas investigações, apenas pela transparência que possibilita o conhecimento público e da própria imprensa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quero aqui agradecer ao Dr. Leonardo Leonel Romanelli, pela sua presteza em vir a esta Casa. Cumprimentar também o Dr. Mário Luiz Sarrubbo, subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais Institucionais. Mais uma vez, quero agradecer e dispensá-los. Obrigado e desculpem o calor da discussão, mas esta Casa muitas vezes faz a discussão política também, além da discussão da apuração.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu não sei se V. Exa. vai dar intervalo ou não, mas os demais depoentes estão aqui na Casa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu vou falar sobre isso. Só queria dispensar o depoente e agradecê-lo mais uma vez, para que possamos dar continuidade. Só um minuto de suspensão dos trabalhos para que eles possam se retirar.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, só para informar que o próximo depoente seria o Sr. Marcel Ferreira Julio, que não compareceu a esta comissão.

Eu passei ontem, para V. Exas., um documento recebido por esta Presidência, onde o Sr. Marcel Ferreira Julio conseguiu do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, através de um habeas corpus, a possibilidade de vir a esta Casa e de ficar calado, de não falar, e de ser assistido por advogado, não sendo obrigado a assinar termo de compromisso dizendo a verdade, gozar do direito ao silêncio e exercer o direito de não se incriminar. Porém, não foi concedido a ele o pedido de não obrigatoriedade de comparecimento a esta Comissão.

No final da noite de ontem, o seu advogado protocolou um pedido dizendo que foi intimado no dia 9 para comparecer no dia 13, requerendo a intimação em um prazo de 30 dias de antecedência. Ele quer saber se na oitiva em reunião secreta, se ele vai ser ouvido como investigado ou testemunha, e que seja considerada nula a primeira convocação.

Então, esta Presidência decide: primeiro - nós não vamos anular a primeira convocação, ela vale. Ele vai ser intimado a comparecer a semana que vem, novamente na sessão dessa comissão, portanto não existe necessidade de prazo de 30 dias para ser convocado. A decisão se ele vai ser ouvido em sessão secreta ou não, será decidido por esta comissão na sessão em que ele estiver presente. E obviamente, se ele exercer o

direito de ficar calado, nós não precisamos fazer sessão secreta para alguém ficar calado. Mas, de qualquer forma, reconvocamos na reunião da semana que vem, e daí então, diante da reunião, decidiremos qual procedimento tomar diante do Sr. Marcel Ferreira Julio.

Quero também dizer que estão presentes aqui mais duas testemunhas: o Sr. Aluisio Girardi Cardoso, que será o próximo a ser ouvido, e o Sr. Jeter Rodrigues Pereira, o último a ser ouvido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, os dois estão presentes?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Os dois estão na Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, os dois estão em qual local?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para corrigir a informação: o Sr. Aluisio Girardi Cardoso está na Casa e na sala de espera.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual sala, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele está na sala 1113, acompanhado do seu advogado. O Sr. Jeter Rodrigues Pereira não se apresentou. A informação que eu tive é que ele foi visto na Casa, mas não se apresentou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu só queria.... V. Exa., aliás...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não, não, a liminar não fala dos 30 dias. Esse é um pedido do advogado.

A convocação foi legítima, ela não foi...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, essa informação que V. Exa. nos traz de que ele foi visto na Casa e de que a CPI não sabe onde ele se

encontra é grave, é grave, porque ele, assim como todos os demais depoentes, Sr. Presidente, ele tem que ficar num espaço reservado. E a informação que nós temos é que ele não estaria.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Espera um pouco. Estou recebendo uma informação de que ele se apresentou na sala da CPI agora há poucos instantes. E vamos solicitar, por favor, que ele permaneça nesta sala até ser ouvido, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E temos que saber onde é que ele estava no período anterior.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esta Presidência suspende por cinco minutos a...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Onde ele está agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Agora ele está na sala, e vai permanecer na sala. Por favor, certifique-se de que isso vai acontecer. Só suspender por cinco minutos, enquanto é trazido para cá o Sr. Aluisio Girardi Cardoso. Peço que ele já seja conduzido aqui ao plenário e em cinco minutos nós retomamos os nossos trabalhos.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Retomamos a nossa reunião com a oitiva do Sr. Marcel Ferreira Julio. Desculpem, com o Sr. Aluisio Girardi Cardoso, o Sr. Marcel não compareceu. O Sr. Aluisio Girardi Cardoso era funcionário da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar - Coaf - e está acompanhado do seu advogado, a quem eu gostaria de solicitar que se identifique.

O SR. MERHEJ NAJM NETO - Boa tarde a todos, meu nome é Merhej Najm Neto. Podem me chamar de Neto, que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado, Dr. Neto. Primeiramente quero dizer ao Sr. Aluisio que ele está aqui como testemunha e, em função disso, tem o dever de falar a verdade sob todas as penas da lei, do ponto de vista civil e criminal.

Costumamos nesta CPI usar o seguinte procedimento: pedimos para que a pessoa faça uma pequena exposição, dizendo qual a função que exercia ou exerce na cooperativa, quando ingressou na cooperativa e de que forma vivenciou esses acontecimentos da chamada Operação Alba Branca. Portanto, gostaria que o senhor fizesse uma breve exposição para depois abrir às perguntas dos senhores deputados.

Gostaria também de informar ao Dr. Neto que ele está aqui para assistir o seu cliente, mas não é possível falar com ele sobre o que ele deve responder. Tem a palavra o Sr. Aluisio Girardi Cardoso.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Em primeiro lugar, boa tarde. Eu queria deixar claro que eu não era funcionário da Coaf, nunca fui funcionário da Coaf. Em função de um parentesco com o meu primo, que era funcionário da Coaf, eu o ajudei. Eu o apresentei em dois ou três lugares, só mediante a parte comercial externa. Eu nunca fui funcionário da Coaf, nunca tive vínculo nenhum com a Coaf. Quero deixar claro isso, porque até no meu termo de declaração na Polícia Civil ficou claro isso sobre essa minha aproximação com a Coaf.

Eu estive em uma festa de final de ano, e meu primo me informou que estava desempenhando um trabalho na área comercial da cooperativa. Eu achei o produto interessante e combinei com ele de dividir a comissão dele como vendedor. Eu o apresentei em Barueri, fiz uma permuta de cidades com ele com Santos, porque a Coaf já fornecia para Santos. Eu apresentei, na verdade, eu indiquei a ele da necessidade de Americana de comprar gêneros em função da sua demanda financeira, e foi só nesses três casos que eu atuei junto com o meu primo, mas mais na questão de apoio ao meu primo do que como funcionário. Portanto, quero deixar claro aqui que eu não tenho nenhum vínculo profissional. Conheci o presidente da Coaf através do Emerson em uma reunião, então não tenho nenhum vínculo profissional com a Coaf.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor chegou a ser preso, a ser conduzido ao distrito?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu fiquei preso sete dias, seis ou sete dias, lá em Bebedouro. Eu fui preso em minha casa, minha residência, e depois fui para Bebedouro. Fiz o meu termo de declaração logo depois, no outro dia, depois do depoente anterior, e fui liberado no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está aberta a inscrição aos Srs. Deputados para fazer perguntas.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sr. Presidente, gostaria de uma informação, por gentileza. Na oitiva anterior, V. Exa. deu tempo regimental de 10 minutos aos deputados membros da CPI e cinco minutos os não membros, mas parece que eu ouvi V. Exa. dizer que o tempo dos apartes seria descontado desse tempo. É isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu estou computando só os tempos nos quais quem faz a pergunta se expressa de qualquer forma, ou fazendo a pergunta ou fazendo alguma colocação. Como estamos fazendo, na maior parte dos casos, uma pergunta-resposta-pergunta-reposta, a assessoria tem parado o cronômetro no momento da resposta de quem está prestando depoimento, para que não seja injusto com nenhum dos membros da CPI.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Perfeito, mas eu perguntei em relação aos apartes. Os apartes são descontados do tempo?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade foi uma concessão que esta Presidência fez, mas eles não devem ser.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Assim nós podemos incorrer em um prejuízo. Se eu tiver meus dez minutos e tiver mais 10 apartes de cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que os apartes foram muito pequenos. Aqueles que foram mais longos...

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que os apartes fizessem parte do tempo que cada orador tem, por gentileza, sem descontos. Se eu der o aparte, desconta do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esta Presidência acata o pedido de Vossa Excelência, que é justo e correto. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde. Sr. depoente, durante quanto tempo o senhor exerceu essa parceria com seu primo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Começou no final de 2012 e foi até o começo de 2014.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual era o valor do contrato com Barueri, ou dos contratos que o senhor intermediou?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Um era em torno de um milhão, o outro era em torno de duzentos e poucos mil reais, não me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quanto?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - O de Barueri era de um milhão, o de Americana era em torno de 250 mil reais, e o de Santos foi 200 mil reais, alguma coisa assim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Havia participação de algum agente público dessas cidades nesses contratos?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, nessas cidades, nenhum. Eu não tive contato com agentes públicos nessas cidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi falado que a comissão paga em Barueri era astronômica, venda de 145, comissão de 64.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na verdade, conforme eu declarei na delegacia, fui apresentado... Eu tenho um amigo empresário que trabalhava em Barueri e me apresentou para uma pessoa, também outro empresário, que dizia que administrava o processo de alimentação da prefeitura e falou para mim e para o meu primo 15 por cento. Meu primo falou com o Cassio, o presidente, e ele falou: “Tudo bem, está certo”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esses 15% eram para ele. E a sua comissão e a de seu primo, quanto era?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Era de 5%, 2,5% para cada um.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então chegou a 20 por cento?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, chegou a 25%, porque havia uma participação desse outro empresário que estava no processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então havia o cara que mexia com a coisa na prefeitura...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, ele era empresário...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Desculpa, o empresário e mais o senhor e o seu primo, é isso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Isso. A comissão tratada com o presidente de venda era de 5%, comissão normal de venda de produto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A comissão sua com a Coaf era de 5 por cento?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Era de 2,5 por cento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Era de 2,5% para cada um?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Era 2,5% para mim e 2,5% para o Emerson.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito, e 15% foi para o rapaz da prefeitura?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Foram repassados os 15 por cento...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E 5% para o empresário que apresentou vocês?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não foi para o rapaz da prefeitura, foi repassado para esse outro empresário com quem nós conversamos, e ele...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então não são duas pessoas?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - São dois empresários.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E os primeiros 5%, de quem que eram?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Do primeiro empresário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - São dois empresários que não são funcionários da prefeitura nem nada?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - São o quê? Que influência eles têm para aprovar uma compra lá?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na verdade, quando eu procurei esse amigo meu, esse Oscar, ele repassou, porque ele tinha contratos com a prefeitura, mas estava rompendo por não ter ajudado a atual administração. Então ele perdeu todos os contratos, mas tinha amizade com a pessoa que poderia nos encaminhar, que era o outro empresário, que é esse segundo empresário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O primeiro era o Oscar. Como se chama o segundo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu conversei com essa pessoa duas vezes. José... Não sei se era José Renato, José Fernando, José Roberto... Eu conversei com ele duas vezes só. Esse fato ocorreu no final de junho de 2013.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Depois o senhor não fez mais nenhum outro contrato lá?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não, não. Não foi feito mais nada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor continuou na Coaf até 2014?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu continuei conversando com o meu primo exatamente para receber essa participação da venda que eu tive, porque o fornecimento era feito em quatro vezes, eu acho, se eu me lembro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Santos foi 250, e Americana foi 250. Foi o mesmo procedimento? Havia alguém das prefeituras que recebia?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não, não. Como eu abri para o meu primo, ele me abriu Santos, porque o acordo era o seguinte: onde já vendia suco, nós só tínhamos comissão se fosse outro tipo de produto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor é de Bebedouro mesmo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor é de onde?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu sou nascido em Barretos e moro em São Paulo há 25 anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Frequenta Bebedouro, ou não?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor conhecia a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não conhecia. Quem me apresentou foi meu primo, quando ele começou...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem ele te apresentou da Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Ele é meu primo. Fui a uma festa de final de ano e ele me falou que estava trabalhando com um produto...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sim, o seu primo Emerson. Mas ele te apresentou a alguém da Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Ele me apresentou o produto, me apresentou como funcionava uma chamada pública, pois eu nunca tinha tido esse conhecimento na vida, nem sabia que existia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor não tinha nenhum conhecimento da Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não tinha.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se era uma empresa de verdade, ou de fachada...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Quando ele me mostrou o catálogo da Coaf, estava lá que tinha acho que 25 anos de mercado. Então eu procurei na internet, tinha convênio com a Conab, tinha convênio com o governo federal, então acreditei que a empresa é idônea.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o fornecimento foi normal, foi regular? Houve atraso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na verdade, não é que ele foi regular. Quando nós conversamos com esse José, o acordo era de ser entregue tudo de uma vez, mas a prefeitura exigiu que fosse entregue em quatro vezes. Foi quando ocorreu que foi pedido para ser diminuído esse percentual, por causa do prejuízo que estava havendo nesse processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Há mais alguma coisa que o senhor possa esclarecer? Nós estamos querendo desvendar esse mistério, porque é um grupo em que todo mundo roubou, mas ninguém tem razão. Sabe aquela história?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu vou ser claro com o senhor. Eu recebi aquilo pelo que eu fiz acordo. Eu não recebi nenhum centavo a mais e nenhum centavo a menos. Eu recebi meus 5, quer dizer, meus 2,5% em Barueri, que estão declarados, o cheque está lá; e recebi meus 2,5% em Santos, está declarado, o presidente falou que pagou, e eu confirmo, ele pagou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com todo o respeito, não quero entrar em detalhes sobre Barueri e sobre Santos, mas, se o senhor fez alguma negociação com Americana, foi no governo Diego de Nadai?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Foi, o Diego era prefeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas não é possível que o senhor não tenha ganhado comissão.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na verdade, eu não recebi comissão porque a prefeitura não pagou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não pagou? Ah, bom. Então pode ser que... Porque, se pagasse, haveria comissão para alguém lá dentro.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - No meu termo de declaração, eu fui claro: eu indiquei o Emerson para falar na prefeitura por causa da demanda. Eles estavam sem receber alimento por falta de pagamento de fornecedores. Então, como esse dinheiro vinha de Brasília, pelo menos esse dinheiro era para estar no caixa. Agora, se estava ou não estava...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor foi ouvido por quem e em que condição?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu fui ouvido pelo delegado, pelo delegado seccional. Na verdade, ele insistiu que eu quisesse falar, “fala, fala, fala”, e eu falei: “Mas não tem nada para falar”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele queria que o senhor falasse o quê?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - “O senhor conhece a Coaf?” “Não conheço.” Eu não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele queria que você denunciasse alguém?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, ele queria que eu falasse o que eu não sei. Que a Coaf emitia não sei o que, emitia não sei o que, mas eu não sabia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sei. E o Ministério Público, estava presente?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não estava presente. Nesse dia eles não estavam presentes. Eu preferi fazer um termo de declaração. Eu não fiz uma delação premiada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sei. E o delegado concordou em que o senhor fizesse...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Concordou, concordou.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu nunca vi como o Ministério Público foi tão benevolente. Ninguém foi indiciado de nada. Todo mundo foi levado. Se fossem outras pessoas, um policial militar ou um policial civil levassem do jeito que levaram as pessoas para lá, estariam todos no abuso de autoridade.

Foram levados, foram todos ouvidos em declaração, ninguém foi interrogado, ninguém foi indiciado. Diz-se que cabe ao delegado, mas cabe ao Ministério Público, que quando quer, também indicia.

Quer dizer, todo mundo aqui... Ali é uma pizza, foi uma “pizzada” lá em Bebedouro, em que ninguém foi indiciado, o senhor não foi indiciado, ninguém. Todo mundo foi ouvido em declarações.

Mas, olhem, eu estou pasmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor não tem nada mais a nos esclarecer. Está bom.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Tudo eu deixei muito claro aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Vossa Excelência desculpe, eu não fiz uma delação premiada porque eu não... Eu fiz uma declaração porque é aquilo que eu vi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está bem. Eu não posso dizer: “Sinto-me satisfeito”. Eu vou dizer: “Eu me sinto insatisfeito”. Mas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Boa tarde.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Boa tarde.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual é a sua relação com o Sebastião Misiara?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Ele é casado com uma irmã da minha mãe.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Casado com a irmã da mãe. Eu estou tentando aqui juntar... É tio?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu não considero tio porque ele foi casado depois que eu nasci. No interior, temos uma...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor trabalhou com ele em algum contrato?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falou que atuou em quantas prefeituras mesmo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Barueri, Americana e Santos. Não, espere, teve Sumaré, mas em Sumaré foi só apresentação e nós não participamos da licitação. Nós, não, a Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O seu vínculo com a Coaf era um contrato onde estava mencionado 2,5% que você receberia?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu não tinha contrato. Eu tinha um acordo com o meu primo de que o que ele recebesse de comissão, dois e meio eram meus. Um acordo formal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E esses outros 15% e cinco por cento - você deu um exemplo de que você pagou, numa cidade, qual cidade mesmo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu não paguei nada. O cheque foi entregue pelo presidente da Coaf na mão do empresário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tinha algum contrato entre esse empresário e a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não, não, não, nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Somente o...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Somente isso. Tanto que, segundo consta, todo o processo, todos os cheques voltaram.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Alencar, posso fazer uma complementação dessa pergunta? Quer dizer, o presidente entregava direto, o senhor não sabe nem se ele entregou ou não?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, em alguns eu estava presente; em outros, não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, só para ter uma clareza.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, foi entregue?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Foi entregue para o empresário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, ok. Mas, foi entregue?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Foi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso era feito em todos os contratos?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, só no de Barueri.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E em Santos?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não. Santos, eu peguei o cheque com ele da minha comissão. Tanto que consta no processo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A outra parte o presidente dava direto?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não sei. Na verdade, em Santos não tinha a outra parte; ele tinha que pagar o Emerson. Não sei como é que ele pagava o Emerson, se era mensal, se era... Aí é um acordo dele como funcionário com a Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E essa empresa FreeLabor?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Essa empresa é minha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Empresa do quê?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - De comunicação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem algum vínculo com a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nada? Prestação de serviços...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Nada, nada, nada, nada, nada, nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nunca foi contratada?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que mal lhe pergunte, presta serviço para quê?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, é serviço de... Eu faço, como é que eu posso dizer, eu represento algumas empresas em alguns segmentos, em geral.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tipo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Tipo Educação...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como assim, Educação?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eventos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como assim, na Educação? Faz o que na Educação?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na Educação é consultoria. Como é que eu posso colocar? Eu trabalho com a área de material de ensino para escola pública. Pública, não, privada, desculpe, privada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E vende para alguma escola pública?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para o Governo do Estado?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para prefeituras?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nunca vendeu?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tá, só escola privada. O Sr. Marcel Ferreira Julio, o senhor conhece?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nunca ouviu falar?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu ouvi falar quando fui preso junto com o pai dele. Aí eu ouvi falar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o pai dele? Qual é a relação que o senhor tinha com o pai dele?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu o conheci no dia em que eu fui preso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor soube deles após esse conhecimento, esse contato, que tiveram?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não tive mais contato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. César?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Conheci um dia que eu fui lá com o Oscar, conforme está no termo de declaração, para receber, para cobrar um cheque que voltou, que eu fui com o Oscar, junto com o Oscar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era o papel do César?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Parece que era vendedor, não sei, acho que era vendedor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você sabe se os telefones estavam gravados e quem avisou?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, porque tudo o que eu tinha que falar está na declaração, então...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Solicito que o senhor deixe cópia das suas declarações à polícia aqui. Seria possível?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom, é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahaõ.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria perguntar para o Aluisio. Ele falou em consultoria. Nós tivemos, ainda há pouco, o promotor aqui. Perguntamos das empresas de consultoria e o promotor respondeu que as empresas de consultoria...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputada Beth, uma questão de ordem. É que há a informação de que a TV não está transmitindo, presidente. Só para checar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deem uma checada, por favor. O pessoal da assessoria...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - São pessoas importantes.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já pedimos a verificação. Está dizendo que está transmitindo, sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, Sr. Presidente, ele falou em consultoria. Essa empresa dele, a FreeLabor, era sua?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - É minha.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E você disse que você faz vendas de livros didáticos, não é? Você nunca prestou serviços nesta empresa, na Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É porque tem muitas empresas de consultoria que aparecem lá.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu vi no processo, porque eu li o processo todo. Mas, não tenho nada. A senhora pode ver todo o processo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E essas empresas de consultoria, o promotor que esteve aqui no período da manhã nos disse que elas serviam, inclusive, para lavagem de dinheiro, que já foi comprovado isso. Então, a sua empresa nunca participou?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca foi solicitado pelo Chebabi...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu nunca emiti uma nota para ele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O Sr. Chebabi era o chefe do senhor?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, ele não era meu chefe. Ele era presidente da Coaf, onde meu primo trabalhava com ele, como funcionário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não conhecia ele?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu o conheci depois que o meu primo falou do projeto, e foi numa reunião em que me apresentou a ele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Essa foi a relação que o senhor tinha com ele?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não temos muito a perguntar, mas eu queria só perguntar uma coisa: o senhor recebia os seus salários. Como é que o senhor recebia essas comissões?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu recebia uma comissão. Ele me deu os dois cheques. A de Santos, ele me deu um cheque. A de Barueri, ele me deu um cheque. Os cheques foram depositados na minha conta corrente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor nunca prestou serviços. Qual é o total disso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Uma deu 23 mil, está aqui, 23 mil. E o outro cheque foi de 12 mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse foi o faturamento que o senhor teve quando prestou serviço para a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu não prestei serviço. Esse pagamento faz parte dos dois e meio por cento a que eu tinha direito, que eu tinha acordado com meu primo como vendedor da Coaf, que era a minha parte.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, mas quem repassava para o senhor era o seu primo?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu recebia...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu não consegui entender ainda, é verdade, mesmo. Eu não consegui entender qual era a sua verdadeira relação com a Coaf. Como é que era isso? O senhor era um vendedor?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, eu tinha uma relação com o meu primo, que era vendedor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, tá, o seu primo. Era como se ele sublocasse a sua mão de obra?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, é, porque ele falou: “Você tem amigo em Barueri que presta serviço para prefeituras. Então você vai lá.” Eu apresentei, aí ele foi lá e fez a venda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor só fez as vendas para prefeituras, essas três que o senhor citou?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu não. Ele fez a venda e eu fui intermediário, junto com ele, na venda, na comissão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E como é que era feita essa intermediação?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Normal. Eu conversei, como está no depoimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor ia às prefeituras e ajudava na venda?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Eu fui a Barueri, conversei com o Oscar. O Oscar me apresentou o empresário da cidade, que tinha relacionamento, onde ele pediu os 15% e onde, depois, conforme está no depoimento, o acordo era para ser uma licitação de dois milhões - que não foi de dois, foi de um milhão. A entrega era para ser de uma vez, ela foi entregue em quatro vezes, parcelada.

E uma questão muito clara: a venda em Barueri, o suco de laranja foi vendido a um e vinte e três, igual ao mesmo preço de Santos, e as outras vendas, a média lá que eu vi no processo era um e quarenta, um e sessenta, um e oitenta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, Sr. Aluisio, deixe-me perguntar uma coisa. O senhor agora falou que tem uma comissão de dez a quinze por cento. Qual comissão era essa?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Essa comissão era para esse empresário de Barueri, que era 15%, e os outros cinco por cento eram para o outro empresário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem era o empresário de Barueri?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Um, eu conheci, o Oscar, que eu já conhecia há muito tempo...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Oscar?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - E esse outro empresário, eu não lembro o nome dele, era José Fernando, José Renato, eu não lembro o nome dele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor tinha contato com eles? Eles que abriram as... O que eu quero é assim: eles abriam as vendas nas prefeituras, eles que tinham relações com os agentes...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não. Nós estamos falando de Barueri, somente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Da Prefeitura de Barueri?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - De Barueri. Ele não abriu a venda. Eu apresentei o projeto para o Oscar, o Oscar levou para esse outro rapaz, esse José. Esse José ficou de ajudar no processo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - No processo de colocação de suco na prefeitura?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Isso. Nós marcamos uma reunião com a diretora da merenda, ela nos recebeu, deixamos, meu primo deixou um material lá. Nós, que eu falo, marquei, o Emerson foi lá, deixou o material para amostra. Aí, depois, saiu a chamada pública. Só que a chamada pública foi acordada com esse empresário de dois milhões, saiu um milhão.

Então, na verdade, esse empresário...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, tá. Esse empresário que é o Oscar?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Esse é o segundo empresário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É outro empresário, cujo nome o senhor não sabe?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Que é o José, José Fernando, eu não lembro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - José alguma coisa.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Então, é o que está no meu termo de declaração.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para a Secretaria Estadual de Educação o senhor nunca teve participação?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, não, não, não, não, não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca vendeu?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nem sabe de chamadas públicas no período de 2013 a 2014?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não. Não, não, não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O seu trabalho ficou restrito a...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - A esses três municípios.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor só fazia isso ou o senhor tinha outras atividades no período em que o senhor trabalhava com essas...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, não, eu tinha outra atividade.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E qual era?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Tinha um apoio que eu dava na empresa de eventos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, tá. Era de eventos a empresa ou era de venda de livros didáticos?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, também ela desenvolve eventos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela fazia várias coisas, então? A razão social dela era ampla? Ok. E pelo fato de ela ter uma razão social ampla, ela nunca participou de nenhuma...

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, ela é uma microempresa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca teve nenhuma relação com a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok. Era isso, Sr. Presidente, por ora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra a última inscrita, a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Boa tarde, Sr. Aluisio. Eu estou observando o senhor responder as questões e eu vou dar um voto para o nosso companheiro Barros Munhoz. Porque eu estou achando que o senhor está tendo que ler o seu depoimento para poder responder as coisas, porque o senhor não está seguro daquilo que o senhor está...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aliás, se me permite, deputada, pode isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É o depoimento dele mesmo, nobre deputado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O que eu estou sentindo é que ele está extremamente inseguro, ele tem que confirmar o que ele falou na declaração dele, lá na polícia. Sei lá eu onde que foi que ele deu essa declaração, para depois vir aqui e não correr o risco de falar uma palavra a mais do que aquilo que falou lá.

Esse depoimento, para mim, está melado. Temos de tomar uma posição enquanto comissão porque não pode ser desse jeito, na minha avaliação. Eu quero entender um pouco dessa relação.

Fui vereadora na cidade de Araraquara e por muitas vezes vi grupos participarem de atividades através da Associação de Vereadores - o Sr. Sebastião Misiara era o presidente à época - e causou-me uma estranheza muito grande o Sr. Sebastião Misiara também ter sido preso nessa operação por conta da participação nessa cooperativa. Por algumas vezes, inclusive, fui a atividades, eventos com a presença do seu tio, não sei bem qual a relação de parentesco aqui, mas causa-me muita estranheza que o Emerson... Emerson é genro do Sebastião, é isso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Ele é sobrinho.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então tem o sobrinho, tem o tio, parece-me que a coisa fica meio em família, tem essa coisa das vendas, das empresas, das associações, da Associação de Vereadores, da Uvesp, isso não está me cheirando muito bem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Posso fazer uma complementação, deputada?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Por favor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sabe o que percebemos? Aquilo era um balaio de gato, era uma roubalheira total o esquema que montaram. Eu conheci um empresário, o empresário me vendeu, ganhou 15%, o outro ganhou cinco, o outro ganhou dois e meio...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ninguém lembra o nome.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Todo mundo roubando o Poder Público. Você tirando os agentes que faziam a intermediação - a empresa que participa isso e aquilo -, o resto... Como não havia compromisso de pagar o produtor, os que compravam não pagavam, então ficou isso: roubaram tudo. É impressionante.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, quero dizer que não está transmitindo mesmo. Acabou o horário eleitoral e a TV não está transmitindo a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A informação da TV é de que está.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Está só no site, estão falando aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ela está afirmando que está nas duas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aluisio, o senhor conhece a dona Dione de Pietro?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor poderia tentar, pelo menos fazer um sacrifício para tentar lembrar o nome dos empresários para os quais foram pagas as comissões?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - O primeiro é Oscar. No processo está lá o cheque, foi um cheque que ele depositou na conta dele. Está no processo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Esse Oscar é de onde?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - É de Barueri.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele era um intermediário, é isso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Ele era o empresário lá em Barueri.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Empresário do quê?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Acho que na área de segurança.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele que intermediava a prefeitura junto à Coaf. Como era?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Ele era um amigo que me apresentou esse outro empresário que informou...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Como é o nome do outro empresário? O senhor precisa ver.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Eu não lembro porque já faz quatro anos isso. É José...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quatro anos?!

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Três anos. Foi em junho de 2013. Para esclarecer V. Exa.: eu estou lendo para poder lembrar porque faz tempo isso. E se eu não estivesse confirmando, não declarando que esse termo de declaração foi a verdade, eu teria feito delação premiada. Então, eu não precisei me esconder atrás de delação premiada para fazer meu termo de declaração.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não vou emitir juízo de valor sobre isso.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Esse empresário, de quem não lembro o nome, não tenho cartão, não tenho nada, tanto que quando entraram na minha casa levaram tudo, todos os meus documentos, não tenho nem como ver depois...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Se faz tanto tempo por que a Polícia foi tão firmemente em cima do senhor levando tudo da sua casa? Estranho não é!

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - A senhora precisava ver depois a cara do delegado quando olhou para mim na hora em que eu estava indo embora da delegacia. Se eu tivesse filmado a senhora ia ver.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quanto tempo o senhor ficou preso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Sete dias, seis dias. (Fala longe do microfone.) Cinco prorrogados por mais cinco... Foram sete.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me permite um aparte bem rápido, deputada?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Só para deixar claro deputado: eu não fui chamado na delegacia, não me chamaram para depor, não fizeram nada, nada, nada, nada de nada. Simplesmente, um dia apareceram na minha casa dois agentes da Polícia Civil dizendo que eu estava preso, mas o meu advogado achava que se tratava de uma condução coercitiva para explicação dos fatos, não uma prisão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Um esclarecimento: a Net não está transmitindo porque entrou o horário da TV Câmara, mas pela UHF a programação está sendo transmitindo normalmente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Uma questão sobre isso, Sr. Presidente: mas foi solicitado para que a TV Câmara cedesse o horário. Não sei se foi encaminhado esse pedido. A Casa ficou de encaminhar esse pedido. Esse é um procedimento para a CPI encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Verifico essa informação, deputado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aluisio, qual era a relação do Sebastião Misiara com a Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não sei dizer, porque quem tratava disso era o Emerson, não eu.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o Emerson era diretor.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Ele sempre conversou comigo como vendedor.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Só vendedor.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Vendedor. Se no objeto social da Coaf ele apareceu como diretor, eu não sabia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Lá em Bebedouro - fui várias vezes lá - as pessoas dizem que todo mundo sabia do esquema da Coaf. O senhor sabia do esquema da Coaf?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não. Eu fui a Bebedouro no dia em que fui preso. Quer dizer, eu fui um dia para receber um cheque que voltou, fiquei duas horas, saí de Bebedouro e vim embora. Depois voltei para Bebedouro para ser preso. Aí fiquei sete dias.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É muito estranha essa conversa. O senhor não está me convencendo não sei por quê.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só uma coisinha: todas as pessoas que passaram por aqui disseram que o senhor era uma figura da máxima importância, que no contrato de Barueri ninguém podia mexer porque era o senhor que mexia, que não sei o quê. Todo mundo. Vai ver que foi isso que os delegados também pensaram, porque todo mundo falou isso. A que o senhor atribui isso?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Na verdade, quem coordenou o processo em Barueri foi meu primo, foi o Emerson. Eu só ia junto com ele.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu não o conheço, mas eu acredito - falei isso aqui agora - que por ele ter o mesmo sobrenome porque é primo e o primo era funcionário e fazia a intermediação em vários municípios, pegaram o cara errado e o deixaram sete dias na cadeia, nem ouvido não foi. Uma coisa estranhíssima. A senhora tem razão em gênero, número e grau, nesse ponto é muito claro.

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Tanto que na hora em que eu estava saindo o delegado ficou com cara de ué para mim. Eu não tenho como falar o que fiz.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor não moveu processo por abuso de poder em cima deles?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Não, porque como o processo ainda não encerrou, nem inquérito tem aberto, vamos esperar terminar para depois...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor acha que eles vão abrir inquérito?

O SR. ALUISIO GIRARDI CARDOSO - Vamos esperar, porque agora está na mão da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero cumprimentar o depoente Aluisio, pelo jeito estão trocando gato por lebre.

Sr. Presidente, quero fazer um registro até em razão da fala final do depoente anterior.

Tenho visto que o último inscrito sempre é o deputado Barros Munhoz e por quê? Porque ele termina o depoimento de forma apoteótica, ele arranca até aplausos de uma galera porque é tudo ajeitado. Mas quero fazer um registro e parabenizar a CPI porque é raro na Assembleia Legislativa de São Paulo uma CPI apurar e esta CPI, por mais que

questionemos o andamento, o pessoal que tem vindo depor - e esperamos que ela chegue aos graúdos - começa a demonstrar para a população e a todos nós da Casa que precisamos fazer mais desse exercício.

A Comissão de Fiscalização tem de trabalhar mais, essa prerrogativa da CPI tem de ser considerada porque fico imaginando: se o caso da merenda é tido como um problema pequeno, ou melhor, de pequena monta - problema não, o problema é muito grande, é um escândalo enorme -, se abrissemos a CPI do Metrô, da calha do Tietê ou do material escolar, temas que batemos tanto no estado de São Paulo e não conseguimos avançar, iríamos ver a verdadeira cara dos tucanos no estado de São Paulo.

Sabe por que deputado Carlão Pignatari - o discurso do deputado Barros Munhoz me animou a falar isso? Porque onde se apura, como em Minas Gerais, aparece: o presidente do PSDB está na cadeia, está no xadrez; onde se apura, como em Goiás, aparece: o presidente do PSDB está na cadeia, está preso. Se a Polícia Federal tivesse apurado a denúncia dos dez milhões que o presidente Guerra recebeu para acabar com a CPI da Petrobras, provavelmente estaria na cadeia se não tivesse morrido.

Não seria só o pessoal do PT. O pessoal do PSDB também. E aqui em São Paulo só não está na cadeia porque há uma blindagem no estado, não se apura nada. Quando questionei o promotor sobre a merenda, se diante de tanta apuração tinha algum condenado, foi nesse sentido: porque todo mundo sabe que em São Paulo há uma blindagem, não se deixa apurar nada, tanto que só deixaram abrir essa CPI porque os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa e porque o presidente foi citado, caso contrário também não teria acontecido nada. (Manifestação dos presentes.)

Então, temos de fazer esse exercício, sim, parar de ter medo de assinar CPI. Não importa quem vai pegar: se PT, PSDB, PMDB, DEM. Temos de exercer nosso papel de deputado e trabalhar, além de legislar e fiscalizar o estado de São Paulo, e aqui tem muito para fiscalizar e em todas as áreas.

Só queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Feito o registro, não há mais nenhum orador inscrito. Quero registrar a presença dos deputados Gilmaci Santos e Caio França.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Antes de suspender os trabalhos por cinco minutos, Sr. Presidente, quero fazer um registro.

Vossa Excelência disse que o Marcel não veio, certo. Quero registrar nossa indignação em relação ao fato porque ele teria coisas importantes para falar. Como o promotor Romanelli disse, depois do grupo dos lobistas, quem atuava seria o grupo de servidores, agentes públicos ou políticos, que em tese a delação envolveria essas pessoas. Para furtar-se dessa responsabilidade, tentou uma medida judicial. O que ele fez é grave, Sr. Presidente, porque a medida judicial que ele conseguiu não o isenta de vir aqui. Ele tem de vir, ele pode até ficar em silêncio...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por isso será reconvocato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode não prestar o compromisso, mas tem de vir. É uma maneira de não entregar quem ele sabe que tem envolvimento. É como disse a deputada Marcia Lia: têm grupos que agem em família e o Marcel também: é envolvimento do pai, da cunhada, acho que a sogra também recebeu valores. Já era fugitivo da Polícia e agora não vem a esta CPI demonstrando que não quer colaborar em nada com as investigações.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, não sei se V. Exa. ou o jurídico da Casa pode responder: o Marcel conseguiu uma medida cautelar e ele não precisa falar...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele não é obrigado a falar. Ele pode falar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se ele vier e não falar, ficar em silêncio...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele tem o direito de fazê-lo, tem autorização judicial para isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, vamos perder tempo de convocar esse moço aqui de novo, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor me desculpe, deputado, ele pode vir aqui e não falar, mas ele não poderia deixar de vir a esta Casa. Se nós não o reconvocamos fica parecendo que esta CPI não tem nenhuma credibilidade. Então, ele será reconvocado. Pode até, no direito dele, ficar calado, mas ele vai vir a esta Casa de uma forma ou de outra, nem que seja sob condução coercitiva.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Concordo plenamente com o discurso do deputado Enio Tatto: nós estamos fazendo um esforço gigantesco. Não somos nós que estamos atrapalhando o melhor andamento da CPI: “fulano não pode em razão da delação premiada; outro porque não pode vir.” As duas principais figuras a serem investigadas estão resguardadas: o Marcel e o Chebabi. É difícil apurar alguma coisa sem a audiência deles. Quer dizer, nós estamos sendo tolhidos no nosso direito de investigar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nobre deputado Barros, concordo com Vossa Excelência. Estranha-me o presidente ter dito nos primeiros dias de trabalho que determinadas pessoas só seriam ouvidas quando tivéssemos documentos e informações. Ainda não chegaram as informações da Procuradoria Geral de Justiça. Estamos aguardando o envio por parte do desembargador Dr. Sérgio Rui e as pessoas que fizeram a delação, Chebabi e Marcel, ainda não depuseram aqui e nós vamos ouvir amanhã o presidente Capez, que nem teria razão para ser ouvido amanhã. Qual é a razão? (Fala longe do microfone.)

Não, não. Temos um plano de trabalho. Nós insistimos para que no plano de trabalho fossem incluídas as autoridades políticas e o relator também, da necessidade de se aprofundar a investigação para depois, se necessário, chegar às autoridades políticas. Por que digo isso?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Foi solicitado também da Justiça Federal de Ribeirão Preto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Perfeito. Muito me estranha essas figuras chaves não terem sido ouvidas ainda, os documentos que estão com a delação do Marcel no Tribunal de Justiça e na Procuradoria de Justiça não chegaram até esta comissão e vamos ouvir amanhã o presidente Capez. O presidente Capez vai se

defender do quê amanhã se não temos elementos claros e objetivos? Não estou dizendo que ele não tem de vir, só estou dizendo que me estranha porque essas figuras chaves não foram ouvidas. Hoje vamos ouvir o Jeter, amanhã vamos ouvir o Sr. Merivaldo, nós não sabemos o que vão falar e já se marca o depoimento do presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu pediria, deputado, para ouvirmos o Jeter e logo em seguida...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Muito me estranha não ter chegado a documentação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu já estou com medo até de não ouvir o Jeter. Depois nós retomamos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em determinado momento a bancada do PT reclama que o presidente não seja ouvido. Agora reclama por ser ouvido. Eu queria entender a lógica.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Esta é a grande verdade, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe, presidente, nunca falamos nesse sentido. Presidente, desculpe, fui bem claro com todos em todo momento, inclusive quando tratamos do plano de trabalho falei da necessidade de garantir que os agentes políticos fossem ouvidos, mas ao final, para que tivéssemos mais elementos para apurar. Nós estamos atropelando os trabalhos. Queria entender a razão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não estamos atropelando.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os depoimentos que serão feitos hoje do Jeter e os de amanhã vão revelar se há alguma coisa por detrás ou não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para esclarecer, deputado: aqui não existe nenhum atropelo. O que nós quisemos foi primeiro ouvir o

núcleo que cometeu, a princípio, todo crime: o núcleo da Coaf. A partir daí as pessoas citadas e envolvidas. Então, ouviu-se o pessoal da Coaf, ouviu-se o Ministério Público, ouviu-se os delegados de polícia, vai-se ouvir os três funcionários da Casa envolvidos para depois ouvir o presidente. Esta Presidência e nenhum de V. Exas. têm controle sobre a questão da delação premiada do Sr. Marcel e do Chebabi. Nós não temos como obrigá-los a falar. Quero deixar muito claro a V. Exa. que aqui ninguém quer esconder nada, nem blindar ninguém. Se ouvirmos amanhã o presidente e no futuro aparecer qualquer indício novo de envolvimento, não haverá nenhum problema em reconvocá-lo. Quero deixar claro que tenho procurado agir com a maior imparcialidade possível.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que nós ouvimos nos bastidores é que, amanhã, a CPI acaba depois que o presidente falar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso aí é imaginação do nobre deputado. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu ouço um monte de coisas nos bastidores que não tem nenhum fundamento.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, pode esclarecer um encaminhamento de V. Exa. sobre a CPI?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pois não.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu não consegui entender até agora, deputado Barros... Primeiro, uma sugestão: que V. Exa., juntamente com a comissão, falasse com o desembargador ou com o responsável por isso porque realmente o trabalho da CPI fica limitado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Foi bom V. Exa. levantar porque já estão todos convidados a, na sexta-feira, às dez e meia da manhã, acompanhar esta Presidência a um encontro com ele, junto inclusive com quem cuida do caso do deputado Capez no Tribunal, para conversarmos, pedirmos explicações, enfim. O convite está aberto a todos os deputados da Casa. Eu só gostaria, por favor, foi uma

solicitação do Tribunal, que os senhores deputados e deputadas que quiserem acompanhar este presidente à audiência informassem a Secretaria para informar o Tribunal quem vai participar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já estou informando até porque foi um pedido que fizemos em reuniões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente. Vossa Excelência fez um pedido verbal porque primeiro era uma diligência, depois se transformou num pedido e esta Presidência solicitou esta reunião que está aberta a todos os membros e não membros. (Fala longe do microfone.)

O SR. ENIO TATTO - PT - Gostaria que V. Exa. esclarecesse - porque não consegui entender até agora - por que vamos ouvir o presidente da Casa, deputado Fernando Capez, amanhã, antes de ouvir o Moita e o Padula. Parece que se está colocando a carroça na frente dos bois. O roteiro que vocês estabeleceram seria ouvir o pessoal da Coaf, os agentes estaduais e aí pula: vai ouvir-se o presidente da Casa amanhã e depois o Moita e o Padula, que são os principais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quero dispensar a testemunha e agradecer pela presença. Obrigado. Estão dispensados.

Em segundo lugar quero informar o seguinte: o que existe até agora de concreto, e V. Exas. sabem muito bem, é um contrato assinado entre um funcionário desta Casa que estava lotado no gabinete do deputado Capez e a Cooperativa Coaf e um cheque depositado na conta de um outro funcionário. Então vamos ouvir esses funcionários antes para depois ouvirmos o deputado Capez e volto a insistir: se tiver qualquer elemento novo, prova nova trazida a esta Comissão que force uma nova oitiva do presidente, ela vai ser feita, não há nenhum prejuízo em relação a isso.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu acho que há muito prejuízo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ah, não há nenhum prejuízo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu acho que há muito prejuízo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, quero informar que, a pedido do deputado Alencar Santana Braga, solicitei que fossem passados por escrito a V. Exas. todos os Requerimentos de Informação feitos e o andamento de cada um deles. Então, está em papel para não perder tempo e todos terem acesso à informação.

Vamos suspender os trabalhos por mais cinco minutos para que seja trazido ao plenário o próximo depoente.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, retomando os nossos trabalhos quero solicitar que todos tomem assento.

Está aqui o depoente Jeter Rodrigues acompanhado do Dr. Roberto Eduardo Lamari, seu advogado. O Dr. Roberto, antes do depoimento do Sr. Jeter, quer fazer a entrega de alguns documentos.

Passo a palavra ao Dr. Roberto para esclarecer do que se trata.

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero entregar todos os extratos bancários do meu cliente de janeiro de 2013 até a presente data, ou seja, até 2016. Os extratos bancários completos mostram que o meu cliente só tem depósitos provenientes dos seus proventos como funcionário desta Casa e eventualmente alguma transferência da sua esposa para pagamento de reforma que tem feito na casa dele desde o ano de 1999, e não terminou até hoje.

Mais importante do que isso, acho que vai colaborar muito com a investigação de V. Exas. - se quiserem eu trouxe um pen drive que posso passar aos senhores - é um exame grafotécnico que prova que nos documentos, que nos recibos, a letra é do Sr. Marcel. Os recibos feitos, todos têm letra do Sr. Marcel. É um exame grafotécnico. Se os senhores quiserem, deixo aqui o pen drive e passo também à CPI a cópia dos exames.

Mais do que isso: a assinatura que consta nos recibos juntados na delação é falsa. Não é a assinatura do meu cliente, o Sr. Jeter. Não sei de quem é, mas dele não é.

São estes os esclarecimentos que acho extremamente importantes para a investigação a que esta CPI se propõe. Vou passar às mãos do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esta Presidência recebe os documentos. (Fala longe do microfone.)

Sim, gostaria, sim. Se puder deixar conosco. Faço o registro do recebimento.

Quero informar ao Dr. Roberto que pode assistir o cliente, mas quem deve responder às perguntas é o Sr. Jeter.

Quero dizer ao Sr. Jeter, é do conhecimento de seu advogado, que o senhor está aqui na qualidade de testemunha e como tal tem o dever de dizer a verdade sob as penas da lei, tanto do ponto de vista civil como criminal.

O procedimento adotado é que a pessoa faça uma primeira explanação do envolvimento no esquema, de como chegou até ele, qual o envolvimento que tem com a Coaf; surgiu pela imprensa a questão do contrato, do cheque, foi usado o nome do deputado onde o senhor estava lotado, enfim. Gostaríamos que o senhor fizesse uma primeira explanação daquilo que o senhor achar interessante, conveniente para que depois se abra para o questionamento dos senhores parlamentares para que se tente esclarecer os fatos. Se o senhor puder fazer essa pequena explanação, tenho certeza de que ajudará na compreensão de toda a apuração.

O senhor tem a palavra.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde Srs. Deputados e presentes, não tenho nenhum envolvimento direto com a Coaf, nunca tive. Conheci o Sr. Marcel Julio e o Sr. Cesar quando estiveram no gabinete em 2014. Este foi o meu único contato com a Coaf.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estiveram em que gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - No gabinete do deputado Fernando Capez, onde eu era lotado à época.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor já conhecia o Marcel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Conheci o pai dele o deputado Leonel Julio, que foi presidente da Assembleia Legislativa em 75.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E aí ele veio procurá-lo.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ele esteve no gabinete procurando informações sobre um processo licitatório que tinha ganhado em 2013 e que, até aquele momento, não tinha sido autorizado a fazer a entrega dos produtos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O que eles vieram pedir para o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Saber se poderíamos ajudá-los a fazer com que a Secretaria liberasse a entrega dos produtos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E eles chegaram a falar com o deputado Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mais alguma informação? O senhor teve mais contato com eles?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Eu tive mais duas vezes porque eu pedi que eles me trouxessem alguns documentos para que pudesse estar indagando junto à Secretaria da Educação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E o referido contrato de assessoria que o senhor teria prestado à Coaf, ele realmente aconteceu, a assinatura é do senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, aconteceu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Qual o serviço que o senhor deveria prestar?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O contrato foi feito com o objetivo de eu estar ajudando a Coaf em caso de eles necessitarem de algumas certidões junto aos órgãos governamentais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Abro o espaço para os Srs. Deputados.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, como V. Exa. fez algumas indagações iniciais para que ele falasse, neste momento acho que cabe ainda a ele discorrer mais. Quais órgãos governamentais?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, só uma pergunta rápida. Senhor Jeter, eu estava entrando e o advogado estava explicando que esse contrato que existia com o senhor mais a Coaf não tem a sua assinatura.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não é dos contratos, são recibos.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Ah, os recibos. E o senhor ficou sabendo disso quando, que a assinatura era falsa et cetera?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Meu advogado que pediu esses exames periciais, eu não tomei conhecimento logo que ele obteve.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quando o senhor tomou conhecimento desses recibos?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi na semana passada.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, dos recibos.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ah, dos recibos? Eu tomei conhecimento através da imprensa, como foi amplamente divulgado.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Mas que a assinatura não era sua? Quando o senhor ficou sabendo que a assinatura não era sua?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu fiquei sabendo quando o laudo ficou pronto, semana passada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, já que estão abertas as perguntas neste momento, queria perguntar para o Sr. Jeter por que o pessoal da cooperativa veio procurar um funcionário da Assembleia Legislativa para ajudá-lo em uma licitação da Secretaria da Educação. Quer dizer, qual a influência que o senhor tinha para poder dar essa ajuda e essa pressão?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhuma influência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então o que foi pedido para o senhor? O senhor tinha alguma relação com a Secretaria da Educação?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - São abertas essas perguntas, está livre, o presidente assegurou...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para ter uma compreensão geral.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Beth, calma, é que eu acabei de chegar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Foi gratuita essa solicitação que eles fizeram ao senhor, como foi?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, foi uma ida ao gabinete como quaisquer outras pessoas iriam pedir ajuda. Eles estiveram lá, não sei por que, aleatoriamente talvez, perguntando se nós poderíamos ajudá-los nessa questão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual questão que era?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A questão do processo licitatório que eles haviam ganhado e não tinham sido autorizados ainda a entregar os produtos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É porque o senhor tinha falado anteriormente de certidões, que eles vieram pedir ajuda para o senhor com as certidões.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, aí foi em relação ao contrato que ele fez com a...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a tarefa que ele desenvolvia no gabinete? Se ele também puder falar o que ele desenvolveu do serviço do contrato, quais órgãos públicos tinham que tirar certidão. Como era isso, qual o serviço para o qual ele foi contratado mais detalhadamente e o que ele fazia no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu era funcionário no gabinete e atendia o público em geral que lá chegava. Essa era a minha função no gabinete, atender a todos, muitos pedidos de exames, muitos pedidos de internação. Essa era a minha função junto ao gabinete. Quanto aos órgãos, aos pedidos que o senhor falou, eu não cheguei a fazer nenhum trabalho para a Coaf. Nós assinamos um contrato, mas eu não prestei nenhum serviço a eles.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que contrato o senhor assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Um contrato de prestação de serviço.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor chegou então a assinar um contrato de prestação de serviço com a Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então o senhor tinha relações com a Coaf.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Eu assinei esse contrato posteriormente a essa vinda deles ao gabinete.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não consegui entender ainda, não sei se os outros deputados entenderam como ele assinou um contrato posteriormente para prestar serviço, não conhecia a empresa à que ele ia prestar serviço?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que ele já esclareceu, quem chegou um pouquinho depois não ouviu. Ele disse que foi procurado pelas pessoas da Coaf no gabinete e, posteriormente, acabou fazendo esse contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor cobrava antecipadamente pelos serviços?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E esse contrato servia para quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como já falei antes, era para se, porventura, a Coaf precisasse de alguns documentos que estivessem faltando, eles me avisariam e eu iria providenciá-los.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Como um funcionário público pode assinar um contrato assim, acumular atividades, acumular funções em algo que, inclusive, está ligado ao interesse público, porque a Coaf estava fornecendo produtos a um órgão público? Como um funcionário público pode fazer isso? A não ser que a lei tenha mudado e eu não tenha conhecimento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Beth, posso complementar? Só algumas informações para passarmos para todos. Eu vi no jornal que o senhor é funcionário efetivo da Assembleia há 30, 40 anos.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quarenta e um anos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quarenta e um anos. Em quantos gabinetes de deputados o senhor já trabalhou? Quais foram os deputados?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu trabalhei em 86 com o deputado Vicente Botta e depois, agora, com o deputado Fernando Capez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora quando?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em 2014.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Parece que é do fim de 2013 até 2014.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o Vicente Botta não ficou até 2014 na Casa. Ah, ele é efetivo. O senhor ficou na Casa prestando serviços. Eu sei que ele é efetivo, é que, às vezes, ele pode ter prestado serviço em algum outro gabinete.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas com todo mundo que o senhor atendia o senhor fazia contrato ou foi só com esse?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Só esse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era seu superior hierárquico no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Era o chefe de gabinete, Dr. João Borro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dr. João Borro na época?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando o senhor trabalhou com o deputado, em todo esse período ele foi o chefe de gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o Merivaldo e o Licá, qual o papel deles no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O Licá eu não conheço muito, só o vi umas duas vezes. O José Merivaldo era assessor do deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a sua relação com ele, explique como era essa relação de trabalho.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com quem?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Merivaldo.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhuma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nenhuma?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhuma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E com o presidente, com o deputado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Também nenhuma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor convidou o José Merivaldo para lhe assessorar na sua assessoria.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então o senhor tinha relações com ele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, mas dentro do gabinete, nenhuma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então era fora a sua relação com o José Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, eu conheço o José Merivaldo há muitos anos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor falou que não tinha relação nenhuma com ele.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Dentro do gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês se conheciam, mas nem falavam “oi”?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - No gabinete, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas falava “oi” onde? Brincadeira, querer nos enganar na cara dura é demais, poderia disfarçar um pouco melhor, dar uma ajuda. O que é isso?

Queria que ele explicasse melhor, eu não entendi esse negócio de certidão. O que você tinha que fazer nesse negócio do contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Se porventura a empresa precisasse, se tivesse faltando alguma documentação, eles me passariam e eu ia providenciar essas documentações.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto era o serviço? Quanto o senhor cobrou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Duzentos mil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E recebia como isso daí?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Seria pago em quatro vezes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor cobrou antecipadamente?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o cheque que o senhor recebeu antecipadamente, qual foi a razão de ele vir antes?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque isso estava no contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor está dizendo que cobrava antecipadamente. Cobrava ou não cobrava?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como não? O senhor pede um cheque caução, é isso o que o senhor pediu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ou o cara foi bonzinho e deu 50 a mais, chegando aos 250? É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ou foi os 450? Ou foi o carro? O que o senhor recebeu afinal?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não dirigiu o Gol?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Gol foi conduzido sozinho?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não recebi nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fale um pouco da empresa do filho do Merivaldo e da sua empresa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Queria que o Sr. Presidente lembrasse a ele, ele não tem que falar a verdade?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem. Está como testemunha e, por isso, tem obrigação de falar a verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se não falar a verdade, pode ser preso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Há controvérsias, mas, obviamente, ele vai responder por isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se ele mentir, ele pode ser preso.

O SR. ENIO TATTO - PT - Para uns vale, para outros não vale?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Existe uma compreensão tanto do presidente como...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, esse é o enganador maior. Vossa Excelência disse que viu um monte de enganador e hoje está dito o que é um professor. Está aqui. Vossa Excelência vai perceber. Esse é o pior, está adestrado, está treinado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estão abertas as inscrições?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estão abertas as inscrições e elas podem ser feitas até as 14 horas e 56 minutos, de acordo com aquilo que já foi acordado nesta sessão, a partir de uma hora do início da fala do depoente. Até as 14 horas e 56 minutos, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que quiserem se inscrever devem fazê-lo.

Vamos passar às inscrições. O primeiro inscrito é o deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Boa tarde, Sr. Jeter. Para entender a lógica de início, o senhor lembra a data em que foi assinado o contrato de prestação de serviço do senhor com a Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A data certa eu não lembro, mas foi em 2015.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor se recorda de ter assinado algum recibo de pagamento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor nunca assinou recibo nenhum?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor recebeu um cheque?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor falou que era previsão do contrato.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor tinha sócios para dividir os valores recebidos desse cheque, como o seu amigo ou alguma outra pessoa? Como era a divisão desse dinheiro que foi pactuado nesse contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A assinatura do contrato foi feita para ser dividida entre três pessoas: eu, Marcel Julio e José Merivaldo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Marcel, que já recebia da Coaf por ser o vendedor da Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então o dinheiro que está previsto para o pagamento do senhor, no contrato, iria ser dividido, na prática, em três?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O cheque foi depositado na conta...?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Do Sr. José Merivaldo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Ele é um dos três que iria receber?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor sabe por que o cheque não foi pago?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nem o Merivaldo...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ouvi falar que voltou sem fundo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, é interessante isto daqui. O Marcel, para mim, é um grande artista, ele vende fumaça. Eu queria saber o seguinte, Sr. Jeter, eu queria entender as motivações reais do Marcel. O senhor podia até fazer certidão, mas quais, a seu ver, seriam as motivações reais do Marcel? Foi ele que fez a ponte para fazer o contrato do senhor com a Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quais as motivações reais para contratar o senhor e o Merivaldo? Quer dizer, já há uma jogada meio escusa, que é a seguinte: o Marcel lhe apresenta à Coaf, pelo o que eu entendi, o senhor faz um contrato para ter honorários da Coaf e ele, Marcel, está embutido, indiretamente, para receber no seu contrato, ou seja, ele já está mordendo parte do dinheiro que ia para o senhor. Qual seria, no seu entender, a real motivação do Marcel em colocar um funcionário, dois, quem fosse, funcionários da Assembleia em um contrato dessa natureza?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não tenho a mínima ideia, sinceramente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor era muito amigo do pai dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu conheci bastante, fiz campanha, inclusive, para ele em 1975, mas nós nos víamos muito pouco.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor fez contatos para ele, para ele não... Aliás, esse pagamento era específico para um contrato ou incluía mais contratos?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, só esse.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só o contrato de...?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De prestação de serviço.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas para que caso específico?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Para o processo de licitação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Licitação onde?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com a Secretaria da Educação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Para a venda de...?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De sucos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então esse contrato era específico para essa licitação?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O cheque acabou sendo devolvido, o senhor não reclamou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, como eu tinha passado para o José Merivaldo e como eu também já estava desgostoso com o tratamento que o Sr. Marcel estava dando, eu desisti.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas, convenhamos, é um bom dinheiro.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sem dúvida.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Merivaldo também não reclamou? Ninguém foi tirar satisfação?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Reclamaram sim. O Merivaldo reclamou, pediu que eu ligasse para o Marcel para tentar receber esse dinheiro.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E perante a Coaf, vocês contataram a Coaf para saber por que não tinha sido pago esse valor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. O contato era só com o Marcel.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mesmo antes de voltar o cheque, do período em que o senhor assinou até lá, foi sempre com o Marcel, não foi com nenhum outro integrante da Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com nenhum outro, só com o Marcel.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quando o senhor assinou o contrato, o senhor estava no gabinete do deputado Capez ou o senhor já tinha saído?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu estava sim ainda.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então o senhor respondeu errado, porque o senhor falou que já tinha saído.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu não falei isso.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quando o senhor assinou o contrato o senhor estava no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu estava no gabinete sim, eu estava lotado no gabinete.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor saiu quando do gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu saí em março de 2015.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor saiu em março de 2015. O cheque voltou quando?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não lembro.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O ano? Foi 2015, 2016, quando voltou esse cheque? Alguém sabe?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No dia 20 de março de 2015. Ele foi sustado, salvo engano, dia 18 ou 19 e ele voltou a ser depositado no dia 20 de março de 2015. Tem um primeiro depósito, anterior, sem fundo, não lembro agora a data. No dia 18 ou no dia 19 esse cheque foi sustado e no dia 20 ele foi novamente depositado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que dia, deputado Alencar?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vinte de março.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De que ano?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dois mil e quinze.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele é apresentado e?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele é apresentado anteriormente, depois é sustado no dia 18 ou 19 de março e no dia 20 ele é reapresentado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele é pago?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, foi sustado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Com todo esse calote, já que o cheque voltou, o senhor foi prejudicado. O Merivaldo não reclamou, enfim, mas o que aconteceu depois do retorno desse cheque até virem esses fatos, à tona, na imprensa? O senhor perdeu contato, teve contato, o que o Marcel falava?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu só entrei em contato com o Marcel porque o Merivaldo me procurou dizendo que não conseguiu receber o cheque e que era para eu ligar para o Marcel para saber o que estava acontecendo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O que o Marcel falou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Que ia tentar resolver junto à Coaf e que ligaria para nós.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E nunca ligou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Para mim, pelo menos, não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E nunca mais lhe procurou desde então?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor nunca mais teve contato com ele depois?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. (Vozes fora do microfone.)

Sim, senhora.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Esse cheque de 50 mil que voltou sem fundo, a Coaf não pagou uma parcela, pelo menos, ou para você ou para o Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei, para mim não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Merivaldo não conversou com o senhor, ele não falou: “olha, eles pagaram alguma coisa em dinheiro?”

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não comentou. Eu só conversei com o Merivaldo para tentar conversar com o Marcel sobre a devolução do cheque, depois disso nunca mais.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então o senhor assegura a esta CPI que nunca recebeu um centavo sequer ou do Marcel ou da Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Asseguro, sim, senhor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, quero reservar o meu tempo para depois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito é a deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Jeter, o senhor já se candidatou a algum cargo eletivo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, em 2008 eu fui candidato a vereador.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por qual partido?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - PSDB.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor é filiado desde quando, o senhor lembra?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Desde 88.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Na sua prestação de contas em 2008 o senhor não declarou a sua empresa. O senhor tinha alguma empresa e não a declarou na prestação, que tem que apresentar quando vai se candidatar a algum cargo eletivo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Teria se eu tivesse a empresa, mas eu não tenho empresa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Como o senhor conheceu o deputado Fernando Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu fui levado ao gabinete pelo José Merivaldo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que o senhor falou que não conhecia muito bem? O senhor disse já...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não disse isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Falou.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor falou que tinha poucas relações com ele. Nós precisamos então rever as gravações.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com quem?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Com esse Merivaldo.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora, eu disse que não tinha muito contato no gabinete. Fora da Assembleia Legislativa eu tinha.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então tá, no gabinete o senhor só falava “oi” para ele, fora isso o senhor era amigo. É estranho, porque quando temos um amigo conversamos com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que ingratidão. Leva para o gabinete e nem fala bom dia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conversamos com um amigo tanto dentro do gabinete quanto fora do gabinete, tanto dentro do trabalho quanto fora do trabalho. Amigo é amigo sempre, em qualquer instante.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com certeza, só que eu e o Sr. Merivaldo não íamos ao gabinete com muita frequência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tá. Quando o senhor fechou o contrato, o senhor comunicou ao deputado Fernando Capez que tinha fechado esse contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não falou, mesmo sendo assessor dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabia que, como funcionário público, não poderia fazer isso porque era algo irregular?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu estaria incorrendo em erro se eu prestasse serviços no horário de trabalho. Eu não fazia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas os interesses são conflitantes, Sr. Jeter. O senhor tinha duas atividades que eram conflitantes, o senhor tem que entender isso. O senhor estava prestando serviço para a Secretaria Estadual da Educação, o senhor estava facilitando as licitações. Era isso o que o senhor fazia fundamentalmente.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Isso não é verdade.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É verdade sim. Como não? Como não é verdade? O que é isso, o senhor intermediava as coisas. O senhor acha que nós somos o que, somos crianças, nascemos ontem? Como não? O senhor é funcionário público, como funcionário público o senhor não pode fazer isso. É crime. Por isso que as coisas não andam. É importante falar isso. Desculpe, deputado Barros Munhoz, eu não sou de me exaltar. Mas tenha dó. Desculpe-me.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Para mim, esse cenário diz o seguinte: o Marcel queria ganhar mais dinheiro da Coaf, só que ele não podia aumentar a comissão dele, então ele arrumou alguém da Assembleia e vendeu para a Coaf fumaça. Arrumou uma ponte dentro da Assembleia Legislativa que vai resolver a nossa vida. Aí ele firma um contrato. Para efeitos da Coaf, Marcel está falando a verdade. O Marcel pega e divide o fruto desse pequeno golpe dentro do golpe que a Coaf dava. Para mim está muito claro esse cenário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual o seu horário de trabalho no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Meu horário correto, às vezes, era das 12 até as 18. Às vezes eu entrava de manhã, dependendo do volume de trabalho no gabinete.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só quatro horas por dia o senhor trabalhava?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Das 12 às 18 dão seis horas, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É, dão seis horas, desculpe-me.
O senhor se lembra do seu salário?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quanto o senhor ganhava?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu ganho, não sou aposentado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quanto o senhor ganha?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nove mil líquidos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabe se o gabinete tinha contatos com a Secretaria da Educação?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não tenho esse conhecimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual setor o senhor procurou na Secretaria? Com quem o senhor falou lá?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Por último, eu falei com a diretora Silvia Lancellotti.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela fazia o que na Secretaria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ela era diretora da área de processos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De processos. Mas era ela que acompanhava os processos licitatórios?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela que dava o aval, qual licitação ia ganhar, qual empresa ia ganhar?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E como o senhor teve contato com ela, como o senhor chegou até ela?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como eu disse anteriormente, eu fui procurado para saber por que a empresa Coaf não tinha sido autorizada a entregar os produtos, uma vez que eles haviam ganhado a licitação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim, aí o senhor foi procurá-la.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim. Eu liguei...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem mandou o senhor procurá-la?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ninguém mandou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor foi por livre e espontânea vontade?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o senhor chegou até ela também?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora. Eu só falei com ela por telefone.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor conhecia o secretário da Educação, o Sr. Herman?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca teve contato com ele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nunca.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o Fernando Padula?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Também não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca foi. Ele já teve o sigilo telefônico e bancário quebrado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quem?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor. Ainda não teve, não é? Nós não fizemos essa solicitação aqui, não é?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Se tiver essa solicitação, ela será votada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para informar a deputada que, quando ele começou, o advogado passou toda a sua movimentação bancária para esta CPI, então a CPI já tem...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Faço o pedido de, se puder, colocar o sigilo telefônico também.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É, seria interessante.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para dizer que está aqui, à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas que quiserem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Depois que o senhor fez esse contato com a Secretaria da Educação, eles passaram a entregar os produtos?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não tenho esse conhecimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não sabe?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor fez um contrato, então como foi esse trabalho que o senhor desenvolveu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não fiz nenhum trabalho, eu só assinei o contrato, mas não cheguei a desenvolver.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não desenvolveu nada, só recebeu?

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor recebeu 50 mil reais sem fazer nada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Também não recebi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Também não recebeu? O senhor não conhece as pessoas. Vamos lá, ele não conhece as pessoas, ele não conhece o contato, ele chegou à Secretaria da Educação por telefone, ao acaso, ele não fez o trabalho, ele não recebeu o dinheiro. Então o que o senhor fez?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quer sair daqui preso, não é Sr. Jeter?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O que o senhor fez? O senhor trabalhava pouco aqui, o senhor ganhava bem, porque um salário de nove mil reais é bom. O seu advogado falou que o senhor estava reformando a casa e que até hoje o senhor não

acabou. Ou o senhor está fazendo uma casa muito grande, uma reforma muito grande, que envolve um gasto excepcional, ou... Porque nove mil reais é um bom salário.

O senhor teve essas outras contribuições de um salário extra que o senhor realizou, mas não podia realizar, porque é incompatível uma atividade com a outra, o senhor não conhece as pessoas, o senhor não teve contato. Até o seu amigo, que nós perguntamos para o senhor, o Merivaldo, o senhor fala que, aqui dentro, não tinha contato com ele.

Quais as tarefas exatas que o senhor desenvolvia dentro da Assembleia Legislativa? O que o senhor fazia nessas seis horas de trabalho em que o senhor ficava aqui?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como eu disse anteriormente, eu atendia as pessoas que lá iam pedir informações ou ajuda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que tipo de informação e que tipo de ajuda?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Internações, exames médicos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Poxa vida, mas na Presidência da Assembleia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu nunca trabalhei na Presidência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor falou que trabalhou com o Capez.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele não era presidente, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor fez campanha para o Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu fiz no meu bairro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só no seu bairro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Só.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor já chegou a ir a um comitê político dele?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que bairro é?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Vila Mariana.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para lembrar a deputada que o seu tempo já está esgotado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A última pergunta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor preferiu trabalhar para a Coaf ao invés de fazer campanha para o seu candidato? Porque quem trabalha na política faz campanha, se não profissionalmente, pelo menos voluntariamente. Como foi esse trabalho que o senhor desenvolveu para ele? Alguma vez o senhor usou algum carro, alguma vez o senhor pediu favor em nome dele? Porque têm algumas entrevistas aqui, inclusive uma dada ao blog do Fausto Macedo, do jornal “Estadão”, em que o deputado Capez não descarta a possibilidade de o senhor ter ajudado na Cooperativa Orgânica e também não descarta a possibilidade de o senhor ter falado e usado o nome dele em vão para obter algumas vantagens. O senhor confirma isso ou não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não confirma isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor nunca usou o nome do deputado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual o tempo de discussão? Vossa Excelência acabou não falando no início.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já falei sim. Quatorze e cinquenta e seis.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu fico até, sinceramente, incrédulo, diante dessa situação. Tenho dito aqui, em oportunidades como esta, é bom lembrar que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. De repente pode arrebentar do seu lado, porque, com todo o respeito, Jeter, o seu depoimento é totalmente inverossímil, inacreditável, não existe. Nós o conhecemos, é da Casa há bastante tempo, sabemos que o senhor é uma pessoa inteligente, uma pessoa desenvolta.

Queria que o senhor fosse um pouco mais explícito. O senhor foi simplesmente laranja? O que o senhor está dizendo aí tem um nome, a única coisa que teve de concreto no suco de laranja da Coaf foi o senhor ser laranja. Brincadeira à parte, com todo o respeito, queria que o senhor fosse explícito. Fale, fale sinceramente. Não é possível, o senhor depositou um cheque, não recebeu, não foi atrás do Marcel. Isso não existe, principalmente no Brasil de hoje. Cinquenta mil reais, um contrato de 200 mil, até o Roberto Setubal está correndo atrás. Jeter, você não tem o que esconder, fale. Sinceramente, não dá. Abra o coração, você não tem o que esconder, ou então você vai deixar a impressão que você teve o que esconder, que você escondeu, você omitiu deliberadamente. Aí fica complicado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu também acho que ele é um laranja que sabia que o Marcel estava aplicando um golpe e ia ficar com uma parte do recurso que viesse. Essa é a minha interpretação inicial. Eu queria só que ele esclarecesse, esse dinheiro, se tivesse sido pago, mas foi devolvido o cheque, como seria a divisão entre vocês três?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em partes iguais, em três partes.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor usou o gabinete em nome do Dr. Capez para ter vantagem, o senhor e os demais, o senhor e o Marcel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor ligou para a tal da funcionária da Secretaria. O senhor é o famoso quem para atender o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não entendi.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Como o senhor se apresentou? Como o quê? Seu nome?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como funcionário do gabinete do deputado Capez.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então o senhor usou o nome dele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Isso tem nome, isso se chama tráfico de influência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E é crime, deputada Beth.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Você disse que a última pessoa que você procurou na Secretaria foi uma senhora chamada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Silvia Lancellotti.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - E quando você chegou à Secretaria, logo no início, você procurou quem, quem foram as pessoas que você procurou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu liguei para a Secretaria, perguntei quem tratava de assuntos de licitação e me passaram para ela.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Já passaram para ela direto?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Ela foi o seu único contato lá dentro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor teve depois contato com os novos contratos de 2014?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sabe deles, não sabe deles?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nunca mais a Coaf o procurou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nem você procurou a Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. - E o senhor conseguiu resolver essa questão falando com a diretora?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A resposta que a Silvia Lancellotti deu foi que aquele processo específico, do qual eu havia perguntado, tinha sido cancelado e que seria aberto um novo em 2015.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Você ligava para ela do seu celular ou do gabinete do deputado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Dessa vez eu liguei do gabinete, que era só para obter essas informações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com o Marcel o senhor nunca mais encontrou também?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Depois desse contrato e a devolução do cheque não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Com o Merivaldo o senhor continuou tendo contato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, nós mantivemos contato.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Até hoje?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Faz tempo que eu não o vejo. Segundo informações, ele está doente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que ele fala disso? Ele não recebeu também? O que aconteceu com o cheque?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Onde ele está?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o que se atesta aí, que a letra não é sua, é nos recibos.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Porque o recibo era manuscrito?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como se fosse o senhor que estivesse declarado que recebeu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Exato.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E assinatura no recibo era a sua?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Também não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Também não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Era de quem a assinatura?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei. Segundo o laudo que foi apresentado era falso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quer dizer, o laudo atesta que a letra era do Marcel. O texto: “Declaro que recebi nesta data...” Isso era de quem? A letra.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A letra do Marcel.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Do Marcel. Isso é o que atesta o laudo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O laudo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De onde é o laudo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Só um minuto...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não, de onde é esse laudo? Queria saber se ele sabia. Ah, foi o advogado que pediu? Ah, desculpe.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Professor Dr. Osvaldo Negrini Neto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi o senhor que contratou esse laudo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, foi o meu advogado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Esse não é da Polícia Civil. Esse é feito pelo DPVC, esse Negrini?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dr. Jeter, posso fazer um aparte?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Pode, pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com todo respeito, o senhor contrata o seu advogado para prestar serviço ao senhor. Mas com certeza serviços extras é o cliente que paga. Quanto o senhor pagou por esse laudo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nada? Não é possível. O senhor devolve o dinheiro, um cheque, e diz que a conta está sem fundo lá atrás, não quer a grana e agora recebe um laudo de graça?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Carlão Pignatari.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Queria entender o senhor, que é de fato um homem bom. Assim, uma aura... É um santo para as pessoas o ajudarem tanto assim, por nada, hein?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Jeter. Desculpe.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, eu tive que ir ao gabinete e voltei. Quem é que está perguntando, de quem é o tema?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O tempo é do nobre deputado Barros Munhoz. É que ele está socializando o tempo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele foi gentil e me deu um aparte.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está socializando o tempo dele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quer mais um?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tenho, deputado Barros. Só queria perguntar para o Sr. Jeter, se me permite, se ele lembra o número da matrícula dele, aqui da Casa.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - 4447.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - 4447. Obrigada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Jeter, eu faria um último apelo no sentido de que você fosse um pouco mais explícito. Porque o que você falou é inacreditável. Mesmo com muita boa vontade ninguém vai acreditar. Não tem nada que você possa esclarecer, Jeter?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, tudo que eu falei é a mais pura verdade. Pode ser que esteja difícil para os senhores acreditarem, mas é a verdade.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor me dá um aparte, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dou.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só uma pergunta, desculpe. Esse laudo aqui... Esse laudo é bem conhecido, esse perito aqui, desculpa, mas não é um órgão oficial. Esse laudo aqui, para mim, não tem valor nenhum. Vou devolver a ele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Seria o que, um...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Feito por um ex-perito que saiu da Polícia Civil, Negrini, que faz vários aí, de acordo com o interesse dele. Desculpa, o laudo é feito pelo Departamento da Polícia Científica, e não esse aí. Devem ter pedido à polícia, foi o senhor que arrumou. Desculpe, esse laudo aí não tem valor nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte, deputado Barros, só... Deputado Olim, até porque no processo de investigação a defesa pode apresentar um requerimento na Justiça, para que a Justiça faça.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Oficial?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Oficial, e não a que estou...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Desculpe, mas isso é uma geladeira, mas uma Brastemp, hein?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso é brincadeira.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Geladeira, o senhor quer dizer que é frio?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Isso é feito de acordo com o interesse.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um aparte, deputado? Posso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Primeiro, eu acho que fazer uma afirmação com o deputado Olim, assim, não podemos dizer que é frio. A gente não sabe, acho que é muito ruim isso.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas não é um laudo oficial. Eu não acato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que essa comissão aprove a contratação de um laudo dos documentos apresentados.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Oficial.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se for importante. Eu gostaria de perguntar para Jeter: o senhor trabalhou no Capez em 2013, 2014, quando ele era vice-presidente, é isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Gabinete da vice-Presidência da Casa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor saiu no fim de 2014 do gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu saí no dia 15 de março.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - De 2015?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse contrato que o senhor assinou foi antes ou depois disso? O senhor se recorda ou não? Porque estava vendo no gabinete do Capez, o Dr. Borro só chegou para trabalhar com o deputado Capez no fim de 2015. Então deve ter havido alguma confusão já na Presidência e não na vice-Presidência. Mas acho que isso, de confundir nomes, não é importante.

O contrato que o senhor fez, o que todos nós percebemos, que o golpe que se dava na cooperativa era tão grande que arrumaram mais um para poder dar mais um golpe em cima da cooperativa. Pena que Marcel não pôde estar aqui hoje, mas todo mundo levou vantagem na cooperativa. Todos. E ninguém sabe de nada. Esse Chebabi deve ser um gênio, ele e Marcel. Deve ser um gênio porque não é possível ouvirmos isso de todas as pessoas que vieram aqui.

Quer dizer, o senhor ficou até março de 2015?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De 2015.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Aí o senhor voltou a ser funcionário da Assembleia, como o senhor é? É apenas isso, Sr. Presidente. Depois eu já me inscrevi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só para terminar, fazer uma indagação, se não ao Jeter, e ao seu advogado, Dr. Lamari. Se não foi o senhor que pagou, foi o seu advogado? Quanto custou esse laudo, Dr. Lamari?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Cinco mil.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nossa, ele fez um desconto bom, porque os laudos que ele cobra são muito mais caros. Ah, são dois laudos. Dez mil? Cinco cada laudo, dez mil.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Cinco mil cada laudo, dez mil para quê?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mesmo assim, para esse perito é muito barato. Mas está bom.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próxima inscrita, deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Jeter, o senhor disse que o Sr. Marcel convidou-o e ofereceu um contrato no valor de 200 mil reais. Ele sabia que o senhor não tinha nenhuma experiência nesse tipo de assessoria. Não é, no mínimo, incoerente contratar uma pessoa que não tenha experiência nenhuma nesse tipo de trabalho, sem combinar direito o que ele vai executar? Quais as garantias que o Sr. Marcel tinha de que o serviço seria de fato executado pelo senhor? O que foi que vocês combinaram? Qual foi a tratativa, qual era de fato a sua tarefa dentro desse contrato de 200 mil reais, cujo cheque de 50 mil reais foi devolvido, foi sustado, e ninguém correu atrás? Eu, se fosse de 200 reais, teria corrido atrás. Então eu gostaria que o senhor me explicasse.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu não ouvi o final da pergunta da deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quais foram as tratativas, já que ele não tinha experiência para trabalhar nessa questão. O que foi combinado? Qual era a tarefa, de fato, dele pelo contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como já disse, o contrato foi assinado para que eu ajudasse a Coaf, quando eles precisassem de alguns documentos, se faltassem alguns documentos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quantas vezes o senhor ajudou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhuma.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o senhor recebeu um cheque de 50 mil reais?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu não recebi.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas a empresa recebeu. O senhor disse que foi depositado na conta do...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quem recebeu foi o Sr. José Merivaldo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem era o Sr. José Merivaldo? Ele era sócio da empresa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Era sócio da empresa. Ah, tá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que empresa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não tem empresa, não existe empresa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas que contrato é esse então?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi feito um contrato, não...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acabou de falar que era sócio de empresa. Mas de qual empresa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não disse sócio de empresa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele falou que não tinha empresa quando eu o indaguei.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, ele está falando do contrato, deputada Beth.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele está falando do contrato.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pelo que entendi é isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A empresa era do Merivaldo, do filho dele, de algum parente? Do Tiago?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Esse contrato foi feito, sem empresa nenhuma. Não tem empresa, não tem timbre, não tem nada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Contrato de 200 mil reais assim?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, é prestação de serviço.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Individual.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Individual, é.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aí o senhor tinha que, quando a Coaf precisasse, o senhor intermediava?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aí o senhor nunca intermediou e eles pagaram pelo contrato de vocês, do senhor, do Merivaldo, João, do Pedro, Antonio, sei lá eu de quantas pessoas, vocês receberam um cheque de 50 mil reais. É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aí o cheque voou e ninguém foi atrás. Ninguém recebeu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não fui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A senhora me permite só um aparte, nobre deputada? Eu não vou nem contar o seu tempo aqui. Para mim, parece muito evidente aqui que, sem dúvida, como disse o deputado Caruso, Marcel era um vendedor de fumaças. E, obviamente, ele foi usado. Desculpe-me, Sr. Jeter, mas é difícil acreditar que o senhor não sabia que foi usado. O senhor foi usado para que Marcel vendesse para Chebabi a informação que o senhor representaria ao deputado Capez, e está aí vendendo serviço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É muito evidente isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós estamos aqui tomando o depoimento dele. Eu acho que é prematuro tomarmos qualquer conclusão em relação ao seu papel, se ele foi usado por “A”, por “B” ou por “C”, por favor. Há muitas questões ainda a responder.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele vai responder, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Agora é muito evidente, ele dizer que não sabia disso. Você me desculpe, estou tão indignado como os nobres deputados.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas não dá para dizer que ele foi aqui usado pelo Marcel. Vamos lá, calma, vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, quando eu falo “usado” não quero dizer que ele também não tinha consciência disso. Mas é evidente, isso é evidente. Todos aqui se dão conta disso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Todos aqui dão conta disso. Devolvo a palavra à senhora e esse tempo não lhe foi tirado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Perfeito. Eu gostaria que o senhor me informasse se conhece Padula, Moita e o Sr. Sebastião Misiara.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Moita eu nunca vi, Padula eu o vi algumas vezes em reuniões do PSDB.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o Sr. Sebastião Misiara?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu o conheci, algumas vezes, quando ele esteve aqui e eu era funcionário do ILP, e ele promovia aqueles encontros com vereadores.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Na época em que o senhor não estava no gabinete do Fernando Capez, e o senhor trabalhou por 40 anos nesta Casa, não foi isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quais eram as suas funções aqui na Casa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu trabalhei por mais de 17 anos no RH.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Um funcionário que trabalha no RH, minimamente, é uma pessoa esclarecida, que tem conhecimento de legislação, que conhece coisas regulares, irregulares, contratações regulares e irregulares. O senhor não estranhou o oferecimento desse contrato de 200 mil reais para não fazer nada? O senhor não achou muito estranho isso, de repente ter sido usado, o seu nome, a sua integridade, os seus 40 anos de Casa? O senhor não achou estranho isso? Eu, minimamente, ia achar que tinha alguma coisa errada.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu nunca fiz esse tipo de trabalho com ninguém. Então...

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o que levou o senhor a fazer? Quem pediu isso para o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, ele me procurou propondo esse contrato, e eu conversei com José Merivaldo, e achamos por bem fazer esse contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte, deputada Marcia?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Lógico, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor, experiente que é na área de Recursos Humanos, pode responder se um servidor que comete uma irregularidade, um crime no exercício da função, mesmo tendo a sua aposentadoria ela pode ser cassada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria de saber se o senhor conhece a empresa Mili Matriz. Conhece essa empresa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor não conhece?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor já teve alguma empresa na sua vida?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu tive, há alguns anos, uma empresa de produtos alimentícios.

A SRA. MARCIA LIA - PT - De edificação, de construção de edifícios não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Consta que o senhor tem, está em seu nome.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu nunca tive.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então o senhor foi usado novamente, sem saber?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, eu não tenho esse conhecimento.

A SRA. MARCIA LIA - PT - As informações que chegaram aqui até assessoria do Partido dos Trabalhadores é que o senhor tem uma empresa, está em nome do Sr. Jeter, e que a empresa é Mili Matriz. Ela existe desde 2001, com capital de dez mil reais, e o objetivo dessa empresa é construção de edifícios.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Desconheço.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Desconhece?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pode ser homônimo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Jeter?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sim. Só pode ser.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Com o mesmo sobrenome?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é fácil. Não estou dizendo que é.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Com o mesmo sobrenome?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se ele não conhece...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É nome de carro até, não é?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Jetta, Jeter?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A única empresa em que tive participação, sócio, chama-se Nova Mirante.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então o senhor teve uma. O senhor falou que não tinha tido e agora está dizendo que tem.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu falei que tinha sim, que era de produtos alimentícios.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor é Jeter Rodrigues Pereira?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - CPF 022059008-70?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então o senhor tem uma empresa sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele é mentiroso, a prova cabal está aqui.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Empreiteira Freitas Ltda. O senhor reside na João Carlos Lobo Botelho, 293, Vila Maria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então o senhor tem uma participação societária que o senhor desconhece.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu desconheço.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Olha, está aqui: na Junta Comercial do Estado de São Paulo, Ficha Cadastral Simplificada. Consta aqui que o senhor é sócio dessa empresa junto com... O senhor conhece o Sr. Manuel Valmir Saldanha de Freitas?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Conheço, sim, senhora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem é o Sr. Manuel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - É um pedreiro do bairro.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pedreiro do bairro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele tem 98% da empresa e o senhor tem 2% da empresa, e o senhor não conhece?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu desconheço, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele pôs o seu nome... Permite-me um aparte, deputada?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O pedreiro deu chapéu nele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele pôs o seu nome, assim, sem a sua autorização? O senhor é sócio de uma empresa, empresta o nome sem saber, sem o senhor autorizar? Meu Deus, se essa moda pega.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor deve ter assinado contrato, porque para ser registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo tem de ter assinado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E também falsificar a assinatura dele. Vai conseguir um laudo e a assinatura vai ser falsa, com certeza. Qual o nome do... Negrini. Vai ser falsa também essa assinatura. Presidente, mentira cabe prisão. Ele está mentindo, o documento é público, de fé pública!

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É isso mesmo. Quero reiterar isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está mentindo!

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Faz tempo já.
Deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem mais alguma pergunta, deputada?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Se precisar, eu peço depois. Obrigada pela sua gentileza.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Jeter, vamos aos fatos. Quer dizer que o senhor assinou um contrato de prestação de serviço com a Coaf?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para serviços tipo um despachante em São Paulo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse era mais ou menos...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Era mais ou menos isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A obrigatoriedade. Esse contrato não fez nada, não houve nenhuma atividade para esse contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor se lembra quando assinou o contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi em março mais menos. A data não me lembro

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - De?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De 2015.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então quer dizer que o senhor saiu do gabinete, assinou, ou assinou e saiu do gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Assinei e saí do gabinete. Saí em fevereiro.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em fevereiro, saiu do gabinete?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ele saiu no dia 01/02/2015. Mas não estava mais como...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A grande verdade, o senhor pode... não vou fazer uma afirmação porque não posso fazer, mas que, com certeza, o senhor sabendo ou não, Merivaldo deveria saber, e o próprio Marcel, que o senhor só assinou o

contrato para tentar mostrar às pessoas a influência que o assessor parlamentar do deputado Capez poderia resolver algum problema que tinha?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é isso, não era esse o seu pensamento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Acho que essa história é muito confusa, essas atividades que essa empresa fez na Assembleia. O senhor disse que conversou com uma senhora por telefone sobre o contrato.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse contrato de 2013 foi o que foi cancelado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Exato.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então não houve nenhuma atividade para que pudesse agilizar, ou não, porque havia sido cancelado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E aí o senhor continuou com esse contrato, isso foi em 2013.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eles procuraram o senhor quando?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em 2014.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em 2014. Aí que o senhor trabalhava na vice-Presidência, do deputado Fernando Capez.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quando houve a nova licitação, então é aí que o senhor firmou esse contrato para, se faltasse despachante, entregar alguns documentos, o que não foi necessário?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A emissão do cheque. Eu vi pela imprensa, não vi nos autos, tem um cheque de 50 mil reais, nominal ao senhor, que foi depositado na conta de outra pessoa.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Não era nominal a mim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não era nominal?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estava ao portador? Sem nome? E veio na mão do senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E aí o senhor pegou e depositou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Eu não deposei, entreguei ao Sr. José Merivaldo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Por que entregou ao Sr. José Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque tinha um problema no gabinete sobre um ofício de uma transferência de um delegado. E esse ofício foi encaminhado, não sei por quem, para a Secretaria de Segurança, solicitando essa transferência desse delegado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse é outro assunto.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - E, através... Quando o deputado Fernando Capez ficou sabendo, Merivaldo me procurou dizendo que o deputado estava muito nervoso, e que poderia abrir um procedimento interno, uma comissão interna na Casa por falsificação de documento. E ele me disse que se eu passasse para ele o contrato, ele, como amigo do deputado, iria me ajudar e pedir para o deputado não abrir esse procedimento na Casa.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E aí o senhor deu o cheque de 50 mil reais para ele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para o delegado?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para Merivaldo? Eu só queria fazer um aparte, me permite? Eu só queria fazer um aparte na sua fala.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então ele comprou a não demissão dele, é isso?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Porque ele falou que não falava com Merivaldo aqui dentro. Pouco.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu entendi “pouco”.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só negócios, é isso que eu ia falar. Só o que interessava.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Aí ele pegou o cheque e depositou na conta dele.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O cheque voltou.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Aí apareceram todos os recibos, receberam esse contrato da Coaf, o senhor acha, o dinheiro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Provavelmente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Porque tem o recibo que está na Coaf.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Provavelmente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Aí deram o calote de novo no senhor. Primeiro o cheque e todos os outros, então. O senhor acredita?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei se eles receberam, não tenho esse conhecimento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse recibo que o senhor está dizendo, que não é sua assinatura, que valor que é?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - É de 63, se eu não me engano, 68, não sei.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É do contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor não sabe do que se trata?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei do que se trata. Eu só sei do cheque.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É um recibo ou são dois recibos?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - São dois.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Que valor que é? 68 cada um?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Acho que um de 50 e um de 63.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só me permite, deputado. Como é que o senhor fica sabendo desses recibos? Em que momento o senhor descobriu esses recibos?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está nos autos.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Através da imprensa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Posso dar um aparte rapidinho?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu só queria cumprimentar e depois passo o tempo, porque é o último.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é que o senhor fez o laudo nesses recibos?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deixa eu só terminar e completar, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só um aparte, por favor, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deixa só eu terminar o raciocínio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bom.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quer dizer que o 50 mil e o 63 mil, tudo indica que foi recebido da cooperativa. Não chegou para o senhor, mas foi recebido.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei se receberam ou não. Eu não recebi.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Só isso. Deputado Alencar?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Jeter, o senhor tomou conhecimento dos recibos pela imprensa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como foi feita a perícia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu fiz assinaturas em folha e encaminhei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas comparou com qual recibo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Todos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todos? Onde estavam os recibos?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O meu advogado adquiriu as cópias.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cópia? Foi feita perícia...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está no processo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está no processo? Qual processo?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - No laudo da polícia, foi apreendido na Coaf, tudo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que está na Procuradoria, então? Até agora o deputado Carlão sabe que está no processo nosso, como não chegou, presidente...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou dizendo que saiu em jornal. Pelo amor de Deus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havendo a necessidade de a gente ter acesso à informação...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou dizendo que não vi...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós não temos acesso para saber se está lá no inquérito, no processo que está no TJ, se está. Porque no que está em Bebedouro parece que não. Em nenhum momento se falou nesse recibo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, tem mais perguntas?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, encerrei.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu pedi um aparte para o deputado Carlão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um aparte para o deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Na sua opinião, Sr. Jeter, o senhor acha que esses recibos foram fabricados pelo Marcel para receber da cooperativa?

O SR. JETER RODRIGUES - Tudo indica que sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Esses recibos então seriam um complemento daquele contrato realizado? Seria mais ou menos isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Mais ou menos isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então quem recebeu o dinheiro, segundo ele, foi Marcel?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Marcel. Na verdade, nós estamos num caso atípico aqui, que são crimes dentro de crimes, e nós temos uma vítima clara desse caso, que é a Coaf, por incrível que pareça. A Coaf foi vítima de estelionato do Marcel. Interessante.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Daqui a pouco vamos chegar a essa conclusão, deputado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Cem anos de perdão...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A Coaf não roubou ninguém. Ela foi roubada. A grande verdade é essa, em todos os casos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Prender.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, deputado Caio França.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Eu queria ainda, com relação ao contrato. Não lhe foi estranho, como foi perguntado aqui, o fato de você ter um contrato de 200 mil reais para prestar um serviço, de tirar certidões. Essa certidão, na verdade... esse dinheiro só viria caso a empresa, a Coaf na verdade, precisasse, é isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Não é isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não senhor. Nós fizemos um contrato de 200 mil reais que seria pago em quatro parcelas, independente de eu...

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Independente do serviço prestado, ou não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Você estaria à disposição apenas?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Em nenhum momento precisou do senhor para tirar nenhuma certidão, nem nenhum outro documento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não senhor.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Nem dos outros dois, do Marcel e do Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Nenhum dos dois também?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Caio? Opa, desculpa.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Conclua, por favor.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como disse, assim que fiquei sabendo que o cheque voltou, eu me afastei totalmente de todos eles, inclusive do Sr. José Merivaldo, porque achei que eu estava sendo usado. Então, para evitar mais transtorno para a minha pessoa, eu me afastei totalmente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor me permite?

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, consternado até que é funcionário, embora agora aposentado da Assembleia, eu quero requerer a prisão dessa testemunha por ter prestado um depoimento totalmente falso e mentiroso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Apoiado, deputado Barros Munhoz. Tem o nosso apoio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu solicito que se decrete aqui a prisão do Sr. Jeter.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu concordo com Vossas Excelências. Eu acho que em função, principalmente do documento apresentado...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Antes de analisarmos isso, nós tivemos em outras oportunidades, e o Sr. Jeter foi ouvido. Preocupa-me a questão de prender ou deixar de prender, mas queria saber dele, e do advogado dele, se houve algum fato discordante do que ele falou hoje aqui das versões

dele apresentadas. Existe um fato citado que pode ser grave, e é grave sim com relação à empresa, mas é um negócio muito estranho... uma firma que parece pequena, tal...

Então precisamos ponderar bem antes de qualquer medida mais drástica aqui. Queria saber se houve, ao longo desse inquérito todo, nos vários momentos em que ele foi ouvido, se alguma coisa foi destoante, e se algum deputado aqui constatou nesse momento alguma coisa destoante daquilo que ele falou nos demais órgãos em que ele foi ouvido.

Eu queria ouvir isso dos Srs. Deputados, é uma análise séria que temos de tomar aqui.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Houve uma má fé dele quando ele disse que não tem uma empresa. Eu comprovei, mostrei um documento dizendo que ele tem uma empresa. Aqui já tem uma prova material.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Tem uma prova material de uma empresa constituída... Não estou fazendo o que faz o advogado de defesa dele não...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu entendi, deputado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas se essa empresa está constituída há 18 anos, talvez não lembremos o que fizemos há cinco anos. Isso não me parece fato diretamente ligado ao caso específico. Isso, por si só, na minha avaliação, uma falta de lembrança não motiva o pedido de prisão.

Se vamos deliberar com pedido de prisão que faça com base...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Caruso, quero concordar... desculpa...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, ele mente sobre a empresa, está aqui um documento público do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Desenvolvimento Econômico...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Qual a data da abertura dessa empresa?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - 2001, CPF dele está aqui, seu endereço...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas janeiro de 2001. O que essa empresa tem a ver com a máfia da merenda?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, estamos pedindo informações. É uma prova do que ele mente. O contrato, Sr. Jeter, o senhor pode fornecer a cópia do contrato que assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com a Coaf?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque eu não tenho esse contrato.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Na “Folha de S. Paulo” tem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O contrato diz o quê? O senhor foi contratado para prestar qual serviço?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Para prestar assessoria, qualquer eventual dificuldade que eles tivessem sobre documentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando o senhor assinou esse contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Acho que foi em março.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Março de?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De 2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Caruso?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Caruso, vai lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência quer prova maior da mentira?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A questão da empresa não vou discutir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é a empresa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É o contrato.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - De 2001...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É o contrato. Só aqui ele deu duas mentiras. Primeira: em nenhum momento o contrato diz que o senhor diz que é contratado para prestar serviço, de tirar documentos, fazer disso função de uma espécie de um despachante. Está claro o objeto do contrato. A Coaf confere ao Sr. Jeter a condição de consultor para a sua relação comercial, junto à Secretaria de Educação. Aí vem aqui o Governo do Estado, FNDE, processo tal. Fala até o processo de 2014 e o número, conforme publicado no Diário Oficial de São Paulo em 21 de agosto. Diz no Parágrafo 1º - objeto, a público, acima mencionado, trata-se de aquisição de dois milhões de suco de laranja, 200 ml, e dois milhões de um litro. Fala também aqui de outros produtos a serem adquiridos pelo Governo do Estado pela chamada pública, que a Coaf tem interesse, o senhor poderia atuar. Sr. Jeter exercerá atividade preposto na prestação de serviço de consultoria para a Coaf na comercialização e desenvolvimento do negócio dos sucos orgânicos, junto à Secretaria de Educação.

Acho que nessa parte o senhor foi orientado errado, com todo respeito. O valor está aqui, de 200 mil, sendo os 50 mil vinculados a esse contrato, e aos termos aqui determinado. Só poderá ser sacado 50 dias após a emissão. Ou seja, na data em que a Coaf determinar para que esteja disponível em conta-corrente, ficando desde já aceito para o favorecido Jeter, restando 150 mil.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nobre deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, deputado Barros, porque esse é o objeto do contrato. Ele está dizendo que foi contratado para fazer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu só...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para concluir, Sr. Presidente, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que quero dizer é que isso é prova evidente de que ele está mentindo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Outra mentira.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mentindo e zombando de todos nós.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De agosto. Isso aqui é de 25 de agosto de 2014. O senhor está dizendo que assinou em março de 2015, está dizendo que ia fazer em março porque foi a data que o senhor saiu do gabinete. Essa é a orientação que lhe deram: equivocada e errada.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Do gabinete ele saiu em fevereiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas ele está dizendo que assinou em março o contrato. Ou seja, após a saída dele do gabinete. É isso que o senhor está dizendo. O cheque...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Alencar, o senhor me permite só uma expressão? Só uma expressão?

A leitura desse contrato é o que se chama, em linguagem policial, pedindo licença, e externando meus respeitos ao Delegado Olim, nosso querido companheiro, chama-se “batom na cueca”. Não tem necessidade de mais nada. É sair daqui preso, se arrepender da burrada que está fazendo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E falar a verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ou então continuar na cadeia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu nem vou dizer mais porque concordo plenamente, e a prova cabal, se a empresa não vale, deputado Capez, ou deputado Caruso... Eu fiz questão...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é que não vale.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Falei que não vale, que não tem nada a ver com a...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele se referiu a...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou concordar com V. Exa., então.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É o contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esquece a empresa de 2001.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Objeto do contrato.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Objeto do contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um lapso. Ele esqueceu. Mas do contrato... Aliás, o contrato acabou de sair de novo na imprensa. Nessa parte, o orientaram mal. O objeto do contrato é totalmente outro, o recebimento é outro, e a data é outra. Ele diz coisas mirabolantes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E nem para pedir certidões na Nasa, de satélite que vai para Marte, custa tanto: 200 mil reais para tirar certidões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aliás, queria parabenizar o advogado, que ele consegue contratar o perito por cinco mil, um perito renomado, e o Sr. Jeter, que não tem experiência em contratos, nem consultoria, recebe 200 mil. Isso é bom.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu queria fazer só mais um... É porque não me agrada nem um pouco tomar essa atitude, mas acho que Vossas Excelências estão cobertos de razão. Eu queria mais uma vez fazer um apelo ao Sr. Jeter, que contasse efetivamente a verdade. É evidente que não há ser humano no mundo que creia que o senhor vai receber 200 mil reais para não fazer nada. É muito evidente que o senhor sabia qual era o esquema, é muito evidente que o Sr. Marcel, quando falou com o senhor, fez o combinado, bem combinado.

Eu queria apelar mais uma vez para que falasse a verdade sob pena de ter de decretar a prisão do senhor.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Ao menos sobre o objeto do contrato, presidente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Posso fazer uma consideração só, Sr. Presidente? Eu não sei se ele está sendo investigado, ou não, nesse caso, se ele vem aqui como testemunha e tudo mais. E parece evidente, na minha opinião, que houve uma mutreta organizada pelo Marcel por ele pelo Merivaldo, para ganhar dinheiro da Coaf...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É evidente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E tudo mais. Parece claro. E também me parece claro, até pelo fato de ele ser funcionário público, que o reconhecimento dele aqui nesta CPI, de que de fato eles agiram em conluio para tomar uma grana da Coaf. Isso pode macular e fazer com que ele perca eventualmente a função pública.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Até a aposentadoria.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É isso que me parece claro aqui. Esse dilema que temos que nesse momento dirimir aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Polo Norte.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele foi usado, é muito claro que ele foi usado. Nós precisamos saber quem foi que usou.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, será que ele não quer refazer a fala em relação à prestação de serviços com a Coaf?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Jeter, o senhor foi usado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É o que eu estou solicitando, que o senhor, por favor, conte a verdade, Sr. Jeter.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quero pedir para o Sr. Jeter - para nós podermos escutar mais um pouco o senhor - dizer qual foi a tratativa que o Sr. Marcel fez com o senhor. É isso que nós precisamos saber.

Veja bem, eu posso até imaginar, se ele é uma pessoa - eu não conheço - esperta, deve ter dito “fique aqui, eu vou dizer que o senhor trabalha no gabinete do fulano, vou usar o nome do fulano e nós vamos ganhar uma grana lá”.

Só isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Jeter. Só para ver se eu consigo mudar de opinião em relação à proposta do deputado Barros. Aquilo que o senhor falou na Corregedoria, aquilo que o senhor falou na imprensa, é verdade?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor, e aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse na Corregedoria que recebeu esse cheque de 50 mil na casa do pai do Sr. Marcel, o Sr. Leonel Ferreira Julio. É isso mesmo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O cheque era para o senhor.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E por que depois vai em nome do Merivaldo? O seu colega de trabalho, que te indica, mas com quem o senhor não fala.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Parece que eu vi na imprensa que o senhor estava com conta encerrada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, deixe ele responder, por favor. Só para recuperar, o Merivaldo, que te indicou para trabalhar com o Capez. O senhor não o cumprimenta, não fala com ele, mas dá o cheque para ele.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu já expliquei o porquê.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque eu fui coagido a passar para ele, por causa daquele ofício de transferência de um delegado, que foi encaminhado para a Secretaria...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele te ameaçou? Ele que falou “coação”, não fui eu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou explicar o que ele falou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. Deixe ele responder, deputado, por favor. O senhor está dizendo que ele coagiu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem coagiu?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Coagiu por quê? Por favor, doutor. Eu não prestei atenção, eu estava distraído.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Então. Foi por causa de um ofício que foi encaminhado à Secretaria de Segurança Pública, solicitando a transferência...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem assinou esse ofício?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu rubriquei o ofício.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor rubricou? Em nome de quem?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Como todos assessores de gabinete, nós fazíamos o ofício e fazíamos uma rubrica encaminhando para o destinatário.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso é orientação do gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o gabinete sabia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sabia. Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor costumava fazer essa questão de indicação de delegado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguém do gabinete fazia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Que eu saiba, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o Sr. Merivaldo não gostou disso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não foi o Merivaldo quem não gostou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não foi ele quem te ameaçou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem não gostou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O deputado Fernando Capez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem te ameaçou, o Merivaldo ou o deputado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O Merivaldo que conversou comigo dizendo que o deputado iria abrir um processo administrativo interno, uma comissão processante, por eu ter encaminhado um ofício sem o conhecimento dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os demais que o senhor encaminhava, assinando pelo deputado, eram de conhecimento dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Todos eram, porque é registrado em livro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está dizendo que o deputado iria abrir... E o senhor seria punido porque o senhor assinou um ofício.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Te falaram que o senhor ia ser punido por ter assinado um contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quer dizer que o contrato era permitido no gabinete, o ofício indicando o delegado, não? É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está dizendo que ninguém te falou que o senhor ia ser punido porque assinou o contrato.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Mas ninguém sabia de contrato. Ninguém sabia no gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2015?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ninguém sabia, e eu não assinei esse contrato no gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Assinou onde?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Assinei na casa do pai do Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor assinou lá e também pegou o cheque lá.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor tinha contato constante com o Marcel.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - O Merivaldo conhecia o Marcel também?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Conheceu quando estive no gabinete.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Mas isso depois que o senhor tinha assinado o contrato? Antes?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Antes de assinar o contrato eu conversei com o Merivaldo sobre esse contrato. Porque ele tinha experiência nisso e eu nunca tinha feito nada nesse tipo de trabalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Merivaldo tinha experiência?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Segundo ele, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Experiência em quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Parece-me que o filho dele tem uma empresa de consultoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E faz o que essa empresa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Presta consultoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Consultoria em quê? Do quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas como o senhor pode falar que ele tem experiência então?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Se ele tem uma empresa que presta consultoria...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aí o senhor foi para ele porque sabia que ele já fazia esse serviço também outras vezes?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Eu fui pedir uma informação a ele para saber se poderia ser feito, qual o risco, só isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então antes de fazer o senhor pediu orientação.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então quer dizer que o senhor foi punido. O senhor Merivaldo disse que era irregular mandar o ofício, mas ele disse que o senhor podia fazer o contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O contrato foi depois desse ofício.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pelo que eu entendi, o Sr. Merivaldo sugeriu que ficasse com o dinheiro desse contrato. Em contrapartida, ele iria convencer o Capez, pela amizade dele, a não botar você na rua. É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Exato.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Com esse dinheiro você comprou a sua tranquilidade no gabinete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para entender também. Então, na verdade, o Merivaldo não era um sócio. Ele estava sendo comprado...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Ele virou sócio.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor me concede um aparte, deputado Alencar Santana Braga?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para entender, deputada, porque o que ele está dizendo aqui é uma informação nova. Então, na verdade, o Merivaldo não era sócio. Ele na verdade recebeu isso para ficar calado. É isso? Se tornou sócio nesse momento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por que não? Deixa eu entender.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O contrato já tinha sido assinado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas ele já era sócio antes?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim. Eu conversei com ele para abirmos o contrato. Aí ele falou que sim, e nós...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estava combinado já antes disso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O contrato foi assinado com isso combinado.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E esses 50 mil a mais? Eu não entendi isso. Isso seria abatido da parte dele? Como é a história?

O SR. - O Merivaldo ficou com medo de tomar um cano dele. Por isso o Merivaldo resolveu depositar.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Era um contrato de gaveta, e eles dividiriam entre os três.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que mais me surpreende é que o Merivaldo orientou, sabia. Pune o caso de um ofício, mas orienta e vira sócio no contrato. Então o Merivaldo também está enrolado no negócio. É isso, Jeter?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. Está ou não está? Ele é sócio ou não é sócio no negócio?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, nós fizemos um contrato juntos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas só o senhor que assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi junto? Por isso que ele cobra esse cheque?

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Vocês não chegaram a pensar em fazer contratos individuais?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o senhor ameaçou o Sr. César?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu nunca ameacei o Sr. César.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor nunca ligou para ele? O senhor nunca ligou para o Sr. César Bertholino?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Liguei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para quê?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, só para respeitar as inscrições. Na verdade, nós acabamos atropelando. A palavra está com o deputado Caio França, e depois é a sua vez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o requerimento verbal do deputado Barros?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O que nós estamos solicitando aqui, deputado, é - parece que começou a mudar um pouquinho a história - que o Sr. Jeter fale a verdade, só isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se o senhor me permitir, eu esclareço. Eu entendi perfeitamente o que ele disse. Ele assinou um ofício pedindo uma transferência de um delegado. O deputado Capez não...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vossa Excelência me permite um aparte, deputado. Eu só queria saber quem é o delegado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não. Espere um pouco. Depois nós chegamos lá.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem é o delegado?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não foi transferido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos tentar entender. Ele me corrige, por favor, se eu estiver enganado.

Ele assinou. Aí surgiu essa hipótese desse contrato, e o Merivaldo solicitou a ele que, se fosse sócio - provavelmente ele disse: “já tem o Marcel”... Então ele falou: “bom, então vamos dividir em três”. Com a condição de convencer o presidente Capez a não fazer o processo administrativo contra ele.

Foi isso que aconteceu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi isso que ele falou.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - O contrato é anterior a essa questão do delegado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É posterior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Merivaldo usa um fato anterior para ameaçar ele e fazer parte do negócio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O deputado Capez ia abrir o processo. Foi o Merivaldo que fez isso. Não foi o deputado Capez, foi o Merivaldo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria só perguntar se o senhor acha que isso é prevaricação, quando alguém sabe de um ato ilícito e não toma atitude em relação a esse ato.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, amanhã nós iremos ouvir o Merivaldo. É isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim, é isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Acredito que assim que terminar...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade a palavra está com o deputado Caio França. Nós estamos atropelando a inscrição do deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu estou querendo fazer uma colocação sobre isso. Amanhã nós vamos ouvir o Merivaldo. Nós podemos chamar ele de volta aqui. Pronto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, mas nós não sabemos. Nós precisamos de mais informação sobre... É justamente isso, deputado, é saber informações. Ele está trazendo um novo fato aqui, uma ameaça, uma coação, conforme a palavra dele, gravíssima, para se esconder um fato criminoso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É importante que se diga que é uma coação do Merivaldo. Até então ele falou do Merivaldo. Segundo os fatos, a rubrica não era identificada como dele. Ou era?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele falou que era. Ele falou que ele rubricava.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Você mesmo rubricou, não foi isso, Jeter.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, fui eu que rubriquei.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Em seu nome mesmo? Você assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu fiz uma rubrica, que era comum no gabinete.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. É em nome do deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor recebeu para fazer essa indicação do delegado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu não sei. Está recebendo para fazer um contrato, imagine fazendo uma coisa dessas.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Com relação à rubrica, você assinou a sua rubrica ou fez a do Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, é uma rubrica que todos os funcionários que faziam ofício assinavam. Era igual de todos. Era uma rubrica, tipo um coração.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi treinado isso? Era treinado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, foi feito no gabinete.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Carlão, está evidente que ele foi usado.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Satisfeito? Próximo inscrito, deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor ligou para o Sr. César Bertholino?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quando voltou o cheque, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas por que o senhor ligou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque eu não conseguia falar com o Marcel e eu tentei falar com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o cheque não era do Merivaldo? Você não tinha dado o cheque para o Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, mas o Merivaldo me ligou, dizendo: “o cheque voltou e eu quero receber”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor não tinha saído do negócio, como o senhor disse. O senhor disse que tinha saído do negócio.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, eu tinha saído.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas como é que você liga para cobrar? Você sai do negócio e liga cobrando?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, porque o Sr. Merivaldo me chamou, dizendo: “o cheque voltou e eu quero que você ligue para que eles...”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. César foi categórico no depoimento dele à polícia, no depoimento aqui a essa Assembleia Legislativa, dizendo que o senhor ameaçou na ligação telefônica e colocou o sigilo dele à disposição. O senhor ameaçou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor cobrou bonzinho?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Eu só liguei pedindo explicações e ele disse para que eu falasse com o Marcel, porque era o Marcel que era responsável.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aí o senhor ligou para o Marcel também?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Liguei. Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E falou o que para o Marcel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Que o cheque tinha voltado e que ele precisava providenciar o pagamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor fez o depoimento à Corregedoria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fez onde? Em qual local?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Na Assembleia Legislativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em qual local da Assembleia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - No gabinete da antessala do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falava muito no dia a dia com o deputado Capez.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor depôs para a Corregedoria em qual local?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em uma sala de reuniões da Presidência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem te intimou para comparecer nesse local?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A própria Corregedoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Onde está? Você tem documento disso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não tenho, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Corregedoria te convida para vir a qual local?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Na Assembleia Legislativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Certeza absoluta?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não tem o documento aqui, mas tem documento disso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, tenho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, eu assinei a intimação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual processo tem? Olha, mais uma mentira. Sr. Presidente, de fato está para ele depor na Corregedoria, e não aqui nesta Casa.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor foi convidado - eu vou te mostrar já o documento -, assim como o Sr. Licá e o Sr. Merivaldo... Está aqui um documento enviado pelo Sr. Alexandre Guerrero Mendes, que é o corregedor da Educação, que encaminha ao Sr. Zakir.

“Sr. Chefe de Gabinete, boa tarde. Informo que a Corregedoria abriu um procedimento...”

Concluindo: “...desse modo, serve o presente para dar ciência a V. Exa. dos convites dos servidores dessa Assembleia Legislativa, o Sr. Luiz Carlos Gutierrez, José Merivaldo dos Santos e Jeter Rodrigues Pereira”.

É o senhor, o Sr. Jeter?

“...para serem ouvidos em declarações nesta Corregedoria, e solicito encaminhamentos dos ofícios anexos aos aludidos servidores”.

O Licá, o Sr. Luiz Carlos e o Sr. Merivaldo foram ouvidos na Corregedoria. O chefe de gabinete que recebeu esse ofício que vai encaminhar para que os senhores vão fazer o devido depoimento. Ele esclarece que o Sr. Merivaldo estava de licença. O Sr. Merivaldo também, segundo consta, foi ouvido.

O senhor foi o único - apesar de não ter contato com o presidente - ouvido na antessala.

O senhor acha isso normal?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, eu nunca fui intimado para depor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas onde o senhor... O senhor assinou para ir lá na sala do presidente?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não sabia onde seria o depoimento. Eu só sabia que era aqui na Assembleia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem te falou que era aqui?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O meu advogado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor já trabalhou aqui na Assembleia?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Trabalhou em que setor?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Eu trabalhei no ILP, Instituto Legislativo Paulista.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De quando a quando?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Eu trabalhei na gestão do deputado Vaz de Lima e na gestão do deputado Barros Munhoz.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É de livre provimento?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Livre provimento na época.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como o senhor chegou na antessala da Presidência? Eu quero entender. O senhor é convocado para ir na Corregedoria. O senhor aparece na antessala dando depoimento junto, dando depoimento sequencial ao presidente Capez.

Foi na sequência, um atrás do outro, no dia quatro de março. Como o senhor chegou? Fale para mim.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu fui intimado para depor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tem cópia desse documento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Do que eu recebi?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Comigo não, eu não sei. Eu passei para o senhor, doutor?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. O que tem aqui é outro. Desculpe.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Esse que foi encaminhado para o Dr. Zakir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Este aqui está no processo da Corregedoria. Este aqui é outro. O senhor disse que assinou. Eu gostaria que o senhor trouxesse, já que o senhor está disposto a colaborar, esse documento à CPI.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Claro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor traz?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Alencar, V. Exa. me concede um aparte rápido.

Aqui nós temos dois processos onde o senhor Jeter está sendo ouvido. Primeiro, na Corregedoria do Estado, o segundo na Corregedoria da Assembleia Legislativa de São Paulo. Também há um procedimento que está...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor já foi ouvido nesse sentido.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor já foi ouvido no Tribunal de Justiça?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não? O senhor é ouvido nesta Assembleia. Deputado Barros Munhoz, tem gente que, de fato, não quer investigar. Ele é ouvido na Assembleia Legislativa, ouvido na Corregedoria, e no Tribunal o “cara do cheque”, o “cara do contrato” não é ouvido. Há algo estranho no ar.

Fale-me um pouco sobre o carro de campanha que o senhor não quis entregar.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não recebi nenhum carro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está dizendo que o senhor Leonel está mentindo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor é amigo dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Leonel Julio?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E esse carro o senhor deixou na casa dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom, o senhor Leonel teria dito isso pela imprensa e outros depoentes, que inclusive foram buscar o carro, não me lembro agora quem falou aqui. Um deles. O motorista. Está certo, o português. Ele buscou o carro na casa do Sr. Leonel que o senhor teria deixado lá, inclusive em péssimo estado.

O senhor está dizendo que não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Desconheço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor mora na Vila Maria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tem qual carro, mal lhe pergunte?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu tenho um Palio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor trabalhou com esse Palio durante a campanha?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu só trabalhei no meu bairro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas com esse carro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Seria importante se os vizinhos pudessem falar algo a respeito.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com certeza.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a sua relação com o Licá?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhuma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Conhece?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Conheço do gabinete, porque ele esteve algumas vezes no gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o Sr. Zakir?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Conheço aqui da Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo aquilo que o senhor falou ao jornal é verdadeiro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só estou reperguntando, porque há pouco o senhor falou que era verdade.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim. Depende sobre o quê.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falou verdade e mentira?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, teve uma...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falou verdade e mentira? Então explique para nós o que é verdade e o que é mentira.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A mentira foi quando saiu na “Folha” dizendo que eu estive reunido - eu e meu advogado - com o Dr. Zakir no gabinete. Isso é mentira, tanto é que nós mandamos uma nota para o jornal desmentindo tudo isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é que ele falou a mentira. O jornal falou a mentira, é isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, tanto é que nós mandamos no mesmo dia para a “Folha” desmentindo...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado, está muito claro que o presidente Copez não sabia nada disso. Foram feitas um monte de coisas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Calma, Carlão. Eu falei do Zakir, não falei do Copez ainda não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não. Não estou dizendo isso. Só estou dizendo que fica muito claro que é óbvio que o presidente não sabia de nada e que foi usada a estrutura junto com o Marcel, com fulano, com ciclano, com beltrano...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, se V. Exa. quiser perguntar eu até dou um aparte, por favor. Agora, fazer discurso, desculpe.

O senhor Zakir falou o que para o senhor nessa ocasião?

SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não estive com o Zakir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não esteve?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom, o que eu estou concluindo até então é que o senhor fez as coisas todas irregulares a mando do Merivaldo. É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Não foi bem a mando do Merivaldo. Nós assinamos um contrato. Eu perguntei a ele. Eu tirei informações com ele sobre...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele falou que foi coagido. Agora ele não...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sobre o contrato, eu conversei com o Merivaldo, como ele tinha mais experiência no assunto, para saber se estava tudo certo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é essa experiência dele? Explique. O senhor disse que chamou ele porque ele era mais experiente. Qual era a experiência dele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim. Mesmo porque existe uma empresa no nome do filho dele que faz esse tipo de serviços.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Ninguém chegou a pensar em contratar essa empresa para fazer esse serviço?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O Merivaldo chegou a sugerir sim, mas só que no momento não deu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Cá para nós, Sr. Jeter. O senhor sabia que o Marcel estava usando isso para tomar dinheiro da cooperativa, não sabia?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, eu não tinha essa noção, doutor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É difícil acreditar nessa inocência.

Eu estou perguntando se ele sabia que o Marcel estava usando esse contrato para justificar a retirada de dinheiro da cooperativa, para cobrar a cooperativa, porque é difícil acreditar que alguém não sabia disso.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Bom, Excelência, eu, até o presente momento, nem sabia de propina. O processo ainda não tinha sido... A comissão de licitação não tinha ainda concluído, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas como foi que o Marcel chegou para o senhor e propôs esse contrato? Vamos reconstituir a cena aqui.

O seu tempo já acabou, deputado. Nós estamos interessados aqui em ter a informação, em saber a verdade.

Vamos reconstituir o episódio. O Marcel chega para o senhor de que forma, em que local, como ele faz essa proposta do contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em um primeiro momento ele esteve no gabinete, ele e o César, pedindo informações sobre um processo licitatório que eles haviam ganhado em 2013, e que até aquela presente data - acho que foi agosto, não me recordo - eles não haviam sido autorizados a entregar os produtos, que estavam armazenados.

Eu pedi a ele uma cópia do “Diário Oficial” para que eu pudesse estar entrando em contato com a Secretaria para saber o motivo desses produtos não terem sido autorizados a entregar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Até aí eu entendi. Aí o senhor entrou em contato com a Secretaria, foi informado que ia ser cancelada...

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Que tinha sido cancelada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Que tinha sido cancelada aquela licitação.

Aí qual foi o outro passo? Como que chegou no contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Recebi as informações, dizendo que seria aberta uma nova licitação. Passei tudo isso para ele. Depois ele me ligou. Queria conversar comigo, propondo um contrato de prestação de serviços.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele é o Marcel.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor. Marcel Julio.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Nesse intervalo o presidente hoje da Casa, o Capez, sabia de alguma coisa, ou não sabia de nada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor. Não sabia de nada.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Foi tudo por sua livre e espontânea vontade?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E depois, como foi o próximo passo? O senhor marcou essa reunião, é isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Onde foi essa reunião?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi na casa do deputado Leonel Julio.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na casa do Leonel Julio? E nessa reunião, como foi a conversa?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ele propôs que assinássemos um contrato de prestação de serviços sobre esse processo licitatório, que eles iam participar novamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sobre um novo processo licitatório?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Seria um acompanhamento sobre o novo processo licitatório.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Exato. Isso porque o outro tinha sido cancelado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E onde o Merivaldo entra nisso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Então. Eu peguei uma cópia desse contrato e falei que ia conversar com um colega. Chamei o Merivaldo e conversamos, se era legal, se tinha algum problema, se estava tudo correto.

O Merivaldo disse que sim, que estava tudo bem e disse que poderia assinar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E quando surgiu a história da sociedade com ele?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi depois do ofício.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Foi depois do ofício então.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - De uma certa forma, a sociedade de pagar pela interferência dele, para que o senhor não fosse prejudicado. É isso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - De uma certa forma, sim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Até aí eu entendi. Agora, na conversa do Marcel com o senhor, quando ele propôs esse contrato, o que ele disse para o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ele disse que era para eu prestar serviço junto à Secretaria da Educação e que todas as vezes que ele precisasse de alguma coisa ele iria me procurar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para que o senhor entrasse em contato com qualquer pessoa da Secretaria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Qualquer pessoa, ou com um outro órgão que necessitasse de documentação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade, ele estava contratando o senhor para que o senhor interferisse de alguma forma junto a qualquer órgão do estado que precisasse. É isso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR
- O Sr. Jeter, de fato, muda as versões com o tempo. No início, ele falou que era para tirar...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deixa eu só entender o mecanismo. Depois eu lhe passo a palavra. Eu quero entender.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, agora ele cita que de fato era para trabalhar na Educação. Já mudou a versão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nós pedimos para que ele falasse a verdade. Parece que agora ele está engrenando nesse sentido. Vamos deixar o Sr. Jeter falar, por favor.

O Sr. Jeter está dizendo que foi contratado, e o objetivo de fundo desse contrato era para que o senhor viesse junto à Secretaria da Educação em qualquer momento que fosse necessário. Correto?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Correto.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Outra pergunta. Como saiu a história dessa divisão do valor do contrato? Quando o Marcel propôs para o senhor ele já propôs com essa divisão?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Com qual divisão? Era meio a meio?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, meio a meio.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas aí já tinha a história do Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Chegou em seguida.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No começo era meio a meio?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Isso foi quando eu conversei com o Marcel. Depois, quando eu fui assinar... Nós assinamos eu, o Merivaldo e o Marcel. Nós estávamos os três juntos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Aí o acerto foi um terço para cada um?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bom. Entendi. Aí foi um terço para cada um.

Depois desse contrato assinado, qual foi o contato que o senhor teve com agentes da Secretaria da Educação?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nenhum? O senhor nunca interveio em nada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O procedimento aconteceu sem o senhor intervir em nenhum momento.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já perguntaram, mas eu quero voltar a perguntar. O deputado Capez, em algum momento, soube disso, teve informação disso?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em nenhum momento?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nem por parte do senhor e nem por parte do Merivaldo, que o senhor saiba?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Por parte de mim, sim. Eu garanto que não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Da parte do Merivaldo você não sabe?

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Quando o Merivaldo entrou para assinar também, aumentou o valor ou continuou o mesmo valor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, continuou o mesmo valor.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Duzentos mil? No início era 100 mil para cada um, e aí dividiram em três.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Dividir em três ou em dois para quem não iria pagar dá na mesma. Ele só queria um motivo para tirar dinheiro da cooperativa. Esse Marcel é muito bom mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o Sr. Merivaldo fazia no gabinete do deputado Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, ele era assessor do deputado e prestava serviços fora do gabinete quando o deputado assim o solicitasse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor para assinar vai ter uma deferência com ele, apesar de não ter muito contato. Eu queria saber essa função. Qual é o poder de mando que ele tinha sobre o vosso trabalho?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nenhum?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas é ele que o senhor obedece?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sr. Presidente, eu estou ouvindo atentamente as perguntas feitas ao Sr. Jeter e a tentativa, o esforço dele em responder a essas perguntas. Apesar de qualquer conclusão que tenha sido tirada aqui e de ele estar ou não falando a verdade, eu queria pontuar duas coisas aqui.

Primeiro, eu acho que nós temos que estabelecer uma diferença entre os depoimentos que ele deu já aos órgãos competentes e as matérias publicadas nos jornais. Se nós formos nos pautar pelas matérias de jornal, nós não vamos chegar a conclusão nenhuma, porque a cada dia tem uma matéria nova, e nós vamos ter aqui tanta matéria para estudar, para discutir, para ler e para investigar que esta CPI vai durar dez anos e não vai chegar a uma conclusão.

Então acho que temos que estabelecer a diferença entre os depoimentos que ele deu e as matérias de jornal.

Segunda coisa. Eu entendo até a indignação, e creio que não é só do deputado Barros Munhoz, a indignação é de todos nós. Estamos cansados nesta CPI de ouvir tanta coisa que parece que não faz sentido. Às vezes nós nos sentimos subestimados em nossa inteligência.

Porém, eu entendo que dentro desse escopo todo o grande mestre, o grande mentor dessa história toda chama-se Marcel, e o Sr. Marcel foi beneficiado hoje por uma decisão judicial e não veio a esta CPI para dizer absolutamente nada. Eu acho que ele tem muita coisa para dizer, e nós temos muita coisa para perguntar para o Sr. Marcel, mas ele recebeu o benefício de uma decisão judicial, não veio à CPI.

Veio aqui o Sr. Jeter, que não foi beneficiado por nenhuma decisão, talvez nem tenha buscado essa decisão. Veio aqui para tentar esclarecer o que nós deputados membros da CPI iríamos inquirir.

Nobre deputado Barros Munhoz, V. Exa. é um homem por quem eu tenho um respeito muito grande, pela sua história, pela sua vida pública. Vossa Excelência é um homem que nos inspira muito, nós, deputados desta nova geração. Não que V. Exa. seja da geração antiga, mas nós estamos chegando agora.

Eu quero pedir a V. Exa. para que repense seu pedido. Até porque eu acho que nós vamos cometer um ato de injustiça aqui. Nós vamos determinar a prisão do Sr. Jeter

e vamos deixar o Sr. Marcel na boa, quando o Sr. Marcel, acho, tem muito mais cumplicidade e muito mais responsabilidade neste caso do que o Sr. Jeter.

Eu acho que esta comissão tem que insistir em trazer aqui o Sr. Marcel e usar todos os meios possíveis para que ele fale. Nós precisamos de informações do Sr. Marcel. Só aí então nós teremos...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A Procuradoria da Casa vai tentar derrubar a liminar que o Marcel conseguiu?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu acho que podemos fazer uma consulta com a Procuradoria para ver se isso é possível, deputado.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Eu vou encerrar, Sr. Presidente. Eu acho que só aí nós vamos ter a real ideia de que o Sr. Jeter está falando ou não verdade ou mentira, e se o Sr. Marcel vai falar ou não verdade ou mentira.

Nós temos dois pontos e estamos nos apoiando apenas nas palavras do Sr. Jeter, no depoimento do Sr. Jeter, que veio a esta CPI sem ser beneficiado por uma decisão judicial.

Eu peço ao nobre deputado Barros Munhoz para que repense um pouco esta proposta feita por ele. Não que eu discorde da posição de Vossa Excelência. Eu acho que V. Exa. tem até razão, mas a bem da Justiça, para que nós tenhamos um sono tranquilo hoje, para que coloquemos a cabeça no travesseiro e durmamos bem.

Para que nos preparemos para a reunião de amanhã, que promete ser tão tensa quanto foi a reunião de hoje, ou talvez até um pouco mais tensa, eu faço este apelo ao nobre deputado Barros Munhoz, até para nós colhermos depois essa preciosas informações do Sr. Marcel, que tem muita coisa para dizer a esta comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu realmente fico em uma posição extremamente delicada, porque eu acho absolutamente inaceitável a posição do Jeter. É incompreensível, mas, efetivamente, me sinto sendo profundamente injusto se penalizar o... Ele não é nem o peixinho pequeno, ele é o alevino, realmente, nessa história.

E nós ficamos tolerando. Eu não sei, alguma coisa nós tínhamos que fazer para acabar com essas intervenções, que impedem o funcionamento da CPI, ou então

extinguir a CPI e não fazer mais nenhuma, porque não é possível uma situação como esta.

Todo mundo que tem o que falar e que deve muito mais do que os outros não vem. Quando vem, já vem dizendo que não vai falar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vem amparado pela Justiça.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem sabe em uma outra data, depois de evoluir um pouco mais, nós voltemos a ouvir o Jeter. Quem sabe o Jeter também caminhe. Eu acho que, na pior das hipóteses, ele merece uma chance. Eu penso assim. Até porque eu tenho certeza de que, se for votar, 99% da probabilidade é que não vença, por causa disso. Não é porque ninguém tem a coragem de votar, ninguém queira votar, não é isso. Realmente, nós estaremos punindo o mínimo do mínimo do mínimo.

É profundamente lamentável essa situação, mas essa é a verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Queria só registrar aqui a presença da nobre deputada Maria Lúcia Amary, nobre deputado Coronel Telhada, nobre deputado Marcos Martins, nobre deputado Luiz Fernando e nobre deputado Ricardo Madalena.

O próximo inscrito para falar é o deputado Marcos Martins, que passa os seus cinco minutos para o deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O seu depoimento à Corregedoria é verdadeiro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor assinou contrato com a Coaf, em qual lugar?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Na casa do deputado Leonel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, não dá. Nós tentamos, mas ele insiste na mentira. Ele acabou de dizer que seu depoimento à Corregedoria é verdadeiro.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse agora, na resposta, que assinou o contrato na casa do deputado Leonel.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sabe o que o senhor disse aqui na Corregedoria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quando? Eu não lembro tudo, tudo, doutor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já mudou de novo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, não mudei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que assinou na lanchonete, aqui próximo à Assembleia. O senhor assinou na casa do deputado Marcel, ou aqui na lanchonete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Porque havia dois contratos. Um eu assinei na casa do Leonel, e o outro, sim, foi na lanchonete, aqui perto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual outro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - O outro contrato é o que retifica. Há um contrato, que não diz qual seria a forma de pagamento. E esse segundo contrato, que está aí, que o senhor tem, já diz que é em quatro vezes, inclusive um cheque. Esse contrato retifica o outro. Então, o outro fica sem validade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era o valor do outro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Também, o mesmo valor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor pode trazer uma cópia para nós?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Está no processo, e eu não tenho essa cópia, que eu entreguei para o Sr. Merivaldo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Processo, só existe um. Ah, então existe outro contrato com o Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, é uma cópia. O contrato que assinei eu deixei com o Sr. José Merivaldo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O doutor está dizendo que no processo há os dois contratos. Em qual processo, doutor? Na Corregedoria?

O SR. ROBERTO EDUARDO LAMARI - Não, no Tribunal.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No Tribunal. Está ok.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor assinou algum recibo de prestação de serviço?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o senhor diz, aqui na Corregedoria, que assinou? O senhor acabou de falar que lá é verdadeiro.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, é verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas aqui está dizendo que assinou, e agora o senhor diz que não.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi o de 50 mil que eu assinei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, o senhor acabou de dizer que não. Assinou ou não assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Vários recibos foram apresentados. Eu só assinei um, que era o referente ao cheque de 50 mil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse agora que não. Tente ajudar.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Estou dizendo a verdade, doutor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, o senhor diz que não.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - São vários recibos, mas eu só assinei um.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, por favor, diga que assinou.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse há pouco que não assinou, fez até exame de grafotecnia, contratou por cinco mil.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, mas houve vários recibos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, mas o senhor podia dizer, no início, que um recibo era verdadeiro.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim. Desculpe.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que todos eram falsos. O senhor quer nos enganar?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quer enganar quem?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - A ninguém.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A ninguém?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é o que parece. O contrato foi assinado pelo senhor e quem? Quem tem assinatura no contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu e o Sr. Cassio, o presidente da Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem se reunia na casa do Sr. Leonel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu e o Marcel, às vezes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só vocês dois?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Só. Marcel e o pai dele, que o pai dele morava lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, então, o pai dele sabia desse contrato?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E aqui na Assembleia, com quem o senhor assinou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com o Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só o Marcel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor parece que confiava no Sr. Marcel.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Nem confiava e nem desconfiava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o seu contato com ele era desde quando?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Com quem, com o Marcel?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Foi logo que ele me procurou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que ele o procurou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sobre esse processo de licitação, que eu falei, de 2013.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que ele foi justamente com o senhor, no gabinete do deputado Capez?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei, senhor. Eu já não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse aqui que foi por orientação do pai dele.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Pode ser.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. Ou é ou não é.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, mas o pai dele era meu amigo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo bem, o senhor disse que não sabe, mas aqui o senhor disse que foi. Só quero saber a verdade.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Quando ele esteve no gabinete, ele não disse quem o mandou lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou perguntando se ele o procurou, por qual razão. O senhor disse que não sabe.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só que na Corregedoria ...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. Por qual razão, ele disse que foi por causa do contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o que o levou até lá? Ele falou: não sei. Só que na Corregedoria, ele fala: não, por orientação do pai dele. Desculpe, na Corregedoria faz tempo que ele depôs, e está dando versão diferente aqui. Só quero saber a verdade.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. A verdade é essa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a verdade? Aqui o senhor não sabe, e outro foi pelo pai dele.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Olha, doutor, o deputado Leonel sempre me procurava, porque nós éramos amigos. Sempre que ele vinha à Assembleia, ele me procurava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, ele procurava para quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Para conversar, tomar café.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que mais? Nunca pedia nada?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor, na Corregedoria, diz o quê, sobre o cheque, por que passou ao Merivaldo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Por causa desse ofício de transferência do delegado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falou, foi por causa do ofício do delegado.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Aqui eu falei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E na Corregedoria?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E na Corregedoria?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor explicou essa história na Corregedoria, ou não?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não lembro, deputado, não sei nem se ... não lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor acabou de afirmar que foi por conta do ofício do delegado, e também na Corregedoria, e agora está dizendo que não lembra?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não. Não lembro. Se eu falei sobre o José Merivaldo, na Corregedoria, não me recordo disso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o senhor disse, em alguns lugares, na imprensa, que foi por conta de conta sem fundo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, nunca falei isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem falou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei. Não tenho esse conhecimento, de conta sem fundo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E por que pediram para o senhor dizer que a conta estava sem fundo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, mas alguém lhe pediu isso. Por que lhe pediram?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Ninguém me pediu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, ninguém lhe pediu?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, acho que está tentando induzir a resposta.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, eu fico imaginando, não é defender, não, porque eu vejo que em muitas coisas há realmente um conflito de informações. Mas também não podemos coagir a testemunha que está aqui presente. Acho que ela está se sentindo até coagida, diante da situação, porque está sendo induzida, de uma certa forma, até errar. Infelizmente. É muito tempo de informação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só estou perguntando se ele falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem. Deputado, entendo a colocação dos deputados, porque eu me imagino na situação de pressão que o depoente está vivendo aqui. Eu, aqui do lado dele, sinto o peso que ele tem nas costas. E, obviamente, você não lembra de detalhes, de coisas que são pequenas. Então, gostaríamos que realmente V. Exa. se ativesse a coisas que são verdadeiramente relevantes.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não repetitivas também, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É relevante saber se ele está mentindo ou não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Faz duas horas e meia que estamos ouvindo a mesma pergunta, e a mesma coisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu entendo, deputado, mas é que você esquecer ou não de algum detalhe de um depoimento, acho que é algo muito natural. Naquilo que não é relevante, nós acabamos esquecendo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vai perguntar se ele cobrou o cheque, de novo?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu, muitas vezes, falo coisas que depois dizem “ah, você disse”, e eu não me recordo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é possível, já perguntou cinco vezes, só você.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou perguntar a sexta. Não há problema.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é possível.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor ligou ao Sr. Leonel Julio?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, é terceira vez, a mesma pergunta.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - A terceira, não. É a décima vez que faz essa mesma pergunta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela 11ª vez, o senhor ligou ao Sr. Leonel Julio, cobrando algum valor dele, sobre o cheque?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ao Leonel Julio, ou ao Marcel?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ao Leonel Julio.

“Chegou a receber uma ligação de Jeter, muito alterado, alegando que não havia recebido uma determinada quantia, e aí vem a continuação das relações prestadas a Leonel Julio, em dinheiro, da Coaf, a título de comissão - sim, ao Leonel, estou lendo - já tratado, que deveria ter sido repassado pelo seu filho Marcel.”

O senhor recebeu dinheiro do Marcel?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, nós vamos ter que fazer alguma acareação aqui, porque há muita contradição, ameaça para o César, que não houve, mas houve a ligação, essa cobrança, o valor do cheque ao Merivaldo, a sociedade, a coação, aqui dizendo também que recebeu comissão em dinheiro, e ele está dizendo que não.

Enfim, é muita coisa, e vamos precisar de uma acareação entre as pessoas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esgotou já o seu tempo, nobre deputado. A próxima inscrita é a deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, quero passar o meu tempo para a nobre deputada Beth Sahão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Com a palavra, a deputada Beth Sahão.

Registramos a presença da nobre deputada Marta Costa, com quem tive o privilégio de ser vereador na Câmara Municipal, e agora tenho o privilégio de tê-la como amiga na Assembleia Legislativa. Seja bem-vinda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Jeter, primeiro quero dizer que não existe ingênuo nesta história, não é, deputado Adilson? Todos que passaram por aqui têm

responsabilidade, sim. Têm culpa, sim. Fizeram, sim. Isso que ele fez é lobby. Sabe lobby? Lobby institucionalizado. E lobby ainda não é uma profissão neste País.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Parece que “tomou o cano”, ainda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ainda é uma atividade ilícita. É uma atividade irregular. Isso que o senhor fez foi lobby. Eu tinha feito uma pergunta, que até agora o senhor não me respondeu. Queria saber o nome do delegado, que o senhor transferiu.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não me recordo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, por favor.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor assina ...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele não transferiu, ele pediu a transferência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor faz uma rubrica em nome do presidente, que o senhor trabalha, que é seu subordinado, vice-presidente na época, e o senhor não se lembra do nome do delegado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sinceramente, não me lembro.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Inclusive, o senhor faz uma negociação por conta disso, e o senhor não lembra o nome?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse ofício foi encaminhado?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Por mim, não, senhora. Ele foi encaminhado, mas eu não sei por quem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor assinou e deixou na mão de quem, Sr. Jeter?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu deixei numa pasta, num armário, porque o deputado disse que era para esperar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, o deputado sabia.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Da transferência, do pedido de transferência, sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim, mas não sabia que o senhor já tinha rubricado.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o senhor deixou no armário, e alguém foi lá e pegou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Provavelmente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor não sabe quem pegou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Claro que não. Porque há vários funcionários no gabinete, como é que eu ia saber?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Meu Jesus amado! Qualquer um pode vir, então, pegar, encaminhar uma transferência? Desculpe. Sr. advogado, por favor, o senhor se mantenha. A nossa conversa é direta com o Sr. Jeter.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Posso só fazer um aparte? O senhor sabe quem solicitou esse pedido de transferência do delegado? Quem fez o pedido para o senhor, para que fosse feita a solicitação?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Acho que não é objeto da CPI.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas é, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É a razão por que ele foi mandado embora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nós estamos aqui para saber se houve desvio da merenda ou não. Não estou entendendo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Carlão, foi a razão da coação, para o Sr. Merivaldo fazer parte do negócio.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não precisa ficar gritando, deputado, calma! Vamos com calma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele teve que pagar 50 mil reais, por causa disso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou dizendo que isso não é objeto, desculpe. Está errado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É só uma opinião dele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não estou dando aparte para ninguém.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele não tem que dar opinião. É uma questão de ordem que fiz, deputada Beth. Ele não veio aqui para dar opinião. Ele veio para narrar fatos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor me dá licença?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é possível isso, estarmos aqui para ouvir opinião.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor me dá licença? Vocês precisam dar liberdade, para nós podermos ter o diálogo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é vocês. Não misture as coisas. Estou pedindo por uma questão de ordem. O presidente tem que me responder, só isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Se eu não puder fazer meus questionamentos, vou ter que me levantar desta CPI e ir embora.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, mas é uma questão de ordem. Eu fiz uma questão de ordem. Ele pode falar: não, o senhor está errado, deputado Carlão, e está certa a deputada Beth. Ponto. Eu quero ouvir isso dele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas eu quero saber. Estou questionando a testemunha.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É um pedido de uma informação. O senhor se recorda disso? De quem fez a solicitação para o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu cheguei à sala, nesse dia, havia o nome do delegado, a classe de delegado, com um bilhete para que eu fizesse o ofício.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De quem era esse bilhete?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não estava no bilhete. Só estava o meu nome: Jeter, e era o que eu já sabia, porque sempre que tinha que fazer um ofício para algum pedido de internação, eles deixavam esse pedido na minha mesa, para que eu o fizesse.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Alguns funcionários do gabinete. Havia o Marcos, o Rodrigo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, nós precisamos só saber, porque nós também precisamos chegar ao nome desse delegado. Quero explicar, Sr. Presidente, esse raciocínio nosso é muito claro. Primeiro, ele pagou, depois, o Merivaldo, para livrá-lo do fato de ele ter falsificado uma assinatura, porque ele assinou o nome do deputado, sem ser o deputado que estava assinando. Aí ele teve que pagar 50 mil reais.

Ele disse que o deputado ficou sabendo do que aconteceu. Não houve nenhuma abertura de processo administrativo, nada contra ele.

Ora, na medida em que o funcionário público erra, dessa forma, e comete essa irregularidade, e se eu sou superiora dele e não tomo uma atitude, estou prevaricando. Quero saber se alguém não concorda comigo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Concordo com a senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estou prevaricando. Então houve, no mínimo, uma prevaricação do seu superior. Desculpe-me, mas é isso. Isso também vem ao caso, isso também pega essa CPI, porque teve que pagar 50 mil reais.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Vamos fazer a CPI da prevaricação, é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, só uma questão.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É um problema totalmente interno do gabinete.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência não vai ter o seu tempo tolhido. Só vamos esclarecer aqui as coisas.

O espírito é de apurar a verdade, sempre foi esse. Estamos tolerando até perguntas que realmente não são direcionadas ao caso, para que se apure a verdade, para que se veja se existe algum tipo de conexão, ou não.

O deputado tem toda razão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós estamos numa CPI. Se nós não pudermos construir um raciocínio que possa relacionar determinadas coisas, então ...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, concordo com a senhora, que houve prevaricação, mas acho que não ...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O que ele está alegando é com razão, deputada. É que, realmente, isso não é objeto da CPI.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, está bem. Vou fazer outra pergunta, de outra forma, que já foi perguntado. A mesma coisa, só que quero perguntar de outra forma. Tenho o direito de fazer isso. Quero saber do Sr. Jeter: houve o empréstimo ...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não fique brava comigo, não, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas é que tudo o que nós falamos, vocês acham que estamos exagerando, que nós estamos acusando. Nós não estamos acusando, estamos apurando.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, sabe do respeito que tenho, há tanto tempo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Houve o empréstimo de um carro. O senhor teve o empréstimo de um carro?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por que o senhor disse, numa reportagem, que teve?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não disse.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Existe uma reportagem em que o senhor disse que teve o empréstimo de um carro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, é que nós já pedimos aqui, já foi falado, uma coisa é reportagem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Reportagem, Sr. Presidente, é o cúmulo do absurdo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É uma coisa a reportagem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós não podemos, então, acreditar na imprensa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não podemos, a partir da presunção do verdadeiro fato, deputada.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Notícia é tragédia. Notícia é desgraça. É o que vemos. A pessoa para poder, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, Srs. Deputados. Podemos fazer a pergunta, se aquilo que saiu na imprensa é verdadeiro ou não. Mas não podemos partir da presunção de que é verdadeiro, para querer pressionar o

depoente. Só isso. Se a senhora quer saber se é verdade, não é verdade, está bem, mas não pode ...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quero saber o seguinte: saiu na imprensa. O senhor desmentiu, que não era seu o carro? Estou perguntando. Não lhe dei aparte. Quero perguntar ao senhor. É muito advogado de defesa.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Você está muito brava hoje, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, mas eu não dei aparte. Estou perguntando para ele se ... Há pouco o senhor disse que uma notícia que saiu o senhor havia desmentido, inclusive o senhor tinha mandado uma nota. Eu quero saber se o senhor mandou uma nota desmentindo isso.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estou agradecida.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo deputado inscrito é o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, vou falar um minuto, ou um minuto e meio, e vou passar a palavra à deputada Marcia Lia.

Sr. Jeter, o senhor precisa se libertar. O senhor está numa enrascada, está muito mal combinado esse jogo. E vai sobrar para o senhor. Imagine amanhã, quando vêm os outros dois do gabinete. Aliás, temos que tomar cuidado nos gabinetes aqui. O que se passa nos gabinetes é meio complicado, meio esquisito. Daqui a uns dias vamos descobrir que existe maquininha de caça-níqueis em gabinete, banquinha do jogo do bicho, até cacheta à noite, talvez.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que esse tipo de ...

O SR. ENIO TATTO - PT - Retire.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Retire isso, deputado.

O SR. ENIO TATTO - PT - É que o embaralhado está muito grande.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É muito constrangedor para todos os deputados da Casa, esse tipo de expressão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas eu acho, Sr. Jeter, que o senhor precisaria se libertar, realmente, e o senhor contar a verdade porque, como foi colocado aqui, vai sobrar para o senhor.

Estou com uma reportagem do presidente da Casa. Estou falando porque é público. Vejo que foi até cruel, quando se refere ao senhor, mesmo porque o senhor é funcionário. Foi funcionário dele nesse período.

Ele coloca assim: “Você já viu o perfil do Jeter? Olhe o meu perfil e olhe o perfil dele”. Mais adiante, respondendo a outra pergunta, ele coloca - e eu acho muito cruel isso, o senhor aguentar isso -: “Está com pneumonia, cheio de dívidas, mora em uma favela, tem 40 anos e está prestes a se aposentar. Se um cara tem a chance de fazer uma jogada e, sei lá, ganhar 50 paus por mês, a chance de ele fazer isso é maior.”

Então, mexe profundamente com sua idoneidade, com seu caráter. O senhor não respondeu a isso, o senhor aguentou isso? Fica por isso mesmo?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu respondi. No dia seguinte saiu uma reportagem da "Folha de S.Paulo", no mesmo jornal.

O SR. ENIO TATTO - PT - É? O senhor participou da sindicância aqui. O senhor depôs, a interna?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, senhor.

O SR. ENIO TATTO - PT - O Merivaldo também.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não sei.

O SR. ENIO TATTO - PT - Merivaldo também. Última pergunta para o senhor. O senhor tem alguma relação de empréstimo pessoal com o Merivaldo? O Merivaldo emprestou dinheiro para o senhor?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, senhor.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não? Não tem nenhuma transação entre vocês dois? Estou falando isso, Sr. Presidente, porque depois é necessário requerer esses depoimentos, na sindicância, porque talvez esse cheque tenha a ver também com essa relação. Essa questão do contrato não tem sustentação com a Coaf. É impossível fazer um contrato para receber esporadicamente, se vai prestar algum serviço, e de repente aparecem 50 mil sendo pagos para o senhor.

Só isso. Quero passar o restante do tempo para a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Jeter, acho que está muito evidente para todos nós, deputados desta Casa, que o senhor se meteu numa bela de uma enrascada. Está muito claro que o senhor foi usado para dar credibilidade em processos. Se foi o Merivaldo, se foi o Marcel, se foi o Julio, se foi outra pessoa, eu não sei. Parece-me que o senhor é uma pessoa que tem a credibilidade talvez, até diante dos funcionários da Casa, e o senhor foi usado, infelizmente, para essa situação.

No dia 7 de abril saiu uma reportagem, na "Folha de S.Paulo", na qual o senhor - está entre aspas, é a sua fala -, o senhor diz o seguinte, eu me permito ler: "O chefe de gabinete Alexandre Zakir me procurou. Estive com ele e com o Merivaldo, conversando. Inclusive, meu advogado acompanhou, para que pudéssemos bolar um depoimento conjunto, em que eu assumisse que passei o cheque para o Merivaldo, porque minha conta estava zerada, e o valor seria sequestrado por dívida", relatou.

Rodrigues - o senhor - disse que não aceitou essa versão que, para ele, tinha o objetivo de livrar Merivaldo, assessor mais próximo do gabinete de Capez.

"Eu argumentei que se eu estou com a conta zerada, devendo carro, estou com cheque de 50 mil, eu não vou depositá-lo, vou dar para outra pessoa? Isso não faz sentido. Eu não tenho por que assumir um negócio que eu não fiz."

Aí, a assessoria do deputado negou que tenha havido o encontro, e um dia depois da entrevista o senhor mudou a versão. Pediu à reportagem para destacar que a combinação partiu do Merivaldo.

Eu pergunto: quem orientou o senhor a voltar atrás?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, eu não voltei, porque eu só mandei uma comunicação para o jornal, desmentindo essa...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor falou, e no dia seguinte o senhor “desfalou”?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Sim, não, mas eu não falei ...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Porque está entre aspas. Quando a imprensa coloca entre aspas, é porque a pessoa falou. Eles têm isto gravado. A imprensa tem isto gravado.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Não, mas eu não falei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor não falou?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Eu não disse que eu estive reunido aqui. Eu dei uma entrevista para eles, mas ...

A SRA. MARCIA LIA - PT - A "Folha de S.Paulo" mentiu?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Tanto que eu mandei um comunicado para a “Folha”, desmentindo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Está entre aspas aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dizendo o quê?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Dizendo que não era verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dizendo que era o Merivaldo que fez, em vez do Alexandre?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É indução, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está na matéria.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Ele já deu a resposta, Sr. Presidente, ele já explicou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor mandou a versão dizendo o quê?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não pode induzir dessa forma, deputado, pelo amor de Deus!

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou perguntando, Sr. Presidente. Estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor pode perguntar, mas não pode dizer qual é a resposta que ele tem que dar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou perguntando qual das duas pessoas pediu que ele combinasse a versão, o Sr. Merivaldo ou o Sr. Alexandre Zakir.

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhum dos dois.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nenhum dos dois?

O SR. JETER RODRIGUES PEREIRA - Nenhum dos dois.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então o senhor mentiu para a "Folha de S.Paulo".

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está esgotado o tempo da nobre deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não terminou o meu tempo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vale a pena pegarmos cópia do depoimento à Corregedoria Interna da Casa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estamos cronometrando o tempo. Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria de requisitar à "Folha de S.Paulo" que envie essa gravação para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim, senhora.

Não havendo mais oradores inscritos, está ...

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, é só um pedido, não sei se eu posso fazer, ou se tem que ser via deputado Alencar, que é membro da Comissão, que disponibilizasse os depoimentos da sindicância interna, da Casa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor pode fazer, mas faça, por favor, por escrito o requerimento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vamos fazer. É bom distribuir para todos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estamos pedindo que todos os requerimentos sejam feitos por escrito, para que tenhamos o registro dos mesmos, e eu coloco em apreciação. Amanhã não dá tempo, porque tem que ser publicado, mas na semana que vem.

O SR. ENIO TATTO - PT - Fui informado de que já foi protocolado no dia de ontem, então, retiro. Já foi feito o pedido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem.

Quero aqui encerrar a oitiva do depoente, Sr. Jeter, agradecer e dispensá-lo. Temos ainda alguns requerimentos para serem votados, para tentarmos concluir esta reunião.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, gostei que seu pedido não foi nem retirado e, mesmo assim, o presidente desconsiderou.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, ele retirou o pedido. Retirou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Retirei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Retirou?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência precisa prestar um pouquinho mais de atenção.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falarei demais, se necessário, deputado. Aliás, estou aqui no Parlamento, esta é minha função. E não liguei para ninguém, para tratar de liberação de secretário.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Item 1 da pauta. Requerimentos dos nobres deputados José Zico Prado, Alencar Santa Braga e Luiz Turco, nº 113, e do deputado João Paulo Rillo, nº 142. Os dois requerem a quebra de sigilo fiscal e bancário do servidor Jeter Rodrigues. Um não tem data e o outro fala do período de janeiro de 2010 a julho de 2016.

Como princípio, esta Presidência coloca sempre o requerimento mais amplo como o de eficácia, a ser votado.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - requerimentos do deputado José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco, de nº 115, e do deputado João Paulo Rillo, nº 134. Os dois requerimentos pedem a quebra do sigilo bancário da Coaf, uma no período de 2013 a 2016, e o outro no período de janeiro de 2010 a julho de 2016.

Levando em consideração o de maior período, em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - requerimento da deputada Beth Sahão, nº 121, e do deputado João Paulo Rillo, nº 140/143. Requerem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dos senhores Cassio Iziqhe Chebabi, César Bertholino e Marcel Ferreira.

Em discussão os requerimentos nº 121, 140 e 143. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados.

Item 4 - requerimento do deputado João Paulo Rillo, nº 125/2016. Requer a convocação da Sra. Camila Carlomagno Chebabi para prestar esclarecimentos sobre as fraudes à licitação reveladas na operação Alba Branca.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 5 - requerimento 125/2016, do deputado João Paulo Rillo. Requer a convocação do Sr. Fabio Chebabi para prestar esclarecimentos sobre as fraudes à licitação reveladas na operação Alba Branca.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 6 - requerimento nº 128/16, do deputado João Paulo Rillo. Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Horta Mundo Natural Ltda., no período de janeiro de 2011 a julho de 2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 7 - requerimento nº 129/16, do deputado João Paulo Rillo. Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação Agrícola e Orgânica de Bebedouro - AAOB, no período de janeiro de 2011 a julho de 2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 8 - ...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, a convocação do Rodrigo Pimenta já consta do plano de trabalho, portanto esse requerimento já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado pela informação. Dessa forma, já aprovado o requerimento, prejudicados os dois requerimentos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, o item 9, peço vista.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Requer vista do item 9 da pauta. Concedida a vista ao nobre deputado, Delegado Olim.

Item 10 - requerimento nº 144/2016, do deputado José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco. Requer a convocação do Sr. Cleiton Gentili, da Secretaria Estadual de Educação, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento dos contratos de fornecimento de merenda escolar, execução forjada e pagamento de propina.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 11 - requerimento nº 148/16, do nobre deputado Barros Munhoz. Requer que a Polícia Civil do Estado de São Paulo encaminhe à CPI as fichas criminais dos investigados, conforme listagem a seguir. E segue a listagem de todos os requeridos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero pedir vista conjunta do item 9.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Pedido de vista conjunta concedido.

No item 11. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu fiz essa questão de ordem na reunião anterior e V. Exa. disse que os requerimentos de informação estariam presentes em todas as pautas. Alguns requerimentos nossos ainda não entraram. Já foram apresentados há muito tempo. Alguém pode pedir vista, demora o prazo, e nós inviabilizamos o recebimento dessas informações. Alguns deles não entraram ainda.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vou verificar isso, nobre deputado.

Item 12 - requerimento da deputada Beth Sáhão, nº 149/2016. Requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Emerson Girardi, durante o período compreendido entre outubro de 2012 e outubro de 2015.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós apresentamos um requerimento também, solicitando alteração do local da reunião de amanhã, porque vai vir o presidente, deve chamar atenção, e provavelmente haverá mais pessoas. Hoje várias pessoas ficaram em pé, jornalistas, servidores, além do público que porventura possa estar amanhã.

Queria que V. Exa. ponderasse sobre isso, que fizéssemos num plenário maior.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esse requerimento não foi apresentado em tempo hábil para ser apreciado, nobre deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso é um ato de V. Exa., não precisa ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas eu, de antemão, já digo que indefiro o pedido, porque entendo que este é o local adequado, pelo número de pessoas que comporta, e porque nosso objetivo aqui é apurar fatos, e não, enfim ...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O nosso, muito mais. Como foi dito aqui, quando falaram em ator, não fui eu que me autointitulei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que temos uma reunião convocada para amanhã, às 9 horas da manhã.

* * *